

16

ano 5 | março 2014

Revista eletrônica de
estudos urbanos
e regionais

@metropolis



revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A *e-metropolis* é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato “pdf”, visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratam da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrópoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrópoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetrolopes.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

editores

Ana Carolina Christóvão
Carolina Zuccarelli
Eliana Kuster
Fernando Pinho
Juciano Martins Rodrigues
Marianna Olinger
Patrícia Ramos Novaes
Renata Brauner Ferreira
Samuel Thomas Jaenisch

assistente

Daphne Besen

conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)
Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)
Prof Dr. João Seixas (ICS)
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)
Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)
Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)
Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)
Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)
Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)
Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)
Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)
Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 16 ▪ ano 5 | março de 2014

Apresentamos mais uma edição da Revista e-metropolis ao público, continuando a manter a nossa preocupação em englobar diferentes aspectos da vida urbana. Nesta edição, trazemos no artigo de capa, a tradução inédita no Brasil do texto *Polanyi's "Double Movement": The Belle Époques of British and U.S. Hegemony Compared* texto de Beverly Silver e Giovanni Arrighi. Traduzido como **“O Duplo Movimento” de Polanyi: Comparação da Hegemonia da Belle Époque Britânica e Estadunidense**, o texto traz uma análise histórico-mundial explícita e comparativa entre o duplo movimento do final do século XIX e início do século XX - a *Belle Époque* e o colapso da hegemonia britânica - e o duplo movimento do final do século XX e do início do século XXI - a *Belle Époque* da hegemonia dos EUA e sua crise atual. De acordo com os autores, em ambos os períodos o movimento em direção a mercados supostamente autorreguláveis desencadeou um contramovimento de proteção. No entanto, eles ressaltam que houveram diferenças importantes em relação à natureza do estado hegemônico e ao maior papel desempenhado pelas forças subordinadas na redução do movimento em direção a mercados autorreguláveis no final do século XX.

Em **Loteadores Associativos: Uma Contextualização**, Silke Kapp argumenta que a produção de loteamentos periurbanos populares por loteadores privados foram objeto de muitas pesquisas na década de 1980, no entanto, chama a atenção para outros agentes que também atuaram

na expansão periférica das cidades: os movimentos sociais e as associações populares. Tendo como campo de pesquisa a Região Metropolitana de Belo Horizonte, a autora analisa o cenário econômico e político em que esses loteadores associativos surgiram, bem como os procedimentos que usaram e as razões pelas quais suas histórias foram quase ignoradas, embora apresentassem elementos importantes à discussão de políticas urbanas e habitacionais.

Prosseguindo temos o artigo de Paula Hernandes, intitulado **Carências habitacionais e rendimento escolar na região metropolitana do Rio de Janeiro**, que explora os efeitos que a condição de moradia exerce sobre o rendimento escolar das crianças e adolescentes. A autora avalia o quanto as carências habitacionais e na infraestrutura do local do moradia afetam principalmente os níveis de atraso escolar e abandono escolar. Além disso são considerados também os efeitos dos processos de segregação social na distribuição das oportunidades educacionais e a importância de propor políticas públicas integradas capazes de articular educação, moradia e território.

Em nosso terceiro artigo, intitulado **Riachuelo: da (in)visibilidade de uma rua reinventada à indícios de uma gentrificação em construção**, discute-se a revitalização de centros urbanos que tem sido um movimento comum nas cidades brasileiras e, na maior parte dos casos, sinônimo de processos de gentrificação. Andrei Crestani analisa o caso da rua Riachuelo em Curitiba, que desde 2009 passa por uma renovação socioespa-

cial e econômica expressa na agenda dos seus projetos. Crestani mostra que a gentrificação, nesse caso, não ocorre apenas como consequência histórica “inesperada” do processo, mas também como estratégia de políticas urbanas.

Por fim, no artigo **Os conceitos da metrópole latino-americana contemporânea: o exemplo da fragmentação socioespacial**, Michael Chetry apresenta o debate em torno do conceito de fragmentação espacial na literatura acadêmica produzida na América Latina, apresentando as origens do conceito, suas variações, diferentes abordagens, além de visões críticas sobre os seus limites.

Para essa edição entrevistamos o professor e pesquisador Carlos De Mattos, do *Instituto de Estudios Urbanos e Regionales da Universidad Católica de Chile*. De Mattos é uma referência latino-americana na área de estudos urbanos e, nessa entrevista, realizada em Santiago do Chile, em janeiro de 2013, ele, nascido no interior do Uruguai, fala de sua trajetória desde sua chegada em Montevideu para estudar Arquitetura até sua ida ao Chile, onde vive há mais de quarenta anos. Além disso, a entrevista traz importantes considerações sobre a história da urbanização do Chile e sobre as tendências atuais de transformação das cidades latino-americanas.

Finalizando esta 16ª edição, trazemos o ensaio fotográfico **Foto[grafias] de uma paisagem: Porto Alegre, entre permanências e rupturas**, de Letícia Castilhos Coelho que explora a cidade de Porto Alegre vista desde o Rio Guaíba, registrando uma série de fragmentos que ilustram a interface “cidade-água” em sua inúmeras possibilidades.

Deixamos mais esta edição da revista nas suas mãos, leitor interessado nas metrópoles e seus rumos, desejando uma proveitosa leitura. Até a próxima edição! ■

Índice

nº 16 ▪ ano 5 | março de 2014

Capa

- 06 “O Duplo Movimento” de Polanyi: Comparação da Hegemonia da Belle Époque Britânica e Estadunidense
Polanyi’s ‘Double-Movement’: The Belle Epoches of British and US Hegemony Compared
Por Beverly J. Silver e Giovanni Arrighi

Artigos

- 26 Loteadores associativos: uma contextualização
Associative developers: a contextualization
Por Silke Kapp
- 36 Carências habitacionais e rendimento escolar na região metropolitana do Rio de Janeiro
Housing needs and school performance in Rio de Janeiro metropolitan area
Por Paula Hernandez Heredia
- 49 Riachuelo: da (in) visibilidade de uma rua reinventada à indícios de uma gentrificação em construção
Riachuelo: from the (in) visibility of a street reinvented to signs of a gentrification in construction
Por Andrei Mikhail Zaiatz Crestani

- 61 Os conceitos da metrópole latino-americana contemporânea: o exemplo da fragmentação socioespacial
The concepts of the Latin American contemporary metropolis: the example of the socio-spatial fragmentation
Por Michael Chetry

Entrevista

- 68 Um olhar para a cidade a partir do social
Looking the city from the social
Com Carlos De Mattos

Ensaio

- 76 Foto[grafias] de uma paisagem: Porto Alegre, entre permanências e rupturas
Photo[graphs] of a landscape: Porto Alegre between permanence and ruptures
Por Letícia Castilhos Coelho

ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Paula Sobrino paulasobrino@gmail.com

Revisão

Aline Castilho alinecastilho1@hotmail.com

A Ilustração de capa foi feita por Flavia Araújo.

flavisoara@gmail.com

Beverly J. Silver e Giovanni Arrighi

“O Duplo Movimento” de Polanyi

comparação da
hegemonia da *belle
époque* britânica
e estadunidense

Resumo

O núcleo deste artigo é uma análise comparativa do duplo movimento do final do século XIX e do início do século XX (a *belle époque* e o colapso da hegemonia britânica) com o duplo movimento do final do século XX e início do século XXI (a *belle époque* e a atual crise hegemônica dos EUA). Em ambos os períodos, o movimento em direção a mercados supostamente autorreguláveis desencadeou um contramovimento de proteção. No entanto, diferenças importantes existem devidas, em primeiro lugar, às diferenças na natureza do estado hegemônico e, em segundo, ao maior papel desempenhado pelas forças subordinadas na redução do movimento em direção a mercados autorreguláveis no final do século XX.

Palavras-chave: Karl Polanyi; Globalização; Neoliberalismo; Autoproteção da sociedade; Hegemonias mundiais.

Abstract

The core of this article is a comparative analysis of the double movement of the late nineteenth and early twentieth century (the *belle époque* and collapse of British hegemony) with the double movement of the late twentieth and early twenty-first century (the *belle époque* and current crisis of U.S. hegemony). In both periods the

movement toward allegedly self-regulating markets called forth a countermovement of protection. Nevertheless, important differences exist due, first, to differences in the nature of the hegemonic state and, second, to the greater role of subordinate forces in constraining the movement toward self-regulating markets in the late twentieth century.

Keywords: Karl Polanyi; Globalization; Neoliberalism; Self-protection of society; World hegemonies.

Tradução:

Tereza Marques de Oliveira Lima

Não nos surpreende que a obra *The Great Transformation* (A Grande Transformação) de Karl Polanyi, publicada há mais de meio século, fosse atrair um número crescente de admiradores no contexto da “globalização” do final do século XX e começo do século XXI. A obra está repleta de citações brilhantes sobre o equívoco do “credo liberal” do século XIX que podem ser (e foram) aproveitadas para o bom uso retórico e analítico contra os provedores contemporâneos daquela crença – os promotores do Consenso de Washington (*Washington Consensus*) e da “globalização neoliberal”.

Escrita nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, A Grande Transformação é fundamentalmente otimista sobre o futuro. Polanyi acreditava que os desastres da primeira metade do século XX tinham ensinado à humanidade uma lição que nunca seria esquecida e que a experiência utópica do século XIX nunca poderia ser repetida. Assim, ele escreveu, “Sem dúvida, nossa era será creditada como aquela que viu o fim do mercado autorregulável.” Enquanto a década de 1920 “viu o prestígio do liberalismo econômico, no seu auge,” na década de 1930 os “absolutos da década de 1920 foram questionados,” e na década de 1940 “o liberalismo econômico sofreu uma derrota ainda pior”.¹

Consistente com as expectativas de Polanyi – embora aquém de suas esperanças plenas –, algumas restrições significativas foram criadas para a mercantilização do trabalho, terra, e dinheiro nas décadas imediatamente após a Segunda Guerra Mundial como resultado do consumo de massa (trabalho-capital) e dos contratos sociais de desenvolvimento (Norte-Sul).² Nas décadas de 1980 e 1990, no entanto, o liberalismo econômico retornou com uma vingança.

Se as últimas duas décadas desmentiram o otimismo de Polanyi sobre a solidez das lições aprendidas pela humanidade, A Grande Transformação, contudo, permanece uma fonte extraordinária. Nosso interesse nessa obra não é tanto como uma fonte para uma crítica das políticas e ideologias contemporâneas, mas sim como um potencial esboço de um roteiro para o futuro. No decorrer deste artigo encontraremos muito material para ser extraído de A Grande Transformação, o qual irá iluminar o caminho à nossa frente.

Ainda restam duas questões. Primeiro, à medi-

da que Polanyi viu a “Grande Transformação” como um episódio singular, ele não “conta a história” de uma forma que facilite o tipo de análise comparativa histórico-mundial que seria necessária a fim de mapear os caminhos alternativos que se encontram agora potencialmente abertos (ou fechados) para a navegação através da atividade humana.³ Segundo, embora Polanyi reconhecesse a existência (e, às vezes, até mesmo a importância) do poder diferencial entre classes e entre Estados, ele, no entanto, minimizou o papel que essas relações de poder desiguais desempenharam na determinação da trajetória histórica que ele analisava.

Como discutido em outro lugar com relação às implicações da análise de Polanyi para compreender os contramovimentos dos trabalhadores, o quadro de Polanyi tende a não enfatizar as relações de poder entre as classes.⁴ A extensão do mercado “autorregulável” é susceptível de provocar a resistência ativa dos responsáveis da mercadoria (*commodity*) fictícia do trabalho, em parte porque implica necessariamente a derrubada dos pactos sociais estabelecidos sobre o direito à subsistência. No entanto, na análise de Polanyi, um mercado não regulamentado iria eventualmente ser impedido por ações vindas de cima, mesmo se aquelas vindas de baixo não tivessem suficiente poder de barganha para se protegerem. Isso ocorre porque o projeto de um mercado autorregulável é simplesmente “utópico” e insustentável em seus próprios termos – compelido a destruir o “tecido da sociedade” e fazer surgir “agências” que irão proteger a “sociedade” da devastação do moinho satânico, independentemente da existência (ou eficácia) do protesto que vem de baixo. Assim, por exemplo, Polanyi argumenta que foram os “reacionários iluminados” dentre a classe dos proprietários da terra que exerceram a “função vital” de lutar por proteções para a classe operária britânica emergente (ainda sem voz) no início do século XIX.⁵

Polanyi propõe uma teoria da liderança de classe com algumas analogias com a conceituação da hegemonia de Gramsci. Para uma classe/grupo liderar, ela/ele também deve proteger outras classes/grupos. “Nenhuma política restrita de interesse de classe” es-

1 Karl Polanyi, *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time* (Boston: Beacon, [1944] 1957), p. 142.

2 Ver Beverly J. Silver, *Forces of Labor: Workers' Movements and Globalization since 1870* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), Cap. 4.

3 Ver Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver (junto a I. Ahmed et al.), *Chaos and Governance in the Modern World System* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999), para uma análise detalhada e comparativa das belles époques dos holandeses, britânicos e estadunidenses (ou o que lá é chamado de períodos de “transição hegemônica mundial”). O período médio (a belle époque britânica ou a transição mundial hegemônica britânica e estadunidense) é o foco da análise de Polanyi.

4 Silver, *Forces of Labor*, p. 16-25.

5 Polanyi, *The Great Transformation*, p. 165-66.

creve Polanyi, “pode proteger bem até mesmo esse interesse.”⁶ Da mesma forma, Gramsci escreve que, embora

o Estado seja visto como o órgão de um determinado grupo... o desenvolvimento e a expansão desse grupo em especial são concebidos, e apresentados, como sendo a força motriz de uma expansão universal, um desenvolvimento de todas as “energias nacionais”⁷

No entanto, para Gramsci, tal hegemonia ou “liderança intelectual e moral” é um lado do processo através do qual um determinado grupo reina; do outro lado do processo está a “dominação” dos “grupos antagônicos, os quais ela tende a ‘liquidar’ ou subjugar, talvez até pelo uso da força armada.”⁸ Polanyi, pelo contrário, tende a funcionar com uma conceitualização da sociedade muito mais orgânica (solidária). Na formulação de Polanyi, “o desafio” representado pela extensão da economia de mercado é para a “sociedade como um todo.” E por que as “diferentes seções transversais da população [estão] ameaçadas pelo mercado, as pessoas pertencentes a vários estratos econômicos inconscientemente [unem] forças para enfrentar o perigo.”⁹

Para além da questão dos pesos relativos que devem ser anexados à força e ao consentimento, existe a questão da “normalidade” da situação de hegemonia. Polanyi (como Gramsci, e seguindo Weber) vê a força (dominação) como uma forma de domínio muito instável. “A menos que a alternativa para a configuração social seja um mergulho total na destruição”, escreve Polanyi, “nenhuma classe grosseiramente egoísta pode se manter na liderança.”¹⁰ Para Polanyi, essa dinâmica “permite poucas exceções”, e, portanto, podemos concluir que, em circunstâncias normais, o impotente e o marginalizado provavelmente podem ser os beneficiários da “proteção” promovida por agentes/atores mais favoravelmente localizados.

Da leitura de A Grande Transformação podemos, pelo menos, deduzir duas exceções mais ou menos explícitas. A primeira exceção é o caso do “mergulho na total destruição” (ou seja, o colapso total da ordem social) referido na citação do parágrafo anterior. Embora a forma de Polanyi formular a frase sugira que ele vê tais colapsos como sendo raros, “os mergulhos na total destruição” é um fenômeno tão sufi-

cientemente difundido no início do século XXI que podemos querer tratá-lo como um fenômeno mais “normal” do que o conceito de Polanyi do duplo movimento parece ensejar.¹¹

Outra “exceção” é o caso das colônias não soberanas. Essa exceção é especialmente importante pelo menos por duas razões. Primeiro, é em sua discussão do mundo colonial que Polanyi reconhece explicitamente a importância do poder soberano do Estado como a base para a eficaz autoproteção da sociedade. Segundo o autor,

Mesmo que os Estados organizados da Europa pudessem proteger-se contra o efeito colateral (*backwash*) do comércio livre internacional, os povos coloniais politicamente não organizados não podiam... A proteção que o homem branco podia facilmente assegurar para si mesmo, através da natureza soberana de suas comunidades, estava fora do alcance do homem de cor enquanto ele não tivesse o pré-requisito, o governo político.

Da mesma forma, a devastação do comércio livre internacional e o padrão-ouro eram muito mais problemáticos para os Estados soberanos economicamente fracos. A fraqueza militar, igualmente, fez com que países ficassem vulneráveis à diplomacia das canhoneiras (*gunboat diplomacy*), cada vez mais utilizada pelas grandes potências para impor o reembolso dos empréstimos e manter abertas as rotas de comércio necessárias para o funcionamento do mercado global “autorregulável”.¹²

Em segundo lugar, essa exceção implicitamente nos leva à questão da escala geográfica na qual a autoproteção da sociedade ocorre (e também nos leva implicitamente de volta à questão do equilíbrio relativo da força e do consentimento). Para Polanyi, enquanto os agentes do movimento em direção à economia de mercado iam do local e nacional para o global (*haute finance*), os agentes do contramovimento (“grupos, seções, classes”) eram em grande parte locais e nacionais (apesar de suas ações – e.g., protecionismo, conquista colonial, revolta anti-imperialista – terem muitas vezes implicações transnacionais). Além disso, esses agentes do contramovimento destinavam-se a proteger os interesses locais ou nacionais (interesses, em uma definição mais ampla). Para Polanyi, a “sociedade” que está se protegendo no século XIX e na

6 Ibid., p. 155-56.

7 Antonio Gramsci, Selections from the Prison Notebooks (New York: International Publishers, 1971), p. 181- 82.

8 Ibid., p. 57-58.

9 Polanyi, The Great Transformation, p. 155-56.

10 Ibid., p. 156.

11 Fica claro na narrativa de Polanyi que esses “mergulhos na destruição total” eram bastante comuns na década de 1920 e 1930, o que nos leva de volta à pergunta sobre qual seria o quadro histórico comparativo em que deveríamos estar posicionando os “mergulhos” contemporâneos.

12 Polanyi, The Great Transformation, p. 182-83, p. 207-8.

primeira metade do século XX é, em grande parte, uma sociedade nacional.

Mesmo assim, se nos encontramos hoje no meio da “descoberta da sociedade [mundial]”, onde é que iremos localizar os agentes eficazes do contramovimento para a autoproteção da sociedade mundial? Que “grupos, seções e classes” estão disponíveis hoje para executar a “função vital” de proteger as pessoas comuns do mundo? Escrevendo sobre a história social britânica do século XIX, Polanyi alegou que

as classes de negociação não tiveram nenhum órgão para perceber os perigos envolvidos na exploração da força física do trabalhador, na destruição da vida familiar, na devastação dos bairros, no desnudamento das florestas, na poluição dos rios, na deterioração dos padrões dos artífices, no rompimento dos costumes populares (*folkways*) e na degradação geral da existência, incluindo a habitação e as artes, bem como nas inúmeras formas da vida privada e da vida pública que não afetam os lucros.

A proteção da natureza coube à aristocracia dona das terras e aos camponeses, embora a tempo, “os trabalhadores, em maior ou menor grau, tornaram-se os representantes dos interesses humanos comuns dos que tinham sido desalojados.”¹³

Mesmo assim, os interesses “dos seres humanos” comuns protegidos pelos “povos trabalhadores” britânicos eram, em grande parte, os interesses dos seres humanos britânicos. Nenhum órgão entre a aristocracia dona das terras e os “povos trabalhadores” da Grã-Bretanha existia para sentir os perigos para os seres humanos e para a natureza que estavam envolvidos na expansão da economia de mercado para o mundo colonial e semicolonial. Com efeito, em muitos aspectos, como Polanyi sabia perfeitamente, a autoproteção das sociedades industriais era o outro lado da moeda da ruptura das vidas e dos meios de subsistência que ocorria em outros lugares.

Foi apenas a força das revoltas anti-imperialistas – interagindo com as crescentes rivalidades inter-imperialistas e guerras entre os principais poderes – que eventualmente despertou os principais “grupos, setores e classes” da sociedade mundial para os perigos implicados pela expansão da economia de mercado para o Terceiro Mundo. Esse “sentimento” de perigo foi mantido vivo na década de 1950 e 1960 pelas lutas anti-imperialistas contínuas no Sul e pela ativa rivalidade da Guerra Fria entre o Oriente e o Ocidente. É neste contexto que os Estados Unidos usaram seu poder global para promover algum tipo de contrato social desenvolvimentista e de trabalho-capital

em sua esfera mundial na década de 1950 e 1960 e, portanto, se qualificou não apenas como uma potência dominante mundial, mas também como poder mundial hegemônico.¹⁴

Contudo, nas décadas de 1980 e 1990, os agentes do poder mundial dos EUA tinham perdido a capacidade de “sentir” o perigo para os outros. A hegemonia estadunidense deu lugar à dominação estadunidense, que, como enfatizou Polanyi, é uma forma muito instável de domínio, susceptível de conduzir a outro “mergulho na total destruição” de escala mundial. Em outros lugares, conceitualizamos o tipo de “mergulho na total destruição” de escala mundial que estamos prestes a dar (se já não tivermos dado) como períodos de “caos sistêmico”. E conceitualizamos o período de “catástrofe” global analisado por Polanyi como um período análogo (embora não idêntico).¹⁵

Isso nos leva de volta a uma das questões centrais apontadas no início. Ou seja, a fim de desenvolver uma forma mais detalhada do roteiro para o futuro (bem como os caminhos alternativos ainda abertos para escolha através do organismo humano), precisamos de uma análise histórico-mundial explícita e comparativa do duplo movimento do final do século XIX e início do século XX (a *belle époque* e o colapso da hegemonia britânica) com o duplo movimento do final do século XX e do início do século XXI (*belle époque* da hegemonia dos EUA e sua crise atual). Nas próximas duas seções, realizamos essa comparação com um foco muito específico sobre o poder, estrutura e interesses do Estado hegemônico.

O DUPLO MOVIMENTO DE POLANYI SOB A HEGEMONIA BRITÂNICA

O duplo movimento de Polanyi foi um processo inerentemente global. “Nada menos do que um mercado autorregulável em uma escala mundial poderia assegurar o funcionamento deste mecanismo estupendo.”¹⁶ Ao contrário de muitos observadores atuais da “globalização”, Polanyi era, no entanto, perfeitamente ciente das origens locais dos processos globais, brilhantemente enfatizando as múltiplas conexões que ligavam processos locais e globais.

Mesmo quando a descrição de Polanyi do duplo movimento amplamente reconhece o papel desempenhado pelas relações de poder a nível mundial no

14 Arrighi e Silver, *Chaos and Governance*, Cap. 3 e 4; Silver, *Forces of Labor*, Cap. 4.

15 Arrighi e Silver, *Chaos and Governance*.

16 Polanyi, *The Great Transformation*, p. 138.

13 *Ibid.*, p. 133.

contramovimento da autoproteção, as relações de poder a este nível desempenham pouco, ou nenhum papel, em sua descrição do movimento em direção à criação dos mercados autorreguláveis.¹⁷

Para Polanyi, o mercado global autorregulável do século XIX teve origem em dois processos locais: a revolução industrial britânica e o surgimento da economia política britânica. A revolução industrial trouxe para a Grã-Bretanha um sistema de instalações industriais elaboradas, especializadas e caras que mudou radicalmente a relação entre o comércio e a indústria.

A produção industrial deixou de ser um acessório de comércio organizado pelo comerciante como uma proposta de compra e venda; agora envolvia investimentos de longo prazo com os respectivos riscos. A menos que a continuidade da produção fosse razoavelmente assegurada, tal risco não seria suportável.¹⁸

Tal risco seria suportável apenas na condição de que todos os insumos (*inputs*) requeridos pela indústria estivessem prontamente disponíveis nas quantidades necessárias, onde e quando fossem necessários. Em uma sociedade comercial, isso significava que todos os elementos da indústria tinham que estar disponíveis para compra. Entre esses elementos, as três mercadorias fictícias – trabalho, terra e dinheiro – tinham excepcional importância. Assim, a revolução industrial na Grã-Bretanha criou fortes incentivos para o estabelecimento de um mercado autorregulável em uma escala mundial.

Na opinião de Polanyi, esses incentivos não foram suficientes para iniciar seu duplo movimento em uma escala mundial. A força adicional que eventualmente iniciou o movimento foi ideológica – a ascensão sob a influência do pensamento de David Ricardo sobre a crença utópica “na salvação do homem através do mercado autorregulável.” Nascida em épocas pré-industriais como uma mera propensão para métodos não burocráticos do governo, essa crença assumiu fervor evangélico após a “decolagem” da revolução industrial na Grã-Bretanha. Por volta dos anos 1820 veio a representar seus três princípios clássicos:

que o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado; que a criação de dinheiro deveria ser objeto de um mecanismo automático; que os bens deveriam ser livres para fluir de país para país sem entraves nem preferência; em resumo, para um

mercado de trabalho, o padrão-ouro e o comércio livre.¹⁹

Nas décadas de 1830 e 1840, a cruzada liberal para os mercados livres resultou em uma explosão da legislação aprovada pelo Parlamento britânico objetivando a revogação dos regulamentos restritivos. As principais medidas foram o Ato de Emenda da Lei dos Pobres (*Poor Law Amendment Act*) de 1834, que sujeitou a oferta de trabalho doméstico aos mecanismos de fixação de preços do mercado; a Lei Bancária de Peel (*Peel's Bank Act*) de 1844, que sujeitou a circulação monetária na economia doméstica aos mecanismos autorreguláveis do padrão-ouro mais estritamente do que tinha jamais sido; e, finalmente, a Lei Anti-Milho (*Anti-Corn Law Bill*) de 1846, que abriu o mercado britânico para o fornecimento de grão, de todo o mundo. Estas três medidas formaram um todo coerente.

Salvo se o preço do trabalho fosse dependente do grão mais barato disponível, não havia nenhuma garantia de que as indústrias desprotegidas não iriam sucumbir nas garras do mestre das tarefas aceito voluntariamente, o ouro. A expansão do sistema de mercado no século XIX era sinônima da difusão simultânea do comércio livre internacional, do mercado de trabalho competitivo e do padrão-ouro; eles caminhavam juntos.²⁰

Para embarcar em uma empreitada de formação do mercado mundial, segundo Polanyi, era necessário um grande ato de fé. A adoção unilateral do comércio livre da Grã-Bretanha baseou-se em expectativas que “eram totalmente extravagantes”.

Isso significava que a Inglaterra iria depender de fontes no exterior para seu suprimento de comida; iria sacrificar sua agricultura, se necessário, e entraria em uma nova forma de vida em que ela seria parte ou parcela de alguma unidade vagamente concebida de um mundo do futuro; que esta comunidade planetária teria de ser pacífica, ou se não, teria de se tornar segura para a Grã-Bretanha pelo poder da Marinha; e que a nação inglesa enfrentaria as perspectivas dos deslocamentos industriais contínuos na firme crença em sua superior capacidade criativa e produtiva. No entanto, acreditava-se que se o grão do mundo inteiro pudesse fluir livremente para a Grã-Bretanha, suas fábricas seriam capazes de baratear o mundo inteiro.²¹

17 As relações de poder a nível mundial referem-se principalmente às relações entre as comunidades políticas baseadas na territorialidade.

18 Polanyi, *The Great Transformation*, p. 75.

19 *Ibid.*, p. 135.

20 *Ibid.*, p. 138-39.

21 *Ibid.*, p. 138.

Por mais “extravagantes” que fossem, pelo menos durante meio século essas expectativas foram cumpridas amplamente. Conforme Polanyi ressalta, “os mercados se espalharam por toda a face do globo e a quantidade de bens envolvidos cresceu em proporções inacreditáveis.”²² Mais importante, a propagação global dos mercados foi associada a “um fenômeno inédito nos anais da civilização ocidental, ou seja, a paz dos 100 anos – 1815-1914.”²³ A primeira metade desta paz dos 100 anos apoiou-se principalmente em mecanismos políticos – em primeiro lugar a Santa Aliança (*Holy Alliance*) e, em seguida, o Concerto da Europa (*Concert of Europe*). Em sua segunda metade, no entanto, a paz voltou a contar cada vez mais com a instrumentalidade social de uma “misteriosa instituição... a *Haute finance*, uma instituição *sui generis*, peculiar aos últimos 30 anos do século XIX e aos primeiros 30 anos do século XX.” Esta instituição “funcionava como o principal elo entre a organização política e econômica do mundo nesse período.” Embora seus principais membros

tivessem feito sua fortuna no financiamento de guerras... e não fizessem nenhuma objeção a quaisquer guerras, fossem menores, de pouca duração ou localizadas... sua atividade comercial seria prejudicada se uma guerra geral entre as Grandes Potências interferisse com as bases monetárias do sistema.²⁴

Além disso, as finanças... agiam como um poderoso moderador nos conselhos e políticas de uma série de pequenos Estados soberanos. Empréstimos, e a renovação de empréstimos, dependiam de crédito, e o crédito dependia de bom comportamento. Desde então, sob o governo constitucional (os inconstitucionais eram fortemente desaprovados), o comportamento se reflete no orçamento e o valor externo da moeda não pode ser separado da apreciação do orçamento, os governos devedores foram bem alertados para que observassem seus intercâmbios com cuidado e evitassem políticas que pudessem refletir sobre a solidez da situação orçamental.... O padrão-ouro e o constitucionalismo foram os instrumentos que fizeram com que a voz da Cidade de Londres fosse ouvida em muitos países menores que tinham adoptado esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. A *Pax Britannica* (Paz Britânica) manteve seu domínio, algumas vezes, pelo equilíbrio ameaçador do canhão pesado do navio, contudo ela prevaleceu mais frequentemente pela oportuna puxada de um fio na rede monetária internacional.²⁵

Não obstante seu poder, as altas finanças foram confrontadas com crescentes obstáculos intransponíveis na regulação das relações interestatais. Pois o período de sua maior influência foi também o período em que o contramovimento contra o mercado autorregulável mundial ganhou impulso e começou a minar as bases da paz dos 100 anos na Europa.

O aumento no ritmo e no volume do comércio internacional, bem como a mobilização universal da terra, acarretou o transporte em massa de grãos e matérias-primas agrícolas de uma parte do planeta para outra, a um custo fracionário... deslocaram as vidas de dezenas de milhões de pessoas na Europa rural... A crise agrária e a Grande Depressão de 1873-86 abalaram a confiança na autocura econômica. De agora em diante, a instituição típica da economia de mercado poderia ser introduzida somente se acompanhada de medidas protecionistas, tanto mais porque, desde o fim da década de 1870 e começo da década de 1880, nações estavam se transformando em unidades organizadas aptas a sofrer gravemente os deslocamentos envolvidos no súbito ajuste às necessidades do comércio exterior ou dos mercados cambiais.²⁶

A propagação do industrialismo foi um aspecto integrante deste processo de formação e consolidação dos Estados nacionais, e a propagação do imperialismo foi principalmente o resultado de “uma luta entre os Poderes pelo privilégio de estenderem seu comércio a mercados politicamente desprotegidos”. A “febre” da indústria provocou uma briga pelo fornecimento de matéria-prima que reforçou a pressão para exportar. “O imperialismo e a confusa preparação para a autocracia eram a tendência das Potências que se encontravam mais e mais dependentes de um sistema da economia mundial que era cada vez mais incerto.”²⁷

A tensão política surgida dessa dependência crescente de um sistema de mercado mundial que estava cada vez mais não confiável explodiu em 1914 e trouxe um fim à paz dos 100 anos. Como observado por Fred Block,²⁸ e como as citações acima mostraram claramente, a interpretação de Polanyi sobre a conexão entre o crescimento do capital financeiro e a intensificação das rivalidades interimperialistas, que eventualmente resultaram na Primeira Guerra Mundial, era bem diferente da interpretação de Lenin.

26 Ibid., p. 213-14.

27 Ibid., p. 214, p. 217.

28 Fred Block, “Introduction,” em *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*, 2a. ed., de K. Polanyi (Boston: Beacon, 2001), xxxii, n. 25.

22 Ibid., p. 76.

23 Ibid., p. 5.

24 Ibid., 9-11.

25 Ibid., p. 14.

Em explícito desacordo com Lenin, Polanyi ressalta como uma guerra geral entre as Grandes Potências colidiu com os interesses, não só das altas finanças cosmopolitas, mas também das finanças nacionais. Negócios e finanças, ele insistiu, “foram responsáveis por muitas guerras coloniais, porém com isso uma conflagração geral foi evitada... Todas as guerras, quase todas, foram organizadas por financistas; mas a paz também foi organizada por eles.”²⁹ A capacidade dos financiadores para organizar a paz efetivamente, no entanto, era subordinada, e estritamente limitada, por circunstâncias geopolíticas.

Nos anos 90, a *haute finance* estava no auge e a paz parecia mais assegurada do que nunca... Não por muito tempo... [No início de 1900, o] Concerto da Europa... finalmente foi substituído por dois agrupamentos de poder hostis; o equilíbrio do poder como sistema tinha chegado ao fim. Com apenas dois grupos de poder rivais, seus mecanismos deixaram de funcionar... Quase ao mesmo tempo, os sintomas da dissolução da forma existente da economia mundial – a rivalidade colonial e a concorrência por mercados exóticos – tornaram-se críticos. A capacidade de a *haute finance* (altas finanças) evitar a propagação das guerras estava diminuindo rapidamente... Era só uma questão de tempo antes da dissolução da organização econômica do século XIX encerrar a paz dos 100 anos.³⁰

Esta interpretação das causas da Primeira Guerra Mundial está ecoada na avaliação de David Landes em que ele afirma que a mudança no equilíbrio real do poder na Europa

sustentava a reforma gradual das forças que culminaram na Tríplice Entente (*Triple Entente*) e na Tríplice Aliança (*Triple Alliance*); alimentou a rivalidade política e naval anglo-germânica, bem como os medos franceses de seus inimigos a leste do Reno; tornou a guerra provável e contribuiu muito para ditar a adesão dos campos opostos.³¹

No entanto, na opinião de Polanyi, a capacidade das altas finanças para evitar uma guerra geral entre as Grandes Potências era muito limitada, não só pelas circunstâncias geopolíticas, mas também e, especialmente, pelas contradições e consequências não intencionais das prescrições da política do credo

liberal. Fundamental, neste contexto, foi a contradição existente entre o comércio internacional livre e a disseminação do padrão-ouro. Polanyi enfatiza essa contradição ao fazer uma referência especial ao fracasso das tentativas pós-Primeira Guerra Mundial de restabelecer a ordem mundial do século XIX.

Por mais de uma década, a restauração do padrão-ouro tinha sido o símbolo da solidariedade mundial... Embora todo mundo concordasse que moedas estáveis dependiam, em última análise, da liberação do comércio, todos, exceto dogmáticos comerciantes livres sabiam que medidas tinham que ser tomadas imediatamente, as quais iriam inevitavelmente restringir o comércio exterior... Embora a intenção fosse a liberação do comércio, o efeito foi seu estrangulamento... Todo o arsenal de medidas restritivas, o qual formou um afastamento radical da economia tradicional, era na verdade o resultado de propósitos conservadores do comércio livre.³²

Polanyi não aborda esta contradição com referência específica às tensões que levaram à Primeira Guerra Mundial. Ele observa, no entanto, como “o uso real do padrão-ouro pela Alemanha [nos anos 1870] marcou o início de uma era de protecionismo e expansão colonial.”³³ Além disso, ele admite como preexistente a discussão feita acima sobre a contradição no pós-guerra, com a alegação de que “os obstáculos do pós-guerra à paz e à estabilidade tiveram origem nas mesmas fontes de onde emanou a Grande Guerra.”³⁴ Embora Polanyi pudesse ter sido mais explícito sobre essas fontes “comuns” da Grande Guerra e o subsequente colapso da ordem mundial do século XIX, sua principal linha de argumentação é bastante clara e pode ser resumida como segue.

No nível das relações interestatais, o caráter utópico da crença em um mercado autorregulável foi especialmente evidente na impossibilidade prática, para a maioria dos países, de aderir simultaneamente ao comércio livre e ao padrão-ouro. Durante a Grande Depressão de 1873-96, um número crescente de Estados seguiu a receita da economia política britânica para submeter a circulação monetária em suas economias domésticas ao mecanismo autorregulável de um padrão metálico. Eles podiam agir assim somente pelo afastamento, cada vez mais radical, das práticas de comércio livre em favor do protecionismo, mercantilismo e expansão territorial ultramar. Ao transferir a concorrência da esfera das relações in-

29 Polanyi, *The Great Transformation*, p. 16.

30 *Ibid.*, p. 19.

31 David S. Landes, *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present* (Cambridge: Cambridge University Press, 1969), p. 327.

32 Polanyi, *The Great Transformation*, p. 26-27 (ênfase do autor).

33 *Ibid.*, p. 19.

34 *Ibid.*, p. 21.

terempresariais para a das relações interestatais, este afastamento prejudicou e, eventualmente, subjogou a habilidade das altas finanças em evitar uma guerra geral entre as Grandes Potências. De acordo com essa interpretação, a Primeira Guerra Mundial, portanto, não foi o resultado da competição anglo-germânica nos mercados mundiais como tais. Pelo contrário, foi o resultado conjunto das alterações nos mecanismos de equilíbrio do poder e da propagação de uma ideologia que pregava o comércio livre, mas que involuntariamente sacrificou o comércio livre em favor do padrão-ouro.

Seguindo a mesma linha de argumento, Polanyi prosseguiu, mantendo que o resultado da Primeira Guerra Mundial aliviou a tensão superficialmente, eliminando a concorrência alemã, mas agravou suas causas subjacentes, tornando o sistema de mercado mundial ainda menos confiável do que ele já era. Aquele sistema “tinha funcionado a duras penas desde a virada do século e a Grande Guerra e os Tratados finalmente destruíram-no.” As tentativas de reanimá-lo com a restauração do padrão-ouro acabaram precipitando sua crise terminal.³⁵

Quando em 1929 o colapso do crescimento rápido (*boom*) de Wall Street e a conseqüente queda na economia norte-americana interromperam os empréstimos e investimentos norte-americanos estrangeiros, um país após o outro foi forçado a proteger sua moeda, ou pela desvalorização ou pelo controle cambial, para lidar com as repentinas revogações ou retiradas precipitadas dos fundos a curto prazo. Estimulado pela aprovação pelo Senado dos EUA da astronômica Lei Tarifária Smoot Hawley (*Smoot Hawley Tariff Bill*) em 1930, o protecionismo tornou-se excessivo e a busca de moedas estáveis foi abandonada.³⁶ A suspensão da conversibilidade em ouro da libra esterlina, em setembro de 1931, levou à destruição final da única rede de transações comerciais e financeiras mundiais em que se baseavam as fortunas da Cidade de Londres, e o capitalismo mundial retirou-se “para os iglus de suas economias de Estado-nação e seus impérios associados.”³⁷

Isso é o que Polanyi chama de a “revolução mundial” da década de 1930. Seus marcos principais foram o desaparecimento da *haute finance* da política mundial, o colapso da Liga das Nações (*League of Nations*) em favor dos impérios autocráticos, a ascensão do Nazismo na Alemanha, os Planos Soviéticos de

Cinco Anos (*Soviet Five Years Plans*) e o lançamento do *New Deal* nos Estados Unidos.

Enquanto no final da Grande Guerra os ideais do século XIX fossem primordiais, e sua influência dominasse a década seguinte, em 1940 todo o vestígio do sistema internacional tinha desaparecido e, fora alguns enclaves, as Nações estavam vivendo em um cenário internacional inteiramente novo.³⁸

A fim de avaliar a relevância do duplo movimento de Polanyi para a compreensão do nosso tempo, primeiro se deve avaliar quão preciso é o relato acima de seu real trabalho no “longo” século XIX. O problema mais grave com o relato é que, no que dizia respeito à Grã-Bretanha, não havia nada doutrinário, muito menos extravagante, na adoção unilateral do comércio livre. Como líder dos protecionistas do partido Tory, Disraeli declarou em 1846, que até Cobden sabia que “não havia nenhuma chance de mudar as leis da Inglaterra com uma doutrina abstrata.” Algo mais substancial do que uma verdade “cientificamente” demonstrada era necessário para converter o Parlamento britânico aos princípios do comércio livre.³⁹

A principal razão de o Parlamento britânico e de o grande público britânico terem se convertido aos princípios do comércio livre, e terem se mantido obstinadamente preso a eles, é que a Grã-Bretanha estava melhor posicionada do que qualquer outro país para “internalizar” os benefícios e “externalizar” os custos de um mercado autorregulável em uma escala mundial. Essa vantagem posicional apoiou-se na primazia britânica em três esferas interligadas: indústria, finanças e construção do Império. Apesar de Polanyi referir-se ocasionalmente a estes três tipos de primazia, ele deixa de perceber a ação conjunta deles para garantir que a Grã-Bretanha ganhasse, em vez de perder, ao praticar o credo liberal. Com a permissão de Polanyi, a nação inglesa não era tão ingênua para acreditar que “alguma união do mundo futuro, vagamente concebida” garantiria os maiores e mais baratos suprimentos de alimento possíveis para suas classes trabalhadoras e de matérias-primas para suas indústrias. Nem era tão ingênua para acreditar que esses suprimentos, juntamente com “sua capacidade superior inventiva e produtiva,” permitiriam que a Grã-Bretanha “subcotasse o mundo inteiro,” minimizando, assim, deslocamentos industriais nacionais. Essas crenças eram, sem dúvida, parte da retórica do comércio livre. Debaixo da retórica, no entanto,

35 Ibid., p. 22-27.

36 Charles P. Kindleberger, *The World in Depression, 1929-1938* (Berkeley: University of California Press, 1973), p. 131-32, p. 135.

37 Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991), p. 132.

38 Polanyi, *The Great Transformation*, p. 23, p. 27.

39 Citado em Bernard Semmel, *The Rise of Free Trade Imperialism* (Cambridge: Cambridge University Press, 1970), p. 146.

jazia o entendimento de que a Grã-Bretanha iria se beneficiar muito ao praticar o comércio livre unilateral, porque esta prática era essencial para reforçar o papel da Grã-Bretanha como o entreposto principal do comércio mundial e de finanças, e porque seu abrangente império ultramarino, especialmente seu império na Índia, fornecia a Grã-Bretanha os recursos necessários para minimizar os custos domésticos e os deslocamentos do comércio livre.

O papel da Grã-Bretanha como o entreposto principal do comércio mundial e das finanças teve sua origem na supremacia crescente da Grã-Bretanha no comércio colonial e ultramarino Europeu no século XVIII e no começo do XIX. No entanto tornou-se realmente global em sua abrangência somente quando a Grã-Bretanha adotou o comércio livre. Nos 20 anos após a revogação das Leis do Milho (*Corn Laws*) em 1846 e dos Atos de Navegação (*Navigation Acts*) em 1849, cerca de um terço das exportações do resto do mundo ia para a Grã-Bretanha. As importações maciças e em rápida expansão baratearam os custos dos suprimentos vitais na Grã-Bretanha, proporcionando os meios de pagamento para o resto do mundo comprar produtos manufaturados britânicos. Um grande e crescente número de Estados e territórios foram assim “enjaulados” em uma divisão em escala mundial de trabalho que fortaleceu o interesse de cada um em participar do mercado global centrado nos britânicos, tanto mais que o mercado tornou-se praticamente a única fonte de insumos críticos e a única saída para descartar os *out-puts* remuneradamente.⁴⁰

Se o comércio livre unilateral possibilitou a Grã-Bretanha consolidar e expandir seu papel como o principal entreposto comercial e financeiro mundial, foi seu Império ultramarino que forneceu à Grã-Bretanha a flexibilidade e os recursos necessários para continuar aumentando a oscilação do mercado global centrado nos britânicos, e para praticar o comércio livre unilateralmente, apesar dos persistentes déficits em sua balança comercial.⁴¹ Crucial em ambos os aspectos foi o Império Indiano da Grã-Bretanha. Os enormes recursos demográficos da Índia apoiaram o poder global da Grã-Bretanha, tanto militarmente quanto financeiramente. Militarmente, nas palavras de Lord Salisbury, “a Índia era um quartel inglês nos Mares Orientais de onde podemos tirar qualquer número de tropas sem pagar por elas.”⁴² Pagas

inteiramente pelo contribuinte indiano, essas tropas foram organizadas em um exército colonial de estilo europeu e usadas regularmente na série interminável de guerras através das quais a Inglaterra abriu a Ásia e a África para o comércio, investimento e influência europeus.⁴³ Eram “o punho de ferro na luva de veludo do expansionismo Vitoriano... a grande força coercitiva atrás da internacionalização do capitalismo industrial”.⁴⁴

Igualmente importante, as infames Despesas da Casa (*Home Charges*) e o controle do Banco da Inglaterra sobre as reservas das divisas da Índia conjuntamente transformaram a Índia no “pivô” da supremacia global financeira e comercial da Grã-Bretanha. O déficit da balança de pagamentos da Índia com a Grã-Bretanha e o excedente com o resto do mundo habilitaram a Grã-Bretanha a resolver seu déficit em conta corrente com o resto do mundo. Sem a forçada contribuição da Índia para a balança de pagamentos da Grã-Bretanha Imperial teria sido impossível para esta “usar o rendimento de seu investimento ultramarino para novos investimentos no exterior e devolver ao sistema monetário internacional a liquidez que ela absorveu como rendimentos de capitais”. Além disso, as reservas monetárias indianas “forneceram uma grande massa de *manoeuvre* (massa de manobra) que as autoridades monetárias britânicas poderiam usar para completar suas próprias reservas e manter Londres como o centro do sistema monetário internacional”.⁴⁵

As vantagens do comércio livre unilateral para a Grã-Bretanha Imperial tornaram-se especialmente evidentes durante e após a Grande Depressão de 1873-96 – nas palavras de Landes, “a deflação mais drástica na memória do homem.” O colapso dos preços das mercadorias derrubou os lucros do capital. Os lucros encolheram e as taxas de juros baixaram tanto que induziram os economistas “a conjurar com a possibilidade de capital tão abundante quanto uma

1935,” *Indian Economic and Social History Review* XII, no. 4 (1975): 337-80 (p. 341 citada).

43 Se tomarmos a Ásia e África juntas, havia tantas quantas 72 campanhas militares britânicas distintas entre 1837 e 1900; ver Brian Bond, Ed., *Victorian Military Campaigns* (Londres: Hutchinson, 1967), p. 309-11. Por uma contagem diferente, entre 1803 e 1901, a Grã-Bretanha lutou cinquenta grandes guerras coloniais; ver Anthony Giddens, *The Nation-State and Violence* (Berkeley: University of California Press, 1987), p. 223.

44 David Washbrook, “South Asia, the World System, and World Capitalism,” *Journal of Asian Studies* XLIX, no. 3 (1990): p. 479-508 (p. 481 citada).

45 Marcello de Cecco, *The International Gold Standard: Money and Empire*, 2a. ed. (New York: St. Martin's, 1984), p. 62-63.

40 Eric J. Hobsbawm, *The Age of Capital 1848-1875* (New York: New American Library, 1979), p. 37-39, p. 50-54.

41 Ver, entre outros, Andre Gunder Frank, “Multilateral Merchandise Trade Imbalances and Uneven Economic Development,” *Journal of European Economic History* V, no. 2 (1976): 407-38.

42 B. R. Tomlinson, “India and the British Empire, 1880-

mercadoria grátis.”⁴⁶ Como já observado, na visão do próprio Polanyi, este foi o tempo em que o contramovimento contra as perturbações do mercado mundial ganhou força e a supremacia industrial da Grã-Bretanha começou a ser prejudicada. E, contudo, os negócios britânicos facilmente poderiam enfrentar o desafio da intensificação da concorrência na produção industrial especializando-se mais plenamente nas atividades de alto valor agregado, associadas com o papel da Grã-Bretanha como o principal entreposto do comércio e das finanças do mundo. Como observa Eric Hobsbawm, foi precisamente nesta hora em que a supremacia industrial desvanecia que

As finanças da Grã-Bretanha triunfaram, seus serviços como expedidora, comerciante, corretora de seguros, e intermediária no sistema mundial de pagamentos, tornaram-se mais indispensáveis. Com efeito, se Londres alguma vez foi o real centro econômico do mundo, a libra esterlina sua fundação, isso ocorreu entre 1870 e 1913.⁴⁷

Como Halford Mackinder ressaltou na virada do século em um discurso a um grupo de banqueiros londrinos, a industrialização de outros países aumentou a importância de uma única câmara de compensação. E a câmara de compensação do mundo

será sempre onde existe a maior posse de capital. Isto dá a verdadeira chave para a luta entre a nossa política de comércio livre e a proteção de outros países – nós somos essencialmente as pessoas que têm o capital, e aqueles que têm o capital sempre partilham a atividade do cérebro e músculos de outros países.⁴⁸

Este era certamente o caso às vésperas da Primeira Guerra Mundial, quando quase metade dos ativos da Grã-Bretanha estava no exterior e cerca de 10% do seu rendimento nacional consistia em juros sobre o investimento estrangeiro.⁴⁹

46 Landes, *The Unbound Prometheus*, p. 231.

47 Eric J. Hobsbawm, *Industry and Empire: An Economic History of Britain since 1750* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1968), p. 125.

48 Citado em Peter J. Hugill, *World Trade since 1431: Geography, Technology, and Capitalism* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993), p. 305.

49 A. K. Cairncross, *Home and Foreign Investment, 1870-1913* (Cambridge: Cambridge University Press, 1953), p. 3, p. 23. Como Peter Mathias observou, o investimento estrangeiro britânico “não foi apenas capital ‘cego’, mas o capital ‘cego’ de rentistas organizado por financiadores e empresários objetivando o comércio que estaria fluindo quando a empresa já estivesse em andamento.” A construção da companhia da estrada de ferro britânica nos Estados Unidos e, a fortiori,

Estes são os anos que ficaram na memória como os bons velhos tempos – a era edwardiana (*Edwardian era*), *la belle époque*. O surgimento e a consolidação da *haute finance* de Polanyi como instrumentalidade social fundamental da reprodução ampliada da *Pax Britannica* e de um mercado global centrado nos britânicos foram aspectos-chave desta *belle époque*. Tantas eram as vantagens do comércio livre unilateral para a Grã-Bretanha Imperial que o contramovimento protecionista nunca teve uma chance de se tornar hegemônico entre suas classes governantes ou mesmo nas subalternas.⁵⁰ A Grã-Bretanha foi, e permaneceu até seu amargo final, o epicentro do movimento do comércio livre. Parafraseando Hobsbawm, a Grã-Bretanha nunca realmente abandonou o sistema de comércio livre que ela tinha criado; pelo contrário, foi o mundo que abandonou a Grã-Bretanha.⁵¹

O mundo começou a abandonar o sistema de comércio livre da Grã-Bretanha logo após a sua criação. Os epicentros do contramovimento protecionista eram as duas potências emergentes que apresentaram o maior desafio para a hegemonia mundial da Grã-Bretanha: os Estados Unidos, que nunca haviam realmente aderido ao movimento do comércio livre, e a recém-criada Alemanha Imperial, que o abandonou pouco depois de adotar o padrão-ouro na década de 1870. O eventual colapso do mercado mundial centrado na Grã-Bretanha só pode ser compreendido à luz da luta triangular pela hegemonia mundial entre a Grã-Bretanha e essas duas potências emergentes.

Como discutido detalhadamente em outro

em países como Austrália, Canadá, África do Sul e Argentina, “foi fundamental para a abertura dessas vastas extensões de terra e para o desenvolvimento dos setores de exportação na produção primária... para a Grã-Bretanha.” Peter Mathias, *The First Industrial Nation: An Economic History of Britain 1700-1914* (London: Methuen, 1969), p. 329. Ver também Stanley D. Chapman, *Merchant Enterprise in Britain: From the Industrial Revolution to World War I* (New York: Cambridge University Press, 1992), p. 233 e seguintes. A liquidez abundante que se acumulou, ou passou, nas/pelas mãos britânicas, foi um poderoso instrumento na luta competitiva não só nos mercados de commodities, mas também na corrida armamentista. Desde os meados da década de 1840 e através da década de 1860, a maioria dos avanços tecnológicos nos projetos de navios de guerra foram concebidos de forma pioneira pela França. E, contudo, cada avanço francês fez surgir dotações navais na Grã-Bretanha que os franceses não conseguiam acompanhar, de modo que era “relativamente fácil para a Marinha Real tecnicamente alcançar e superar numericamente os franceses quando estes mudavam a base da competição.” Ver William McNeill, *The Pursuit of Power: Technology, Armed Force, and Society since A.D. 1000* (Chicago: University of Chicago Press, 1982), p. 227-28.

50 A. Friedberg, *The Wary Titan: Britain and the Experience of Relative Decline* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1988).

51 Hobsbawm, *Industry and Empire*, p. 207.

	Sistema Mundial de Governo e Acumulação	
	Centrado no Reino Unido	Centrado nos Estados Unidos
Relação estrutural predominante	Entrepasto/complementar	Autocentrado / competitivo
Principal instrumento de reorganização	Comércio livre unilateral / tributo colonial	Liberalização comercial negociada / Investimento direto estrangeiro
Principal restrição na capacidade de reorganização	Equilíbrio do poder / rivalidades interimperialistas	Poder social dos grupos subordinados / desafios comunistas e nacionalistas

Tabela 1:
Comparação da relação hegemônica dos Estados com a economia política global

lugar,⁵² essa luta não levou somente a um aumento acentuado dos custos de proteção do Império ultramarino da Grã-Bretanha. Ela também gerou demandas pela melhoria e empoderamento entre os grupos subordinados mundiais e estratos que não poderiam ser reprimidos, nem acomodados, no seio das estruturas do imperialismo do comércio livre da Grã-Bretanha. A “revolução mundial” de Polanyi de fato pode ter começado na década de 1930, como ele assevera. Foi concluída, no entanto, apenas na década de 1940 com a criação de uma nova ordem mundial, centrada e organizada pelos Estados Unidos, capaz de seletivamente acomodar/reprimir essas demandas.

O FIM E O RESSURGIMENTO DO Credo LIBERAL SOB A HEGEMONIA DOS EUA

O funcionamento do duplo movimento de Polanyi sob a hegemonia dos EUA apresenta tanto as semelhanças como as diferenças existentes no seu funcionamento sob a hegemonia britânica. As semelhanças podem ser detectadas principalmente no fato de que, desde cerca de 1980, os Estados Unidos foram o principal propagador da crença utópica em um mercado autorregulável mundial e o principal beneficiário da real propagação dessa crença. As diferenças dizem respeito principalmente ao fato de que, mesmo no auge da sua cruzada liberal, os Estados Unidos não aderiram unilateralmente aos preceitos do credo liberal, como a Grã-Bretanha no final do século XIX e início do século XX. Embora incessantemente pregando para os outros as vantagens de se comportar por esses preceitos, os Estados Unidos têm geralmente escolhido não adotá-los de nenhuma forma – como na recusa de submeter a criação de dinheiro a um mecanismo automático –, ou adotá-los através de acordos cuidadosamente negociados com outros Estados, como na liberalização do comércio exterior.

Historicamente, as diferenças ficavam em primei-

⁵² Arrighi e Silver, *Chaos and Governance*, especialmente Cap. 1 e 3; também Silver, *Forces of Labor*, Cap. 4.

ro lugar e desde sempre elas têm sido mais importantes do que as semelhanças. O afastamento da hegemonia norte-americana dos princípios e práticas do liberalismo do século XIX, em favor de uma maior responsabilidade governamental para a regulação econômica e para o bem-estar dos indivíduos

tem sido amplamente notado.⁵³ Como veremos na próxima seção, sob a hegemonia dos EUA, as forças sociais subordinadas têm exercido uma influência restritiva muito maior sobre a tendência dos mercados autorreguláveis do que a que exerceram sob a hegemonia britânica. Por agora, no entanto, vamos focar a relação pouco percebida entre o afastamento dos EUA dos princípios e práticas do liberalismo do século XIX e as grandes diferenças na estrutura e organização dos sistemas globais de governo e acumulação centrados no Reino Unido (RU) e nos EUA. A Tabela 1 oferece uma visualização das diferenças mais importantes, juntamente com as diferenças na principal restrição na capacidade de o poder hegemônico reorganizar o sistema.

Como discutimos anteriormente, a adesão unilateral da Grã-Bretanha aos princípios do comércio livre pode remontar, por um lado, a seus efeitos altamente benéficos sobre o papel da Grã-Bretanha como o entreposto comercial e financeiro da economia global e, por outro lado, ao papel desempenhado pelos impostos da Índia que permitiram a Grã-Bretanha evitar os custos e deslocamentos da autorregulação dos mercados. No auge de sua hegemonia desde a década de 1940 e até o fim da década de 1960, em contraste, os Estados Unidos não exerciam nenhuma função de entreposto que tivesse importância mundial; nem tinham um império do qual extraíssem força militar coercitiva e formas de pagamento. Em vez disso, eram o “recipiente” de uma economia com dimensões continentais, egocêntrica, amplamente autossuficiente.

⁵³ John G. Ruggie, “International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order,” *International Organization* XXXVI, no. 2 (1982): 379-415; Charles Maier, *In Search of Stability: Explorations in Historical Political Economy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987), p. 121-52; John G. Ikenberry, “Rethinking the Origins of American Hegemony,” *Political Science Quarterly* CIV, no. 3 (1989): 375-400; Lars Mjose, “The Turn of Two Centuries: A Comparison of British and US Hegemonies,” em *World Leadership and Hegemony*, organizado por D. P. Rapkin (Boulder, CO: Lynne Reiner, 1990), p. 21-47; Arrighi e Silver, *Chaos and Governance*, p. 202-11.

Um aspecto importante dessa diferença foi ressaltado por um Grupo de Estudo criado no início de 1950 sob o patrocínio da Fundação Woodrow Wilson (*Woodrow Wilson Foundation*) e da Associação Nacional de Planejamento (*National Planning Association*). Ao desafiar o pressuposto “de que um sistema econômico mundial suficientemente integrado pode ser novamente alcançado por meios essencialmente semelhantes aos utilizados no século XIX”, mostrou que os Estados Unidos – embora sendo um “credor maduro”, como a Grã-Bretanha do século XIX – tinham uma relação completamente diferente com o mundo do que a Grã-Bretanha. Esta se encontrava

totalmente integrada no sistema econômico mundial e, em grande medida, tornava possível o seu funcionamento bem sucedido devido à sua dependência do comércio exterior, à influência generalizada de suas instituições comerciais e financeiras e à consistência básica entre suas políticas econômicas nacionais e aquelas necessárias para a integração econômica mundial.

Os Estados Unidos, em contraste, estão

apenas parcialmente integrados ao sistema econômico mundial, com o qual também, em parte, competem, e cujo modo e ritmo de funcionamento costumam perturbar periodicamente. Nenhuma rede de instituições comerciais e financeiras estadunidenses existe para unir e gerenciar as operações diárias do sistema financeiro mundial.⁵⁴

Esta economia egocêntrica, amplamente autosuficiente, de dimensões continentais nunca disporia de recursos e nem necessitava promover a liberalização do comércio através da abertura unilateral do seu mercado interno às exportações de todo o mundo, como a Grã-Bretanha havia feito. Ela não poderia arcar com uma abertura unilateral do mercado interno, porque uma tal política teria seriamente prejudicado a coerência e o egocentrismo da economia nacional dos EUA, da qual dependia a posição norte-americana como potência mundial e o acordo de trabalho-capital norte-americano. E essa economia não precisava dessa abertura, porque poderia reorganizar a economia mundial em torno de si mesma com outros meios, e meios ainda mais eficazes do que aqueles de que a Grã-Bretanha dispunha.

Um desses meios foi a própria dimensão da economia interna dos EUA em comparação com a de

todas as outras economias nacionais. Em 1948, a renda nacional dos EUA foi mais do dobro da renda nacional conjunta da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e países do Benelux e seis vezes maior do que a da URSS.⁵⁵ Um desequilíbrio dessa ordem sem dúvida deu aos Estados Unidos uma vantagem considerável na indução de outros Estados no sentido de que entrassem em negociações para a liberalização do comércio e cedessem à pressão dos EUA no decurso das negociações.

Outro meio foi a primazia dos EUA na formação de corporações transnacionais verticalmente integradas e multidivisionais. Essas corporações podem conquistar mercados estrangeiros através de investimento direto, mesmo quando os mercados estão protegidos contra as importações estrangeiras. Por essa razão, a principal preocupação do governo dos EUA nos anos imediatos ao pós-guerra foi a formação na Europa de um mercado grande o suficiente para tornar rentável os métodos de produção em massa e da distribuição típicos da corporação norte-americana verticalmente integrada.⁵⁶ Nessa busca, o governo dos EUA estava disposto a tolerar alguma discriminação contra a importação de mercadorias dos EUA no Mercado Comum recém-criado. Mas ele não estava disposto a tolerar discriminação contra o transplante das corporações dos EUA no âmbito desse mercado.⁵⁷

Finalmente, ao promover a liberalização e a expansão do comércio mundial, os Estados Unidos poderiam contar com sua incontestável primazia militar vis-à-vis seus aliados no confronto com a URSS. “Se antes da guerra o poder militar da América havia tido apenas um significado esporádico em conflitos mundiais,” observa Franz Schurmann, “depois da guerra seu guarda-chuva nuclear, apoiado pelas forças convencionais da alta tecnologia aterrorizou uma parte do mundo e deu segurança para a outra.”⁵⁸ A partir desta posição de força militar, os Estados Unidos poderiam mobilizar e mobilizaram seus aliados e vassallos em acordos bilaterais e multilaterais que, ao longo do tempo, liberalizaram o comércio e o investimento internacionais mais eficazmente do que o imperialismo britânico do comércio livre jamais havia feito.

55 Estimado a partir da obra de W. S. Woytinsky e E. S. Woytinsky, *World Population and Production. Trends and Outlook* (New York: Twentieth Century Fund, 1953), p. 185-86.

56 Thomas J. McCormick, *America's Half Century. United States Foreign Policy in the Cold War* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989), p. 79-80.

57 Robert Gilpin, *U.S. Power and the Multinational Corporation* (New York: Basic Books, 1975), p. 108.

58 Franz Schurmann, *The Logic of World Power: An Inquiry into the Origins, Currents and Contradictions of World Politics* (New York: Pantheon, 1974), xx.

54 William Y. Elliott, organizador, *The Political Economy of American Foreign Policy: Its Concepts, Strategy, and Limits* (New York: Henry Holt, 1955), p. 43.

Embora o investimento e o comércio internacionais tivessem sido liberalizados mais efetivamente sob a hegemonia dos EUA do que sob a britânica, o comércio exterior dos Estados Unidos nunca foi liberalizado na mesma medida como o foi o comércio britânico. A autossuficiência e a competitividade agrícola norte-americanas na economia global têm sido sustentadas até o presente, através de um programa de subsídios aos produtores norte-americanos de grãos e algodão sem paralelo na Grã-Bretanha depois de meados da década de 1840. Além disso, como as pressões competitivas sobre os fabricantes norte-americanos se intensificaram, os Estados Unidos entraram em um acordo com outros países de alta renda (o Arranjo Internacional de Multi-Fibra [*International Multi-Fiber Arrangement*] de 1973) que colocaram fortes restrições sobre as importações de têxteis provenientes de países de baixa renda, em uma aberta violação ao princípio da não-discriminação presente no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade, GATT*). Mais importante, a Seção 301 do Ato de Comércio (*Trade Act*) de 1974 autorizou o governo norte-americano a tomar medidas punitivas contra países que considerava comerciantes “injustos”. Muitas vezes usada diretamente, a Seção 301 foi mais eficaz como uma ameaça que induziu parceiros comerciais – países especialmente do Leste Asiático – a aceitar as chamadas limitações voluntárias das exportação (*voluntary export restraints/ VERs*).⁵⁹ Uma novidade absoluta nos anais do comércio internacional, as VERs são uma das expressões mais distintivas da concentração sem precedentes do poder mundial econômico e militar que tem caracterizado a hegemonia dos EUA em relação aos seus predecessores.⁶⁰

O estabelecimento da Guerra Fria na ordem mundial deixou, assim, pouco espaço para o duplo movimento de Polanyi, pois a nova potência hege-

mônica tinha uma relação com a economia política global radicalmente diferente daquela apresentada pela Grã-Bretanha no século XIX. Com efeito, o estabelecimento da hegemonia dos EUA em grande parte satisfazia as condições para o surgimento do que Polanyi considerava a “única alternativa” à “condição desastrosa dos assuntos” do período entre-guerras, ou seja, “o estabelecimento de uma ordem internacional dotada de um poder organizado que iria transcender a soberania nacional.” Tal curso, Polanyi afirmou, “estava inteiramente além do horizonte da época. Nenhum país da Europa, para não mencionar os Estados Unidos, iria se submeter a esse sistema.”⁶¹ E ainda, no momento em que Polanyi estava escrevendo, a administração de Roosevelt já estava patrocinando a formação de organizações interestatais que antecipavam um sistema desse tipo. Na realidade, nem as organizações de Bretton Woods, nem as organizações das Nações Unidas criadas em meados da década de 1940 foram habilitadas a exercer as funções governamentais mundiais que Roosevelt tinha previsto. Não obstante, o excepcional poder mundial dos Estados Unidos no final da Segunda Guerra Mundial permitiu ao governo dos EUA exercer essas funções eficazmente por cerca de 20 anos. A prodigiosa expansão do comércio mundial e da produção que ocorreu durante esses 20 anos fornece fortes evidências para apoiar a argumentação de Polanyi de que os mercados mundiais podem render resultados positivos ao invés de resultados desastrosamente negativos apenas se forem controlados, e que a própria existência de mercados mundiais durante qualquer duração de tempo requer algum tipo de governança mundial.⁶²

Não é de estranhar que durante esses 20 anos a crença na autorregulação dos mercados estivesse em descrédito total. O que pode parecer surpreendente é que menos de dez anos depois do Presidente Nixon ter declarado que “somos todos keynesianos agora,” os Estados Unidos começaram a promover um ressurgimento do credo liberal. Essa reviravolta levanta duas questões principais. Em primeiro lugar, o que levou os Estados Unidos a promover o renascimento do credo liberal, apesar das condições histórico-mundiais radicalmente diferentes da sua hegemonia em comparação com aquelas da hegemonia britânica do século XIX? E em segundo, como essas diferentes condições afetaram o funcionamento do duplo movimento de Polanyi? Vamos lidar com a segunda pergunta na seção final do artigo e agora nos concen-

59 Elisabeth Becker, “A New Villain in Free Trade: The Farmer on the Dole,” *The New York Times*, 25 de agosto de 2002, sec. IV, p. 10; Robert Gilpin, *The Challenge of Global Capitalism: The World Economy in the 21st Century* (Princeton: Princeton University Press, 2000), p. 80-82.

60 Longe de ser abandonado quando os Estados Unidos lançaram sua cruzada neoliberal, o uso de ameaças de fechar o mercado dos EUA no intuito de forçar os principais concorrentes a limitar suas exportações para os Estados Unidos e a abrir seus mercados para as exportações e investimentos estrangeiros diretos intensificou-se na década de 1980. Marcos dessa intensificação foram os Acordos de Semicondutores (*Semi-conductor Agreements*) de 1986 e 1991, o Comércio de Ônibus e Ato de Competência de 1988 (“Super 301”) (*Omnibus Trade and Competition Act of 1988*), e o Ato de Impedimentos Estruturais de 1989 (*Structural Impediments Act of 1989*). Ver Robert Brenner, *The Boom and the Bubble: The U.S. in the World Economy* (New York: Verso, 2002), p. 60.

61 Polanyi, *The Great Transformation*, p. 22.

62 Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times* (London: Verso, 1994), p. 327-28.

traremos na primeira questão.

O renascimento do credo liberal promovido pelos EUA foi principalmente uma resposta à crise hegemônica dos EUA da década de 1970. Como discutimos detalhadamente em outro lugar,⁶³ a crise foi simultaneamente uma crise de rentabilidade e uma crise de legitimidade. A crise de rentabilidade deveu-se, sobretudo, à intensificação mundial de pressões competitivas nas empresas capitalistas (incluindo corporações multinacionais dos EUA) que se seguiu desde a grande expansão do comércio mundial e a produção da década de 1950 e 1960. Concordamos com a alegação de Robert Brenner de que a crise de rentabilidade do final da década de 1960 e início da década de 1970 surgiu a partir da mesma fonte da expansão econômica mundial anterior: o processo do “desenvolvimento desigual”, pelo qual países da Europa Ocidental e o Japão “alcançaram” com sucesso as conquistas desenvolvimentistas dos EUA.⁶⁴

Concentrando-se na Alemanha e no Japão, Brenner argumenta que a capacidade desses países para combinar as tecnologias de alta produtividade, desenvolvidas pioneiramente pelos Estados Unidos, com os grandes e flexíveis suprimentos de mão de obra barata que enchiam suas pequenas e médias empresas das zonas rurais atrasadas, provocou uma subida nas suas taxas de lucro e investimento. Ao longo do início da década de 1960 essa tendência não afetou negativamente as atividades comerciais dos EUA porque “as mercadorias produzidas no exterior continuaram em sua maior parte incapazes de competir no mercado dos EUA e porque os produtores norte-americanos dependiam pouco das vendas no exterior.”⁶⁵ Com efeito, a rápida expansão econômica da Europa Ocidental e do Japão criou mercados rentáveis para as multinacionais e os bancos dos EUA, novas oportunidades de exportação para fabricantes norte-americanos baseados no mercado nacional, e recursos ideológicos para o governo norte-americano

na Guerra Fria. Ao longo do início da década de 1960, o desenvolvimento desigual, no sentido em que Brenner usa a expressão, foi, assim, um jogo de resultado positivo que apoiou “uma simbiose, altamente conflituosa e instável, de líder e seguidores, de desenvolvedores antigos e novos, e dos que hegemonomizam e dos que são hegemonomizados.”⁶⁶

Em meados da década de 1960, em contraste, a Alemanha e o Japão tinham não só alcançado, mas também tinham “tomado a dianteira dos EUA como líder ... em uma indústria chave após a outra – têxteis, aço, automóveis, ferramentas para maquinaria, eletrônica de consumo.”⁶⁷ Mais importante, os produtores mais novos e com custos mais baixos, com base nesses e em outros países seguidores, começaram a “invadir mercados até então dominados pelos produtores das regiões-líder, especialmente os Estados Unidos e também o Reino Unido.”⁶⁸ Como resultado desta irrupção de mercadorias com preços mais baixos para os Estados Unidos e os mercados mundiais, entre 1965 e 1973 fabricantes estadunidenses sofreram uma redução de mais de 40% da taxa de retorno sobre seu capital social.⁶⁹ Fabricantes estadunidenses responderam a essa intensificação da concorrência colocando o preço dos produtos abaixo do custo total (ou seja, procurando a taxa estabelecida de lucro apenas no seu capital circulante), reprimindo o crescimento dos custos salariais e atualizando suas instalações e equipamentos. Em última análise, no entanto, a arma dos EUA mais decisiva na luta competitiva incipiente foi uma drástica desvalorização do dólar em relação ao marco alemão (no total de 50% entre 1969 e 1973) e o iene japonês (no total de 28,2% entre 1971 e 1973). Essa desvalorização maciça, Brenner observa, garantiu “o tipo de reviravolta em custos relativos que [o setor manufatureiro dos Estados Unidos] tinha sido incapaz de alcançar por meio do crescimento da produtividade e da contenção salarial.”⁷⁰

A desvalorização teve um efeito de galvanização na economia dos EUA. Rentabilidade, crescimento de investimentos e produtividade do trabalho na indústria prepararam um retorno, e a balança comercial dos Estados Unidos atingiu um superávit. O impacto sobre as economias alemã e japonesa foi justamente o oposto. A competitividade de seus fabricantes foi drasticamente restringida, e agora era a sua vez “de renunciar a suas altas taxas de retorno se desejassem manter suas vendas.”

63 Ibid.; Arrighi e Silver, *Chaos and Governance*; Silver, *Forces of Labor*, p. 20-21, p. 151-56, p. 160-67, p. 173-77.

64 Robert Brenner, “The Economics of Global Turbulence: A Special Report on the World Economy, 1950-1998,” *New Left Review* 229 (Maio/Junho 1998): 1-264; Robert Brenner, *The Boom and the Bubble*. A forma de Brenner usar a expressão “desenvolvimento desigual” ecoa a de Trotsky e Lenin, mas difere radicalmente do uso contemporâneo mais comum para designar a tendência do desenvolvimento capitalista para polarizar e diversificar o espaço geográfico (por exemplo, ao longo das linhas núcleo/periferia). Ver principalmente Samir Amin, *Unequal Development* (New York: Monthly Review Press, 1976), e Neil Smith, *Uneven Development. Nature, Capital and the Production of Space* (Oxford: Basil Blackwell, 1984).

65 Brenner, “The Economics of Global Turbulence,” p. 91-92.

66 Brenner, *The Boom and the Bubble*, p. 14-15.

67 Brenner, “The Economics of Global Turbulence,” p. 41.

68 Ibid., p. 105-8.

69 Ibid., p. 93.

70 Ibid., p. 17-24.

A crise global de rentabilidade não foi superada, mas seu ônus foi distribuído mais uniformemente entre os principais países capitalistas.⁷¹ De fato, Brenner afirma que, desde o início da década de 1970, a desvalorização e a revalorização das moedas nacionais têm sido instrumentos-chave na luta competitiva através dos quais os principais países capitalistas têm tentado empurrar para os outros o ônus de uma taxa global de lucro persistentemente reduzida.⁷²

Embora Brenner não compare o que ele chama de Longo Declínio (*Long Downturn*) ou Estagnação Persistente (*Persistent Stagnation*) de 1973-93⁷³ com a Grande Depressão de 1873-96, essa comparação é apropriada para nossas preocupações atuais. Ambos foram longos períodos de rentabilidade reduzida, ambos foram caracterizados por uma intensificação mundial das pressões competitivas na empresa capitalista, e ambos foram precedidos por uma expansão excepcionalmente sustentada e rentável da produção e do comércio mundiais. Além disso, em ambos os períodos, a crise de rentabilidade e a intensificação da competição surgiram a partir das mesmas fontes da expansão anterior: o sucesso de alguns países retardatários ao “alcançar” as realizações desenvolvimentistas anteriormente “monopolizadas” por um país líder. Quando substituímos o Reino Unido pelos Estados Unidos como o país líder, e os Estados Unidos e a Alemanha pela Alemanha e o Japão como países retardatários, a interpretação de Brenner sobre a crise de rentabilidade do final do século XX pode ser aplicada também à crise do final do século XIX. Conforme Landes observou com referência ao que foi mencionado por último,

Esta mudança do monopólio para a concorrência foi provavelmente o fator mais importante na criação de um cenário para as empresas industriais e comerciais europeias. O crescimento econômico era agora também uma luta econômica – luta que servia para separar os fortes dos fracos, para desencorajar uns e endurecer outros, para favorecer as novas... nações em detrimento das antigas. O otimismo sobre o futuro do progresso indefinido deu lugar à incerteza e a um senso de agonia.⁷⁴

Apesar dessas similaridades básicas, a luta com-

71 Ibid., p. 124, 137.

72 Brenner, *The Boom and the Bubble*, p. 24-133.

73 Brenner é ambíguo sobre se o Longo Declínio realmente terminou em 1993 ou se continuou até hoje. Em seu último livro, ele parece inclinar-se para a ideia de que o renascimento econômico norte-americano pós-1993 não reverteu o Longo Declínio da economia global (ver especialmente Ibid., p. 243-84).

74 Landes, *The Unbound Prometheus*, p. 240.

petitiva durante as duas grandes depressões se desenrolou ao longo de caminhos radicalmente diferentes. Como observado anteriormente, em 1873-96 a principal forma de concorrência interempresarial era uma “guerra de preços” que resultou na “mais drástica deflação na memória do homem.” Intimamente relacionados com essa tendência, os governos dos principais países capitalistas sujeitaram suas moedas aos mecanismos autorreguláveis de um padrão metálico, rendendo-se, assim, à desvalorização e à reavaliação das moedas como meio de luta competitiva. Cada vez mais, no entanto, os governos se tornaram apoiadores ativos de suas indústrias internas através de práticas protecionistas e mercantilistas, incluindo, e principalmente, a construção de impérios coloniais ultramarinos, minando, desta forma, a unidade do mercado mundial.

Em todos esses aspectos, a luta competitiva durante o Longo Declínio do final do século XX se desenrolou em uma direção radicalmente diferente. Especialmente na década de 1970, os preços das commodities em geral aumentaram em vez de cair. Embora as pressões inflacionistas tivessem sido contidas nas décadas de 1980 e 1990, os preços continuaram a aumentar durante o Longo Declínio. Desde o início do Declínio, a última tênue ligação entre a circulação monetária e um padrão metálico – o padrão de câmbio ouro-dólar (*gold-dollar exchange standard*) estabelecido em Bretton Woods – foi cortada e nunca foi restaurada. Os governos dos principais países capitalistas se encontravam, portanto, em posição de usar a desvalorização e a reavaliação das moedas como meios na luta competitiva. E embora tenham feito isso sistematicamente, eles, mesmo dessa forma, continuaram a promover a integração do mercado mundial através de uma série de negociações que liberalizaram ainda mais o comércio e o investimento mundiais, que vieram eventualmente a resultar na formação da Organização Mundial do Comércio/OMC (*World Trade Organization/WTO*).

A crença em mercados livres propagada pelos Estados Unidos desde 1980 foi, de certa forma, uma sustentação ideológica deste processo de continuada liberalização do comércio e do investimento internacionais. Este processo, no entanto, vinha acontecendo desde a década de 1950 sem qualquer descontinuidade fundamental que pudesse explicar a súbita falência do Keynesianismo em favor da “magia do mercado” – uma versão inculca da crença utópica do século XIX na “salvação do homem através do mercado autorregulável.” Para explicar esta súbita mudança outra coisa é necessária. Esta outra coisa são os efeitos desastrosos que o abandono do padrão de câmbio ouro-dólar e a grande inflação dos anos 70

tinham sobre a crise da hegemonia dos EUA. Como afirma Brenner, a desvalorização maciça do dólar de 1969-73 ajudou os Estados Unidos a empurrar o ônus da crise da rentabilidade para a Alemanha e Japão. A crise de rentabilidade, como sempre, foi apenas um componente de uma crise mais ampla da hegemonia dos EUA – uma crise que foi aprofundada, em vez de aliviada, pela desvalorização maciça do dólar.

O outro componente principal desta crise mais ampla foram as dificuldades, tanto políticas como econômicas e sociais, que o governo dos EUA enfrentou ao conter o desafio conjunto do nacionalismo e do comunismo no Terceiro Mundo. Essas dificuldades atingiram seu clímax na mesma época em que a crise de rentabilidade, momento em que a escalada da guerra no Vietnã não conseguiu quebrar a resistência vietnamita e, em vez disso, provocou uma oposição generalizada à guerra dentro do próprio Estados Unidos. O colapso do regime de taxas de câmbio fixo de Bretton Woods e a subsequente desvalorização maciça do dólar norte-americano foram tanto o resultado dos custos crescentes dessa guerra – incluindo os custos dos programas visando a contenção da maré da oposição doméstica em relação à guerra –, como o resultado das respostas dos EUA à crise de rentabilidade.⁷⁵ Pelo menos, inicialmente, tiveram sucesso ao proteger as empresas dos EUA das pressões competitivas e até mesmo pareciam dotar o governo dos EUA com uma liberdade sem precedentes de ação ao tirar vantagem dos recursos do resto do mundo simplesmente emitindo sua própria moeda.⁷⁶ No entanto, eles não poderiam evitar a derrota dos EUA no Vietnã ou parar a queda acentuada do prestígio e do poder do país em consequência dessa derrota. Com efeito, se isso é possível, eles pioraram esse declínio ao provocar uma espiral inflacionária mundial que ameaçou destruir toda a estrutura de crédito dos EUA e as redes mundiais de acumulação de capital de que a riqueza e o poder norte-americanos se tornaram mais dependentes do que nunca.⁷⁷

O declínio do poder e do prestígio dos EUA alcançou seu nadir no final da década de 1970 com a Revolução Iraniana, o novo aumento dos preços de petróleo, a invasão soviética do Afeganistão e a nova grave crise de confiança no dólar norte-americano. Foi nesse contexto que nos anos finais da administra-

ção Carter, e depois com maior determinação sob a de Reagan, ocorreu uma mudança drástica nas políticas dos EUA. Evitando o tipo de confronto que levou à derrota no Vietnã, o governo dos EUA iniciou uma escalada da corrida armamentista com a URSS, muito além do que esta poderia pagar economicamente. Mais importante, o governo dos EUA começou a recorrer a políticas econômicas – uma contração drástica na oferta de dinheiro, maiores taxas de juros, redução de impostos para os ricos e praticamente irrestrita liberdade de ação para as empresas capitalistas – que liquidaram não só o legado do *New Deal* interno, mas também, e especialmente, o legado do *Fair Deal* para os países pobres, lançado por Truman em 1949.⁷⁸

Por meio dessas políticas, o governo dos EUA começou a competir agressivamente por capital em todo o mundo para financiar o comércio crescente e o déficit de conta corrente no balanço de pagamentos dos EUA, provocando, assim, um aumento acentuado nas taxas de juros reais no mundo e uma grande inversão na direção dos fluxos de capitais globais. De principal fonte da liquidez mundial e do investimento direto nos anos 1950 e 1960, na década de 1980, os Estados Unidos passaram a ser a principal nação devedora do mundo e, de longe, o maior receptor de capitais estrangeiros. A extensão da reversão pode ser aferida pela mudança na conta corrente da balança de pagamentos norte-americanos.⁷⁹ No período de cinco anos compreendido entre 1965 e 1969, a conta ainda tinha um superávit de US\$12 bilhões, o que constituía quase metade (46%) do total excedente dos países do G7. Em 1970-74, o excedente diminuiu para US\$4,1 bilhões e 21% do total excedente dos países do G7. Em 1975-79, o excedente transformou-se em um déficit de US\$7,4 bilhões. Depois disso, o déficit aumentou para níveis que eram inimagináveis anteriormente: US\$146,5 bilhões em 1980-84, US\$660,6 bilhões em 1985-89, recuando para US\$324,4 bilhões em 1990-94, antes de inchar para US\$912,4 bilhões em 1995-99.⁸⁰

78 Philip McMichael, *Development and Social Change: A Global Perspective*, 2a. ed. (Thousand Oaks, CA: Sage, 2000). Ver também Giovanni Arrighi, Beverly J. Silver, e Benjamin D. Brewer, “Industrial Convergence and the Persistence of the North-South Divide,” *Studies in Comparative International Development* 38, no. 1 (Spring 2003).

79 Deixando de lado “erros e omissões”, os excedentes da conta corrente são indicativos de saídas líquidas de capital, e déficits em conta corrente são indicativos de afluxo líquido.

80 Calculado a partir do Fundo Monetário Internacional (International Monetary Fund), *Anuário de Estatísticas Financeiras Internacionais* (International Financial Statistics Yearbook) (Washington, DC: International Monetary Fund, vários anos).

75 Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 300-308, p. 320-21; Silver, *Forces of Labor*, p. 173-77.

76 Riccardo Parboni, *The Dollar and Its Rivals* (London: Verso, 1981), p. 47, p. 89-90.

77 Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 310-14, p. 317-20.

Isso foi uma inversão de proporções históricas que reestruturou, fundamentalmente, a relação dos Estados Unidos com a economia global. O aspecto mais importante desta reestruturação foi a transformação dos Estados Unidos em um entreposto financeiro global. Como observado anteriormente, a Grã-Bretanha tinha desempenhado esse papel durante toda a sua hegemonia mundial. Sua posição como a câmara de compensação mundial, no entanto, tornou-se especialmente importante quando os avanços industriais dos países atrasados enfraqueceram a posição da Grã-Bretanha como a oficina do mundo. Foi de fato uma maior especialização como um intermediário financeiro global que permitiu a Grã-Bretanha consolidar a sua centralidade na economia global e desfrutar o que ficou na memória como a *belle époque* Edwardiana.

Ao contrário da Grã-Bretanha, no auge da sua supremacia industrial os Estados Unidos não desempenharam o papel de entreposto financeiro global. No entanto, como os países atrasados alcançaram as realizações industriais dos EUA, e as pressões competitivas em atividades industriais se intensificaram, os Estados Unidos também começaram a se especializar em atividades financeiras – uma especialização que eventualmente resultou na própria *belle époque* estadunidense. Já no final da década de 1960 e no início da década de 1970, as empresas dos EUA mostraram a disposição típica de todos os líderes anteriores de processos de acumulação em uma escala mundial quando desafiados pela intensificação da concorrência. Elas tendiam a reter na forma líquida uma proporção crescente de entrada dos seus fluxos de caixa.⁸¹ Esta elevada preferência pela liquidez era em si uma condição favorável para a transformação do capital dos EUA no agente principal da expansão financeira mundial incipiente. Todavia, duas outras condições eram necessárias para os Estados Unidos se tornarem o entreposto financeiro do mundo. Uma foi a adoção pelo governo dos EUA de políticas fiscais e monetárias que iriam atrair, ao invés de repelir, o capital móvel de todo o mundo – incluindo a massa crescente da liquidez que as multinacionais

81 Esta disposição foi particularmente evidente no caso de corporações multinacionais dos EUA, cuja elevada preferência pela liquidez contribuiu de forma decisiva para o crescimento explosivo dos mercados financeiros extraterritoriais no final da década de 1960 e início da década de 1970. Este crescimento explosivo, por sua vez, foi um fator importante na desestabilização e eventual colapso do padrão de câmbio ouro-dólar (ver Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 301-5, p. 308-14). A ausência de qualquer referência à disposição do capital para responder à intensificação da concorrência através de uma preferência acentuada por liquidez é uma das principais deficiências da análise de Brenner sobre o Longo Declínio.

dos EUA estavam “estacionando” nos mercados monetários *offshore*. E a outra condição era a adoção, por tantos outros governos quanto possível, das políticas que facilitariam o fluxo de capital para dentro e fora dos mercados financeiros dos EUA.

A primeira condição foi estabelecida pela mudança radical nas políticas econômicas dos Estados Unidos no período de 1979-82 discutido acima. O subsequente redirecionamento maciço dos fluxos de capital para os Estados Unidos foi em si um poderoso estimulante para o estabelecimento da segunda condição. Na década de 1970, a combinação dos lucros reduzidos em países do Primeiro Mundo e das políticas monetárias frouxas resultou em enormes empréstimos para selecionar os países do Terceiro (e Segundo) Mundo. Quando os Estados Unidos inverteu suas políticas monetárias e começou a competir agressivamente nos mercados financeiros mundiais, a “inundação” de capital da década de 1970 transformou-se na “seca” (*drought*) da década de 1980.⁸² Primeiramente sinalizada pela moratória mexicana de 1982, a seca criou um ambiente propício para a mudança favorável ao capital nas políticas que o chamado Consenso de Washington (*Washington Consensus*) começou a advogar aproximadamente ao mesmo tempo.

Aproveitando as dificuldades financeiras de muitos países de baixa e média renda, as agências do Consenso de Washington convidaram-nos a abandonar as estratégias estatistas e introspectivas até então defendidas pela teoria do desenvolvimento. Convidaram-nos a agir, em vez disso, usando as regras de um jogo completamente diferente – ou seja, abrir suas economias nacionais aos ventos frios da intensificação da concorrência do mercado mundial e a superar outros países, concedendo às empresas capitalistas a maior liberdade possível de movimento e ação. Do ponto de vista dos Estados Unidos, essas novas estratégias prometeram alargar e aprofundar o alcance do entreposto financeiro global dos EUA, que estava em formação e, assim, aumentar a eficácia da financialização ao reviver o poder e a riqueza dos EUA. De que maneira elas iriam também melhorar as chances de sucesso dos esforços dos países do Terceiro e do Segundo Mundo para alcançar os padrões de riqueza do Primeiro Mundo, isso não estava muito claro. Como veremos, isso não ocorreu. Inicialmente, no entanto, o desencanto com as estratégias

82 Basta mencionar que o sucesso dos Estados Unidos em atrair capital transformou a saída de US\$46,8 bilhões de capital de países do G7 da década de 1970 (conforme foi medido pelos seus excedentes de conta corrente consolidados para o período 1970-79) em uma entrada de US\$347,4 bilhões em 1980-89 e de US\$318,3 bilhões em 1990-99 (calculado a partir do Fundo Monetário Internacional, vários anos).

antigas, intensificando as pressões competitivas, ou a pura falta de alternativas acreditáveis induziram os países de baixa renda a acreditar na “magia do mercado” e tentar suas chances com as novas regras do jogo.⁸³

O RENASCIMENTO DO DUPLO MOVIMENTO DE POLANYI

Como no século XIX, o movimento em direção a mercados alegadamente autorreguláveis (agora disfarçados sob o rótulo de “globalização”) tem suscitado um contramovimento de proteção das perturbações causadas pela intensificação da concorrência mundial por capital e mercados. Este duplo movimento, no entanto, atua de maneira bem diferente daquela sob a hegemonia britânica. Uma primeira diferença fundamental é que, no final do século XX, forças sociais subordinadas restringiram, desde o início, o movimento em direção à autorregulação dos mercados de um modo muito maior do que no século XIX.

Essa influência restritiva das forças sociais subordinadas pode ser vista mais claramente no total abandono, ao invés da restauração, do padrão-ouro, no qual se baseou a cruzada liberal do final do século XX. Esse afastamento radical do credo liberal do século XIX não se deveu apenas ao que as classes dirigentes tinham aprendido com as consequências desastrosas do padrão-ouro no início do século XX, ou à relação diferente dos Estados Unidos com a economia global em comparação com a da Grã-Bretanha. Isso se deveu também à impossibilidade social sob as circunstâncias contemporâneas de sujeitar a circulação monetária a mecanismos automáticos de um padrão metálico. Esta impossibilidade social foi, sem dúvida, uma das razões por que em 1970 o governo dos Estados Unidos abandonou suas tentativas acanhadas de conter a onda de especulação contra o padrão ouro-dólar de troca e em vez disso recorreu ao estímulo fiscal e ao crédito fácil.⁸⁴ Mas a mesma impossibilidade social foi mais evidente no país que,

na década de 1960, tornou-se o mais fiel defensor de um retorno a um padrão de ouro puro, a França de De Gaulle. Pois não é por acaso que a defesa francesa do padrão-ouro terminou abruptamente, para nunca ser revivida novamente, em maio de 1968, quando De Gaulle teve de conceder um aumento salarial elevado para evitar que a mão de obra se alinhasse com os alunos rebeldes. Tivesse a circulação monetária sido sujeita ao mecanismo automático de um padrão metálico, tal aumento de salário teria sido impossível. Estando perfeitamente ciente disso, De Gaulle fez o que era necessário para restaurar a paz social e por um fim aos devaneios sobre um retorno ao padrão-ouro. Como essas e outras experiências nacionais sugerem, o contramovimento social no final do século XX antecipou (ao invés de seguir, como no século XIX) o movimento em direção a mercados autorreguláveis, assim, limitando o seu âmbito e neutralizando antecipadamente alguns dos seus aspectos potencialmente mais destrutivos.⁸⁵

Em parte relacionada com o exposto acima, uma diferença ainda mais crucial entre o funcionamento do presente e o do passado do duplo movimento de Polanyi é que a principal força na desestabilização do mercado global centrado no Reino Unido – o imperialismo e a preparação meio consciente para a autocracia de potências capitalistas emergentes mais e mais dependentes de um sistema cada vez mais incerto da economia mundial – está praticamente ausente no contramovimento contemporâneo contra as perturbações do mercado global centrado nos Estados Unidos. Essa ausência pode ser atribuída a um número de circunstâncias, incluindo a centralização sem precedentes do poder militar global nas mãos dos Estados Unidos, a integração igualmente sem precedente das potências capitalistas em densas redes transnacionais de produção e de acumulação, e a crescente dependência das potências capitalistas, antigas e novas, dos recursos de cada uma para a reprodução da sua posição privilegiada na economia política global. Não estamos dizendo que não há brigas entre as potências capitalistas sobre o ritmo e a direção do processo de formação do mercado mundial. Simplesmente não vemos essas discussões se transformando na força motriz na reversão desse processo, como o que ocorreu no final do século XIX e no início do século XX.

O que está faltando, acima de tudo, são as duas condições sociais que se reforçam mutuamente e que

83 Arrighi, Silver, e Brewer, “Industrial Convergence and the Persistence of the North-South Divide.” Ver também also John Toye, *Dilemmas of Development. Reflections on the Counter-revolution in Development Economics*, 2a. ed. (Oxford: Blackwell, 1993); Philip McMichael, *Development and Social Change*; Sarah Bracking, “Structural Adjustment: Why It Wasn’t Necessary and Why It Did Work,” *Review of African Political Economy* 80 (1999): 207-26; Manfred Bienefeld, “Structural Adjustment: Debt Collection Devise or Development Policy?” *Review* (Fernand Braudel Center) XXIII, no. 4 (2000): 533-82.

84 Cf. Robert Brenner, “The Economics of Global Turbulence,” p. 120-21.

85 O aumento da velocidade (antecipatório) com o qual o duplo movimento surgiu está em consonância com o que temos em outros lugares conceitualizado como um “excesso de velocidade acima da história social” (Arrighi e Silver, *Chaos and Governance*, Cap. 3).

se encontram subjacentes às rivalidades interimperialistas de um século atrás. Uma foi a facilidade com a qual países capitalistas do núcleo poderiam mobilizar capital e mão de obra na conquista, formação e consolidação de impérios coloniais ultramarinos. E a outra era a vulnerabilidade do mundo não-Occidental à conquista e subjugação por mecanismos militares e industriais ocidentais ou ocidentalizados. A capacidade destrutiva desses mecanismos é incomparavelmente maior hoje do que há 100 anos. Um enorme aumento da capacidade de destruir, no entanto, tem sido acompanhado por uma queda acentuada na capacidade de os Estados capitalistas mais ricos, os Estados Unidos aí incluídos, controlar as populações em terra, exceto a custos sociais e econômicos exorbitantes referentes aos benefícios. Todos os tipos de erros de cálculo de custo-benefício, sem dúvida, estavam envolvidos no agravamento das rivalidades interimperialistas que desestabilizou e eventualmente destruiu o sistema de mercado global centrado no Reino Unido. Mas, para os poderes capitalistas de hoje se envolverem em rivalidades similares, eles teriam que fazer erros de cálculo implausíveis.

Uma fonte mais provável de reversão do processo de formação do mercado mundial centrado nos EUA é o seu próprio protecionismo persistente. Como já observado, mesmo no auge de sua cruzada para mercados abertos e livres os Estados Unidos têm pregado, muito mais do que praticado, o credo liberal. Entre os últimos exemplos dessa incoerência, constatamos a redução de impostos para os exportadores americanos que levaram a Organização Mundial do Comércio/OMC (*World Trade Organization*) a autorizar sanções europeias aos produtos dos EUA no valor de mais de US\$4 bilhões, a instituição em março de 2002 de uma tarifa de até 30% sobre o aço importado de fora do Tratado Norte-Americano de Comércio Livre (*North American Free Trade Agreement/NAFTA*), e a assinatura, dois meses depois, de US\$190 bilhões, de uma lei agrícola de dez anos, o que aumenta os subsídios governamentais para a produção agrícola dos Estados Unidos. Esta é outra diferença importante entre o funcionamento do duplo movimento de Polanyi sob o domínio britânico e sob a hegemonia dos EUA. Embora a Grã-Bretanha consistentemente tenha aderido ao movimento de comércio livre, os Estados Unidos têm sido muito menos consistentes, minando assim a credibilidade da sua cruzada para mercados abertos e livres.

Particularmente prejudicial a esse respeito tem sido a lei agrícola de maio de 2002. Alguns dos mais fiéis seguidores do credo neoliberal no Sul do mundo – Brasil, África do Sul e Tailândia – têm protestado em voz alta, “acusando a administração de Bush de

hipocrisia”.

Queixaram-se de que em um minuto os EUA dizem que querem que os países em desenvolvimento dependam do comércio livre ao invés da ajuda de terceiros, no próximo minuto promulga uma lei que dizem ser o maior impedimento no comércio livre de alimentos, uma mercadoria que todos esses países produzem.... “Esta é a maneira dos países ricos,” disse Prakarn Virakul, o adido agrícola da embaixada tailandesa em Washington.... “Eles nos dizem para abrir nossos mercados; nós abrimos, mas eles não param de dar subsídios aos seus agricultores. Agora os agricultores norte-americanos receberão dinheiro para cultivar arroz barato e empurrar para baixo o preço mundial para os próximos seis anos. Isso faz com que os nossos agricultores encerrem suas atividades.”⁸⁶

As inconsistências dos EUA são sem dúvida um grande fator contribuinte para o contramovimento para a proteção da sociedade. Bem independente de tais inconsistências, no entanto, partindo de Seattle em direção à recente onda de protesto latino-americano sobre o comércio livre⁸⁷, a principal força motriz do contramovimento tem sido a resistência vinda do Sul do mundo. As razões não são difíceis de encontrar. Conforme um importante economista do Banco Mundial ressaltou, uma “melhoria significativa nas variáveis de política” dentre os países “em desenvolvimento” desde 1980 – isto é, maior adesão para as políticas neoliberais preconizadas pelo Consenso de Washington – tem sido associada não a uma melhoria, mas a uma deterioração acentuada do seu desempenho econômico, como testemunhado pela queda da taxa média de crescimento de sua renda per capita de 2,5% em 1960-79 a 0% em 1980-98.⁸⁸ A principal causa dessa deterioração foi a súbita mudança das circunstâncias sistêmicas mundiais ocorridas por volta de 1980 como resultado da resposta dos Estados Unidos à crise da década de 1970. Exceto pela China, muito poucos países dentre os países de baixa e média

86 Becker, “A New Villain in Free Trade,” p. 10.

87 Sobre a antiga resistência aos programas de ajustes estruturais na década de 1980s, ver John Walton e Charles Ragin, “Global and National Sources of Political Protest: Third World Responses to the Debt Crisis,” *American Sociological Review* 55 (December 1990): 876-90. Sobre o mais recente contramovimento na América Latina, ver Juan Forero, “Protest over Free Markets Is Sweeping Latin America,” *International Herald Tribune*, 22 de julho de 2002, p. 2. Para uma avaliação dos protestos contra o anti-World Trade Organization (WTO) em Seattle em 1999, ver Beverly J. Silver e Giovanni Arrighi, “Workers North and South,” em *Socialist Register 2001: Working Classes: Global Realities*, editado por Leo Panitch e Colin Leys (London: Merlin, 2001), p. 53-76.

88 William Easterly, “The Lost Decades: Developing Countries’ Stagnation in Spite of Policy Reform 1980-1998,” *Journal of Economic Growth* 6 (2001): 135-57 (p. 135-45 citadas).

renda poderiam resistir à concorrência dos EUA nos mercados financeiros mundiais.⁸⁹ Sua adesão cada vez mais rigorosa e generalizada aos preceitos do credo neoliberal facilitou a migração maciça de capital para os Estados Unidos, mas fez pouco ou nada para redirecionar o capital na sua própria direção.

Essa possibilidade é agora cogitada até mesmo nas colunas do *The New York Times*. Como Joseph Kahn declara na Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento e Desenvolvimento (*United Nations International Conference on Financing and Development*), em Monterrey, México,

Talvez além da China, o único país que parece, de forma inequívoca, ter se beneficiado da tendência de mercados abertos em todo o mundo é os Estados Unidos, onde um enorme afluxo de capital tem ajudado a permitir que os norte-americanos gastem mais do que economizam e importem mais do que exportam. “A tendência da globalização é que o capital excedente está se deslocando dos países da periferia para o centro, que é os Estados Unidos,” disse George Soros...

[quem] veio a Monterrey para convencer os líderes a apoiar sua ideia de criação de um pool de US\$27 bilhões... para financiar o desenvolvimento, especialmente quando os fluxos de capital privados se esgotarem. “A visão do governo dos EUA é que os mercados têm sempre razão,” disse o Sr. Soros.

89 O movimento da China em direção à integração no mercado global “autorregulável” tem sido acompanhado por um contramovimento forte para a autoproteção da sociedade. Os principais protagonistas deste contramovimento são trabalhadores que foram demitidos em empresas pertencentes ao estado, pois a busca da China pela competitividade econômica global tem andado a par com demissões maciças e com o desmantelamento do Estado de Bem Estar da China (o esmagamento da “tigela de arroz de ferro”). Sobre a onda de agitação trabalhista na China, ver Dorothy J. Solinger, “WTO and China’s Workers” (trabalho apresentado no Woodrow Wilson Center, Washington, D.C., em 12 de dezembro de 2001); Erik Eckholm, “Chinese Warn of Civil Unrest across Country: Communist Party Document Paints Picture of Discontent,” *International Herald Tribune*, 2-3 de junho de 2001, p. 1, p. 4; e Philip P. Pan, “‘High Tide’ of Labor Unrest in China,” *The Washington Post*, 21 de janeiro de 2002, p. A1. Para uma conceituação desta onda de agitações trabalhistas na China como agitação “do tipo Polanyi”, ver Silver, *Forces of Labor*, p. 20, p. 65, p. 167.

“Minha opinião é que os mercados estão quase sempre errados, e eles terão que estar certos.”⁹⁰

O problema para as vítimas da “globalização” não é o fato de que “os mercados estão quase sempre errados, e terão de ser corrigidos.” O verdadeiro problema é que alguns países têm o poder de fazer o mercado mundial trabalhar em proveito próprio, enquanto outros não têm esse poder e têm de arcar com os custos. O peso destes custos provocou incontáveis resistências das bases⁹¹, mas também precipitou colapsos sociais generalizados no antigo Segundo e Terceiro Mundos. Ao mesmo tempo, os centros de poder mundial, especialmente nos Estados Unidos, o “órgão” para sentir o perigo e despertar a “função vital” de proteger a sociedade mundial está atrofiado.⁹² A autoproteção da sociedade no núcleo tornou-se o outro lado da moeda de um processo crescente de desestabilização no resto do mundo. No rescaldo da *belle époque* britânica, a percepção do perigo – e a vontade e a capacidade de responder com medidas destinadas a proteger a sociedade mundial – só foi despertada através da experiência de um longo período de caos sistêmico. A tragédia contemporânea é que a humanidade não está fadada a viver outro período igual a esse – existem escolhas que poderiam ser feitas por aqueles com poder para evitar a catástrofe – mas todos os sinais apontam para um mergulho mais ou menos iminente em uma nova fase de caos sistêmico global. ■

90 Joseph Kahn, “Globalization Proves Disappointing,” *The New York Times*, 21 de março de 2002.

91 Ver as notas 87 e 89.

92 Um sinal da atrofia é que mesmo a proposta modesta de Soros provou ser muito generosa para os Estados Unidos e seus aliados ricos. Tudo o que os Estados Unidos prometeram em Monterrey foi um aumento na ajuda estrangeira de US\$7 a US\$10 bilhões por ano até 2006 e os europeus prometeram um aumento de US\$10 bilhões por ano também até 2006. Se mantidas, essas promessas irão aumentar a ajuda externa total dos países ricos aos países pobres para US\$70 bilhões por ano no máximo; “A Fresh Start,” *The Economist*, 22 de março de 2002. Disponível em: www.economist.com/agenda. Em comparação, as despesas correntes dos Estados Unidos, a União Europeia e Japão em subsídios aos seus agricultores é mais de cinco vezes esse montante (calculado a partir de Becker, “A New Villain in Free Trade,” p. 10).

Silke Kapp, Rebekah Campos,
Pedro Arthur Novaes Magalhães
e Tiago Castelo Branco Lourenço

Loteadores Associativos

uma contextualização

Resumo

O processo de expansão periférica precária das metrópoles brasileiras pela ação de loteadores privados, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, foi bastante investigado e marca ainda hoje o senso comum acadêmico acerca dos loteamentos populares. Menos conhecida é a atuação de associações populares nesse mesmo processo durante as duas décadas seguintes. Como parte de uma pesquisa histórica mais ampla sobre essa forma de produção do espaço urbano e habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o presente artigo apresenta o tema dos chamados loteadores associativos e procura delinear o cenário econômico e político em que surgiram, os procedimentos que usaram e as razões pelas quais sua história foi quase ignorada, embora contenha elementos que interessam à discussão de políticas urbanas e habitacionais com o objetivo da autonomia coletiva.

Palavras-chave: Loteamentos; Habitação; Políticas públicas; Movimentos populares.

Abstract

The process of precarious suburban expansion of Brazilian cities by private land developers, especially in the 1960s and 1970s, has been fairly researched and still configures a kind of scholarly common sense about the so-called “loteamentos populares” (residential land divided up into small empty plots for self-building). Less known is the role of popular organisations in this very process during the next two decades. As part of a broader historical research on this form of production of urban and residential space in the metropolitan region of Belo Horizonte (Brazil), this paper introduces the topic of “associative developers” and seeks to outline the economic and political scenario in which they arose, the procedures they used and the reason why their history remains largely ignored, although it includes elements that matter to the discussion of urban and housing policies with the goal of collective autonomy.

Keywords: Residential land developments; Housing; Public policies; Popular organisation.

Silke Kapp, Rebekah
Campos, Pedro Arthur
Novaes Magalhães e
Tiago Castelo Branco
Lourenço

são pesquisadores
do Grupo MOM - UFMG.

kapp.silke@gmail.com

O LOTEADOR E SEU NEGÓCIO

O loteador se tornou uma espécie de personagem da literatura especializada sobre a urbanização das cidades brasileira e suas mazelas. Formalmente, ele equivale ao incorporador: pessoa física ou jurídica, com ou sem fins lucrativos, individual ou coletivo, atuante em qualquer faixa de renda. Mas no senso comum – popular e acadêmico – o loteador figura como pequeno capitalista fundiário que produz lotes na periferia para vendê-los a trabalhadores pobres com lucros exorbitantes, sendo assim responsável direto pela expansão da cidade precária. Tanto é que o termo loteador raramente comparece quando se trata de imóveis caros – o agente aí se chama ‘empreendedor’.

Nos anos 1970 e 1980, a produção de loteamentos periurbanos populares por loteadores privados foi objeto de pesquisas nas regiões metropolitanas de São Paulo (BONDUKI e ROLNIK, 1982), Rio de Janeiro (CHINELLI, 1980) e Belo Horizonte (COSTA, 1983). Essas pesquisas mostram como funcionava o negócio imobiliário dos loteamentos até aquele período e a visão que dele tinham os moradores e os próprios loteadores. Tomem-se, por exemplo, os loteadores do Rio de Janeiro entrevistados por Filippina Chinelli. Havia iniciado suas atividades na década de 1950, quando existiam poucas restrições e exigências legais. Compravam glebas baratas, abriam ruas e demarcavam lotes, dispensando a infraestrutura urbana. O pagamento pelas famílias se fazia em inúmeras prestações, sem entrada, fiadores, garantias e formalidades, mas a um preço alto em vista dos poucos dispêndios de produção. Um dos entrevistados explicita essa lógica sem constrangimento: “Eu, como comerciante que sou, tenho uma função específica, que é comprar barato e vender caro” (CHINELLI, 1980, p.56). Em outras palavras, a (baixa) solvabilidade da demanda e a (alta) taxa de lucro esperada determinavam o (baixíssimo) custo de produção e a (má) qualidade do produto. Mas os loteadores viam a si mesmos como promotores de justiça social, em contraposição a um Estado incompetente para suprir a demanda habitacional. E os moradores dos loteamentos tendiam a pensar de modo semelhante: consideravam mais fácil a negociação direta com o loteador do que o trato com instituições abstratas como bancos e órgãos públicos. Chinelli também indica que o incremento das exigências legais ao longo da década de 1970 vinha impelindo os loteadores a operar irregular ou clandestinamente, quando não abandonavam o ramo.¹ Como resume um deles,

“não adianta [a lei] exigir obras de infraestrutura que o povo não pode pagar” (CHINELLI, 1980, p.54). Conivência e corrupção das instâncias de aprovação e fiscalização fazem parte desse contexto de loteamento da periferia.

Embora as pesquisas citadas tenham tido o cuidado de evidenciar as contradições de tal processo e não demonizar a figura do loteador *per se*, elas forneceram elementos para que esse agente e seu negócio se tornassem, como já dito, uma espécie de senso comum da literatura especializada, com alusões a operações ‘especulativas’, ‘inescrupulosas’ ou até ‘selvagens’. Essa perspectiva não é falsa, porque de fato existem inúmeros loteamentos populares produzidos por loteadores privados, mas ela é incompleta. Na expansão periférica do espaço de moradia dos pobres há outros agentes loteadores que comparecem com muito menos frequência na discussão acadêmica. Um deles é o Estado, outro são movimentos sociais e associações populares.²

Iniciamos a pesquisa a esse respeito quase por acaso. Num pequeno protesto contra a polarização das discussões sobre a habitação entre o Programa Minha Casa Minha Vida e as intervenções em favelas, decidimos retomar a investigação empírica da periferia loteada, que ainda é a forma mais comum de moradia popular. Esperávamos encontrar na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) loteamentos feitos pelos clássicos loteadores privados. Mas no trabalho de campo constatamos que vários dos loteamentos iniciados entre 1980 e 2000 foram produzidos por associações. Percebemos também que esses loteadores associativos – como sugerimos denominá-los – tiveram pelo menos duas peculiaridades: a busca do valor de uso da moradia e da cidade, em vez de lucro ou renda fundiária; e experiências de gestão independentes do capital privado e do Estado.

A tentativa de reconstituir a história desses loteadores associativos ainda está em curso, mas os documentos, depoimentos e observações reunidos até agora nos permitem apresentar o tema e contextualizá-lo

destinidade, que à época da pesquisa de Chinelli estava começando a se delinear.

2 Evidentemente, a expansão periférica se produziu também por ocupações ‘espontâneas’, isto é, favelas, que não são objeto deste estudo. Lago (2003) argumenta que a distinção entre favelas e loteamentos se tornou nebulosa, porque já não cabem as contraposições que antes os diferenciavam, tais como legal versus ilegal ou traçado ordenado versus desordenado. Aqui mantivemos a tipologia adotada em outras ocasiões: no tipo parcelamento (que inclui loteamentos), as decisões sobre configuração urbana e delimitação de parcelas são tomadas num momento determinado e por um único agente (que pode ser coletivo); no tipo aglomerado (que inclui favelas) essas mesmas decisões são tomadas ao longo do tempo e por muitos agentes (KAPP, 2012).

1 De fato, pesquisas posteriores (RIBEIRO e LAGO, 1992; COSTA, 1994) confirmaram a progressiva ilegalidade e clan-

para uma discussão mais ampla.³ Com esse objetivo, o presente texto procura delinear o cenário econômico e político em que os loteadores associativos surgiram e os procedimentos que usaram, além de tentar apontar por que sua história foi quase ignorada, embora contenha elementos que interessam à discussão de políticas urbanas e habitacionais com o objetivo da autonomia coletiva.

O CENÁRIO DOS LOTEADORES ASSOCIATIVOS

A produção de loteamentos populares na RMBH da década de 1970 é descrita por Costa (1994, p.62) como “fruto de uma ação claramente orquestrada por parte de uma fração específica do capital imobiliário” que alcança “dimensões alarmantes”: 80 mil lotes sem infraestrutura ou quaisquer facilidades urbanas são produzidos ali por loteadores privados entre 1975 e 1979. A autora também constata a retração desse ramo na década de 1980, em razão da inflação, do preço da terra, da queda do poder aquisitivo e das legislações mais rígidas (COSTA, 1994, p.67). Sua conclusão é de que a acelerada expansão urbana periférica dos anos 1970 é sucedida por uma fase de ocupação e adensamento de áreas já loteadas.

Sem excluir tal adensamento, compreendemos que os loteadores associativos começam a se organizar justamente nesse período de retração econômica. Se para os agentes do capital imobiliário o ramo dos loteamentos se torna inviável porque pouco lucrativo, o mesmo não vale para as associações. Com uma equação sem lucro, chegam a realizar empreendimentos em que a pequena capacidade de poupança dos associados cobre os custos de aquisição de uma gleba, contratação de projetos e serviços de topografia, e abertura de ruas. Mesmo assumindo tais custos, os associados pagam contribuições mensais muito inferiores às prestações em loteamentos privados com localização e infraestrutura equivalentes.⁴ Portanto,

³ A pesquisa que resultou nos dados aqui apresentados está sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras) da Escola de Arquitetura da UFMG, ao qual pertencem os autores. Cabe destacar o Trabalho de Conclusão de Curso de Rebekah Campos (2013), que aprofunda, no âmbito dessa temática, a história dos loteamentos associativos liderados ou apoiados pelo Padre Pier Luigi Bernareggi.

⁴ Os valores que nos foram informados por lideranças de associações e outros envolvidos são cerca de cinco vezes menores: enquanto loteadores privados cobravam prestações em torno de um salário mínimo, os associados pagavam 20% desse valor. Não temos fontes documentais para verificar essa informação, mas mesmo que haja distorções e exageros, é plausível que a discrepância tenha sido expressiva. Ela ficou marcada na memória dos informantes porque foi motivo de indignação

nas décadas que os economistas chamam de ‘perdas’ ofereceram brechas para uma produção não capitalista do espaço urbano que chegou a incluir projetos cooperativistas, tentativas de geração de renda, preservação ambiental e outros ideais para além da simples reprodução da força de trabalho assalariada.

O surgimento dos loteadores associativos é condicionado pelas políticas habitacionais da década de 1980, que são poucas, eventuais e até oportunistas. O Banco Nacional da Habitação (BNH), que na década de 1960 ainda destinava recursos a famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos, depois disso passa a favorecer mutuários de renda mais alta, mesmo para as unidades produzidas pelas Cohabs, isto é, pelas companhias habitacionais criadas para suprir o chamado “mercado popular” (AZEVEDO, 1988). Como medida compensatória e para não abandonar por completo seus objetivos sociais, o BNH lança a partir de 1975 os programas ‘alternativos’, baseados no apoio à autoconstrução e à ajuda mútua mediante financiamento ou doação de material de construção e de lotes urbanizados. Nenhum desses programas tem peso quantitativo⁵, mas eles cumprem importantes funções ideológicas. Por um lado, se alinham com diretrizes então preconizadas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento, funcionando como paliativos para abrandar o potencial de revolta que a precariedade habitacional implica. Por outro lado, são relativamente bem-vistos por grupos engajados, incluindo os próprios movimentos sociais. Alguns vislumbram na autoajuda assistida a possibilidade de emancipação popular.

À ambivalência desses programas entre expediente conservador e semente emancipatória corresponde a polêmica acerca de qualquer autoconstrução em sociedades capitalistas, que foi mais acirrada nos anos 1970, mas nunca desapareceu por completo. O arquiteto britânico John Turner introduz o tema no debate e na agenda dos organismos internacionais a partir de seu trabalho nas barriadas peruanas nos anos 1960, mostrando que as necessidades cotidianas costumam ser mais bem supridas por espaços criados pela população pobre do que por expedientes do Estado (TURNER, 1976). Mas Turner não submete essas constatações empíricas a nenhuma análise econômico-política mais ampla. Seus argumentos acabam legitimando desde reduções dos investimen-

na época.

⁵ Os programas alternativos – Programa de Erradicação da Sub-habitação (Promorar), Programa de Autoconstrução (João-de-Barro), Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria da Habitação (Ficam) e Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb) – corresponderam, em conjunto, a 5,9% das unidades financiadas pelo BNH (Azevedo, 1988, p. 117).

tos públicos em habitação até apologias da pequena propriedade privada.

Análises mais sistemáticas acerca da autoconstrução são apresentadas por teóricos brasileiros. O principal argumento contrário se baseia na composição dos salários numa economia capitalista: em tese, eles deveriam cobrir a totalidade dos custos de reprodução da força de trabalho; mas a autoconstrução reduz os custos de reprodução justamente por subtrair deles a parcela correspondente à moradia. Os trabalhadores que constroem suas casas nas horas ‘vagas’ beneficiam o capital, que passa a poder empregá-los por salários mais baixos, e ainda beneficiam o Estado, que pode ignorar o problema habitacional (OLIVEIRA, 1972, 2006; SINGER, 1974; MARICATO, 1982). Já a réplica a esse raciocínio parte da constatação de que o capitalismo no Brasil nunca operou com salários que correspondessem ao custo real de reprodução dos trabalhadores e sempre manteve um enorme contingente de desempregados, de modo que a autoconstrução se tornou uma necessidade, não uma opção (FERRO, 2006; AZEVEDO e ANDRADE, [1982] 2011). Além disso, apoiá-la técnica e economicamente pode representar um avanço porque o trabalho nela realizado tende a ser menos alienado do que o trabalho diretamente subordinado ao capital: o autoconstrutor é mentor do processo e proprietário do produto de seu trabalho. Finalmente, há a perspectiva de que a autoconstrução organizada na forma de mutirão autogestionário gere uma coesão entre os participantes e aumente seu poder político coletivo (BONDUKI, 1987; LOPES, 2006). Essas são, grosso modo, as posições acerca da autoconstrução que se configuram em meados da década de 1980.

No mesmo período, o fim do regime militar e a incorporação do BNH à Caixa Econômica Federal criam “um vácuo com relação às políticas habitacionais” (CARDOSO, 2003). A responsabilidade pela habitação e pelo desenvolvimento urbano é empurrada entre ministérios e secretarias federais por mais de uma década, com enormes incongruências e dificuldades operacionais, o que tem dois efeitos importantes para a nossa questão: a transferência de parte da responsabilidade pela habitação popular a estados e municípios e a criação de novos programas alternativos, pautados na autoconstrução e na ajuda mútua, mas livres do aparato institucional do BNH. O mais relevante deles é o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais da Secretaria Especial de Ações Comunitárias (SEAC; AZEVEDO, 1996). Ele se caracteriza por conveniar sempre três entidades: a própria SEAC; uma prefeitura ou um órgão da administração estadual; e uma associação popular (SOUZA, 2002). Essa inclusão formal dos beneficiários no convênio e no processo de decisão pode ser considerada po-

sitiva, pois reflete o fortalecimento dos movimentos sociais a partir da abertura política. Mas não se deve esquecer que ela também é uma saída para os entraves administrativos dos governos. Os empreendimentos são realizados conforme a capacidade de organização e articulação política das associações, não segundo um plano nacional, uma lógica urbana e uma escala racional de urgências.

Em suma, o cenário em meados da década de 1980 apresenta: déficit habitacional cada vez maior; conjuntura econômica desfavorável aos loteadores privados e à produção habitacional pelo capital; desarticulação dos órgãos públicos responsáveis por programas habitacionais e urbanos; organismos internacionais que apoiam a autoajuda; e um clima de mobilização, renovação política e confiança na capacidade organizacional da população, que também legitima aplicações incongruentes dos recursos públicos.

A GÊNESE DE UM LOTEADOR ASSOCIATIVO

A Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte (Amabel), que aqui tomamos como exemplo de loteador associativo, é fundada nesse contexto. Segundo relatos do padre Pier Luigi Bernareggi, pivô do movimento, a ideia nasce da necessidade de reassentar famílias removidas em razão de obras viárias.⁶

A ideia foi: vamos criar uma associação de luta pela moradia de baixa renda, vamos batalhar, que nós não temos terra aqui. Só se pode construir se tiver terreno. Então vamos trabalhar. Então nós colocamos um encontro grande com o prefeito. Nós chamamos o prefeito, o presidente da câmara dos vereadores e tal e tal. E o [prefeito Sérgio] Ferrara foi muito simpático à ideia, pegou o secretário de ação comunitária dele e jogou em cima dessa problemática. De fato foi um choque. Em três anos [1986 a 1988] construímos 20 mil moradias em Belo Horizonte, de baixa renda, de zero a três salários mínimos – coisa que nunca aconteceu nessa cidade. (BERNAREGGI, 2013, entrevista).

Outras fontes narram o episódio de modo semelhante: a ação iniciada na paróquia do Padre Paggi consegue reunir 800 famílias em poucos meses e de-

⁶ Parece ter havido pelo menos dois antecedentes: a ocupação no bairro Mariano de Abreu, organizada pela União dos Trabalhadores de Periferia e pela Pastoral de Favelas (então coordenada pelo Padre Paggi) em 1985; e o movimento pelo loteamento da região do Taquaril, iniciado em 1984. Mas em nenhum dos dois casos existe uma gestão do próprio processo de loteamento pelas respectivas associações.

pois se expande a outros bairros, chegando a mais de três mil famílias em sete núcleos, que formalizam a associação em 1986 (Fundação AVSI, 2007; URBEL, 2001). No entanto, o que Padre Piggi relata como uma negociação direta e quase pessoal da Amabel com o prefeito Ferrara tem um pano de fundo político mais amplo. Filiado ao PMDB, Ferrara é o primeiro prefeito eleito de Belo Horizonte depois de 1964. Na campanha eleitoral, havia prometido moradia e até distribuído certificados de inscrição à casa própria. Logo que é empossado, cria o Programa Municipal de Habitação Popular, que inclui a doação de lotes urbanizados e de materiais de construção e cuja responsabilidade é da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), o equivalente local da SEAC. “Dá-se início, então, a uma experiência possivelmente exemplar em termos de desorganização e vulnerabilidade às oscilações do jogo político” (GUIMARÃES, 1990, p.5). Em 1986, diversos grupos já vinham pressionando para que o Programa começasse a funcionar de fato. É então que se estabelece um acordo entre a Prefeitura e as associações.

Os termos desse acordo são nebulosos, porque cada agente os relembra a seu modo. Segundo a presidente da Amabel, a associação deveria indicar as áreas, definir o parcelamento e organizar a autoconstrução das casas, ficando a cargo da Prefeitura a desapropriação e a regularização documental. Mas, formalmente, o Programa previa que o registro final dos lotes fosse feito pelas famílias e que essas pagassem à associação contribuições mensais de um décimo do salário mínimo durante cinco anos. Com esse dinheiro, a associação deveria construir equipamentos públicos (GUIMARÃES, 1990, p.6).

O primeiro empreendimento da Amabel é o Jardim Felicidade. As lideranças relatam que a própria associação teria levantado recursos da SEAC e da Fundação AVSI (uma organização não governamental italiana), contratado topógrafos e projetistas, organizado a autoconstrução das casas-embrião e ocupado metade da área (cerca de mil lotes). Em 1988, ela transfere a responsabilidade pela ocupação do restante para a recém-fundada Sociedade Comunitária dos Moradores do Jardim Felicidade. Um dos motivos dessa ‘retirada’ da Amabel são desentendimentos e corrupção interna da associação, mas a data também coincide com a interrupção do Programa Municipal de Habitação Popular, por um embate do governo municipal com o recém-eleito governo estadual de Newton Cardoso. O Programa, que deu origem a outros oito loteamentos além do Jardim Felicidade, passa a ser alvo de críticas ferrenhas, seja em razão da precariedade urbana dos espaços resultantes, seja pelo clientelismo a que dá margem. Ainda assim, a

política de Ferrara continua sendo lembrada positivamente por lideranças daquela época. Os agentes que entrevistamos estão convencidos de que “o governo” deveria disponibilizar lotes, material e assessoria técnica, como fez esse prefeito, em vez de condicionar os benefícios à participação burocrática em núcleos e conselhos e a produtos arquitetônicos predefinidos.

Em 1989, com a substituição da administração do PMDB de Ferrara pelo PSDB de Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo, as associações de sem casa perdem o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte e começam a agir de maneira bem menos organizada do que na fase anterior. A ‘conquista’ da terra se torna tarefa mais importante do que a organização do processo de ocupação. Um exemplo dessa fase é o loteamento Novo Aarão Reis, iniciado em 1992. Numa ação conjunta, a Amabel, a Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (Famobh) e a União dos Trabalhadores de Periferia (UTP) organizam a ocupação em terras públicas estaduais para tentar forçar a regularização. Sem plano urbano, abertura de vias ou recursos externos, os moradores simplesmente entram na área, capinam e montam suas barracas de lona. O governo do estado se vê forçado a tomar providências e aciona a Cohab, que então passa a coordenar os projetos urbanos, a distribuição dos lotes e a construção de parte das casas. E, dada essa constelação, a Prefeitura acaba assumindo a execução das obras de infraestrutura (OLIVEIRA, 2013, entrevista). Mas importa acentuar que os prefeitos Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo rechaçam a ‘distribuição de lotes’ praticada pela prefeitura anterior e se recusam a implantar qualquer política habitacional para substituí-la, com o argumento de que isso atrairia mais migrantes pobres (GUIMARÃES, 1990; BEDÊ, 2005).

Se essa postura do PSDB significou uma mudança para as associações, o que transforma mais profundamente sua situação é a eleição da Frente BH Popular, encabeçada pelo prefeito Patrus Ananias, em 1993.⁷ O vácuo institucional das políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano em Belo Horizonte é preenchido por uma administração mais democrática e progressista que todas as anteriores. O Fundo Municipal de Habitação Popular, existente desde 1955, recebe nova regulamentação em 1993, determinando a criação do Conselho Municipal de Habitação e designando a Urbel como executora de políticas propostas e aprovadas pelo Conselho. Esse

7 Patrus é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas a Frente BH Popular compõe-se, além do PT, dos partidos Socialista Brasileiro (PSB), Comunista do Brasil (PC do B), Comunista Brasileiro (PCB) e Verde (PV).

último, com participação de movimentos populares e de outros segmentos da sociedade civil, é regulamentado em 1994 e, no mesmo ano, aprova a Política Municipal de Habitação. Mônica Bedê, que faz uma análise detalhada desse processo, descreve a formulação da nova política:

A Política Municipal de Habitação é concebida num contexto muito marcado pela mobilização social em torno de uma sucessão de eventos políticos como o processo constituinte, o projeto de lei de iniciativa popular criando um sistema nacional de habitação, o impeachment do presidente Collor de Melo e, localmente, pela elaboração da Lei Orgânica Municipal, que faz da Câmara Municipal de Belo Horizonte, então composta por uma expressiva bancada de partidos de esquerda, o espaço central do debate sobre a questão urbana no início da década de 1990. Fruto desse contexto, a Política Municipal de Habitação nasce na segunda geração de administrações municipais progressistas que se sucedem após a Constituição Federal de 1988 e sua concepção se referencia, principalmente, no ideário do movimento da reforma urbana e no “modo petista de governar”, bíblia dos militantes do Partido dos Trabalhadores que se lançam na aventura da administração pública naquele período. (BEDÊ, 2005, p.78)

Não é objetivo deste texto a discussão da gestão da Frente BH Popular entre 1993 e 1996 ou de suas consequências nos anos seguintes. Importa que a estruturação da nova política habitacional, ao mesmo tempo em que inclui institucionalmente uma parte significativa dos movimentos populares de luta pela moradia, inviabiliza a atuação de outra parte desses movimentos, seja por sua aliança anterior com a prefeitura do PMDB, por sua relação com a igreja católica ou por sua insistência no modelo de lotes e casas individuais em empreendimentos de milhares de unidades.⁸ As lideranças desses movimentos consideram inútil procurar terrenos em Belo Horizonte, em razão do preço, das restrições legais e, principalmente, da falta de apoio político: “Ele [o prefeito Patrus Ananias] nos deu a advertência de não ousar comprar nada dentro de Belo Horizonte, porque seríamos expulsos com ordem judicial. Então, diante disso, abandonamos a ideia de construir dentro de Belo

Horizonte e fomos caçar aí afora.” (BERNAREGGI, 2013, entrevista). Começa então a fase mais importante da história dos loteadores associativos, que migram para municípios vizinhos e passam a operar de forma independente, sem apoio ou cogestão de órgãos públicos municipais, estaduais ou federais.

A PRÁTICA DOS LOTEADORES ASSOCIATIVOS

O bairro Metropolitano no município de Ribeirão das Neves é, salvo engano, o maior empreendimento de loteadores associativos na RMBH.⁹ Nele se cristalizam práticas sem a participação de governos e outras instituições. A iniciativa parte de uma nova associação, a Central Metropolitana dos Sem Casa (CemCasa), fundada em 1993 pelo Padre Piggli, que então já havia se desligado da Amabel, e por lideranças leigas de pastorais arquidiocesanas. A estratégia intencionada é de comprar glebas rurais e loteá-las, em vez de esperar ou forçar doações do Estado. O relativo sucesso dos loteamentos de fases anteriores atrai milhares de famílias que esperam obter a casa própria mais rapidamente por essa via do que pela recém-criada política habitacional de Belo Horizonte.

Em 1995 surge a primeira possibilidade de um grande empreendimento desse tipo: a aquisição da Fazenda Dom Orione no município de Betim. A CemCasa consegue negociar com a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG), proprietária do terreno, e seis mil famílias iniciam o pagamento das prestações (30% do salário mínimo). Com apoio do arquiteto José Carlos Laender e do engenheiro Eduardo Antunes, a CemCasa produz os projetos técnicos e chega a encaminhá-los à prefeitura de Betim, embora saiba que as chances de aprovação são quase nulas. Depois de cinco meses e metade do valor quitado, a CDI autoriza o início da ocupação. As famílias começam a limpar o terreno para demarcação pelos topógrafos e a entrada dos tratores: “Todo sábado e domingo ia [sic] lá 50 ônibus cheios de gente. Aquilo ali parecia um formigueiro” (BERNAREGGI, 2012, entrevista). No entanto, a prefeitura interdita o empreendimento com a alegação de crime ambiental.¹⁰ Em poucos dias, as lide-

8 A produção habitacional preconizada na nova constelação política, incluindo parte dos movimentos sociais e a assessoria técnica da Usina (de São Paulo), era mais próxima do exemplo uruguaio, seguindo os princípios do cooperativismo para mutirões autogestionários de edifícios multifamiliares ou unifamiliares construídos coletivamente. O limite que perdurou por muito tempo na política habitacional de Belo Horizonte era de cerca 300 unidades por empreendimento, para que se pudesse inserir os novos conjuntos na malha urbana existente.

9 O empreendimento foi objeto de uma pesquisa de Elieth Amélia de Sousa (2002), o que é uma exceção ao “esquecimento” dos loteadores associativos na academia. Note-se, no entanto, que tal pesquisa não foi realizada a partir das áreas de Arquitetura, Urbanismo ou Planejamento Urbano, mas a partir das Ciências Sociais.

10 Segundo o padre, a prefeita “mandou invadir a sua fazenda dos sem-casa pelos sem-terra. Seis famílias armadas até os den-

ranças da CemCasa se veem obrigadas a retirar seus equipamentos e a solicitar a devolução da quantia já paga à CDI para ressarcir os associados; “fiquei um ano inteiro aqui na porta, na igreja, toda quinta-feira de manhã, de madrugada até de noite, devolvendo dinheiro pra essa gente toda e ouvindo... Só Deus sabe o que eu ouvi, o que eu tive que acatar” (BERNAREGGI, 2012, entrevista).

Muitas famílias se desligam da CemCasa depois desse episódio. Para recuperar sua confiança, fortalecer o movimento diante da oposição crescente do poder público e reunir famílias suficientes para um novo grande empreendimento, a CemCasa se associa à Amabel e à Federação das Associações de Vilas, Favelas e Conjuntos (Favifaco), que também havia participado do programa de Ferrara alguns anos antes. Além de resultar nessa congregação de associações, o fracasso do loteamento na Fazenda Dom Orione parece ter tido um efeito de abertura entre as lideranças: elas passam a procurar compartilhar com as famílias a responsabilidade pelas decisões – bem ou mal sucedidas.

Em 1996 as três associações em conjunto conseguem negociar a Fazenda Castro no município de Ribeirão das Neves, depois que o local é inspecionado e aprovado pelos associados. Inicia-se o pagamento de prestações no valor de 20% do salário mínimo para cada família durante um ano, mais tarde acrescido de uma taxa de 10% do salário mínimo destinada aos serviços técnicos. O projeto urbano fica novamente a cargo do arquiteto José Carlos Laender, contratado pelos participantes (“muitas vezes saí de lá com bolos de notas de cinco”; Laender, 2013, entrevista). No processo de elaboração desse projeto, as famílias são mais bem informadas acerca de possibilidades e condicionantes técnicos do que parece ter ocorrido em empreendimentos anteriores; as lendárias reuniões de quatro mil pessoas indicam um processo participativo, ainda que não coletivo.¹¹ O plano resultante, com 3580 lotes de 200 metros quadrados em dez hectares,

tes botaram as suas barracas dentro da fazenda e mandaram o recado ‘Quem entra aqui nós vamos matar! [sic]’” (BERNAREGGI, 2012, entrevista). De fato, a fazenda Dom Orione se tornou um assentamento de Reforma Agrária em 1997, abrigando 39 famílias filiadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG; MAZETTO SILVA, 2008).

11 Entendemos como participativos os processos de projeto em que o comando fica a cargo de uma instância (no caso, o arquiteto) e as demais instâncias “participam” desse processo com informações ou mesmo interferências nas decisões. Em contrapartida, um processo coletivo implica que todos os participantes estão em igualdade de condições para definir a estrutura do processo, mesmo não dispondo de conhecimentos técnicos.

configura um padrão de urbanização relativamente generoso, respeitando o relevo e os caminhos d’água, e incluindo áreas verdes e áreas para equipamentos públicos.

Os associados realizam parte das obras de infraestrutura do bairro Metropolitano em mutirão durante o ano seguinte. Limpam o terreno, abrem ruas, fazem contenções de encostas, cavam poços artesianos, constroem uma caixa d’água. Também contratam alguns serviços, como a retroescavadeira. Essa só pode trabalhar durante a noite porque a prefeitura de Ribeirão das Neves, a par dos planos, fiscaliza o local com frequência. Quando, em 1997, as famílias começam a construção das casas e muitas se instalam ali em barracas de lona para economizar o aluguel, a prefeitura faz uma última tentativa de impedir a ocupação: espalha folhetos anunciando multas diárias de mil reais para quem construir. “Para nós foi uma piada. Todo mundo continuou a construir e eles não puderam fazer nada porque eram três mil famílias. Multa? Como é que você vai cobrar mil reais por dia dessa gente? Aí, ficou por isso mesmo” (BERNAREGGI, 2013, entrevista).

Nessa fase de ocupação, o loteamento é dividido em três setores, cada um sob responsabilidade de uma das três associações. Mas essas se encarregam, sobretudo, da distribuição de lotes, enquanto a construção das casas se faz individualmente, com cada família concebendo o seu próprio espaço sem um padrão e, pelas informações que obtivemos até agora, sem ajuda dos vizinhos, compartilhamento de compras de material e coisas semelhantes. As famílias entendem sua coesão como temporária e instrumental, sem a idealização do mutirão que foi alimentada no Brasil a partir do modelo uruguaio. Nesse sentido, elas corroboram a crítica feita por Francisco de Oliveira (2006, p.73) a respeito do caráter ilusório das “comunidades” e da “identidade” que se cria em torno dos mutirões: “Quando essa ilusão desaparece, assim que a casa foi enfim conseguida, desaparece a coesão, desaparece a identidade com aquele projeto”.

No bairro Metropolitano, o arquiteto e parte das lideranças previam espaços para cooperativas de consumo, um centro social, hortas comunitárias e outras possibilidades de sustentação econômica. No entanto, isso “não vingou, não” (OLIVEIRA, entrevista, 2013). As obras coletivas que conseguiram realizar são de uma igreja e uma escola. À diferença dos “movimentos sociais clássicos” que lutam por bens imateriais e não negociáveis (igualdade racial, paz, meio ambiente etc.) (SOUSA, 2002, p.15), os loteadores associativos não almejavam uma transformação social mas sua integração na sociedade existente.

Mesmo os atores que hoje consideram o bairro

Metropolitano uma “cidade pioneira, autogerida e autofinanciada” (LAENDER, 2013, entrevista), admitem que a prioridade absoluta das famílias sempre foi a casa própria. De certa maneira, eles reproduziam o que os loteadores privados vinham praticando nas décadas anteriores, apenas com a consciência de que, coletivamente, poderiam escapar de parte da costumeira exploração econômica. A coesão entre os associados constituiu um meio para esse fim, não um fim em si mesmo.

Nos anos seguintes à ocupação, as associações procuraram obter a aprovação do loteamento junto à prefeitura de Ribeirão das Neves, que de fato a concedeu em 1998, mas sem regularizar as escrituras. A água chegou ao bairro também em 1998; as obras de saneamento, apenas em 2008. A provisão desses serviços para os loteamentos associativos foi mais demorada do que para os loteamentos privados no mesmo município, ou seja, houve maior convivência do poder público com esses últimos.

Hoje existe um projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para melhorar a infraestrutura, calçar ruas, definir parques nas áreas não ocupadas e regularizar juridicamente as propriedades. Mas a regularização enfrenta dois problemas maiores. Um deles é que cada lote cadastral (de 400m²) corresponde a dois lotes reais (de 200m²), e os moradores não querem escrituras conjuntas com um vizinho. Além disso, a ocupação de áreas não edificáveis e “falcatruas” das lideranças (venda dupla de lotes, favorecimento nos sorteios e malversação do dinheiro pago pelas famílias) (SOUZA, 2013, entrevista) dificultam a regularização. Várias lideranças abandonaram o processo porque estavam envolvidas nos abusos ou porque queriam combatê-los.

Não se pode dizer que o processo do bairro Metropolitano tenha sido exemplar. À primeira vista, nem mesmo a sua configuração física difere da de loteamentos privados, com cada família construindo no seu pequeno lote e à sua maneira. O bairro não propicia imagens de uma coletividade coesa (como em alguns empreendimentos cooperativos), nem imagens de ordem padronizada (como nos conjuntos habitacionais de gestão pública). Porém, apesar de todos esses problemas, o espaço urbano desse loteamento popular associativo é de melhor qualidade do que o de loteamentos populares privados, pelo simples fato de não ter sido condicionado pela utilização máxima da área disponível. As áreas preservadas da ocupação ao longo do tempo, bem como o arruamento e os espaços destinados a equipamentos públicos, permitiriam transformá-lo num ambiente urbano satisfatório com investimento relativamente baixo. Note-se que essa possibilidade não tem nenhuma relação

com o aparato legal. O bairro Metropolitano foi feito sem aprovação da prefeitura, assim como a maioria dos loteamentos populares privados. O que gera sua relativa qualidade urbana é sua lógica de produção e a diferença dessa lógica em relação à dos loteadores privados. A prioridade do valor de uso se expressa no resultado urbano. Nesse sentido, bem como no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico dos moradores, interessaria a sua comparação, hoje, com loteamentos privados e empreendimentos da Prefeitura de Belo Horizonte criados no mesmo período.

O ESQUECIMENTO DOS LOTEADORES ASSOCIATIVOS

Loteadores e loteamentos associativos surgem na RMBH num momento em que o Estado e os organismos internacionais preconizam os ‘programas alternativos’ e são favoráveis a que associações assumam a responsabilidade pelos resultados e, assim, os legitimem. Mais tarde, com a abertura política, a Constituição Brasileira de 1988 e a eleição da Frente BH popular, Belo Horizonte institui pela primeira vez uma política habitacional com alguma consistência e sistematicidade, que teve continuidade nos anos seguintes com as prefeituras de Célio de Castro e Fernando Pimentel. A administração municipal deixa de ter interesse por esses loteadores, cuja ação contradiz o ideal de um Estado provedor de habitação e regente do desenvolvimento urbano, no qual movimentos populares assumem o papel da chamada ‘sociedade civil organizada’. Os loteadores associativos figuram nesse novo contexto como urbanizadores irresponsáveis, predatórios, que se recusam a abrir mão da casa e do lote individuais, criam periferias à maneira dos loteadores privados, dão margem à corrupção interna e assim por diante.

A imensa maioria das pesquisas sobre a RMBH, seu processo de expansão periférica e sua carência habitacional foi realizada em universidades de Belo Horizonte e durante os últimos vinte anos, isto é, sob o pano de fundo da gestão municipal da Frente BH Popular e das gestões seguintes, nas quais diversos pesquisadores se engajaram diretamente. Assim, o pouco interesse por iniciativas de produção habitacional anteriores ou concomitantes, mas independentes também se reproduziu nos temas de pesquisa e discussão. Tanto a “distribuição de lotes” pelo prefeito Sérgio Ferrara quanto os loteamentos associativos da década seguinte tenderam a ser rechaçados *a priori*, em vez de submetidos a análises realmente críticas.

Mas a institucionalização dos movimentos populares em instâncias políticas ditas participativas tam-

bém significou sua conformação ao Estado¹², assim como a provisão habitacional por programas públicos significou a inclusão do capital de construção e da respectiva lógica monetária. Em contrapartida, o ideal da autogestão, que fazia parte da política habitacional de Belo Horizonte na sua melhor fase, foi inteiramente abandonado, porque sempre se enquadrou mal no aparato burocrático, nos procedimentos de controle e nos expedientes administrativos. Outros dispositivos potencialmente democráticos, como o Orçamento Participativo em geral e o Orçamento Participativo da Habitação em particular, não geraram os resultados prometidos. A produção de novas unidades habitacionais foi baixa em vista da demanda e os seus tipos arquitetônicos nunca foram escolha dos beneficiários. E, por fim, o desenvolvimento mais recente das políticas habitacionais tem criado periferias que em precariedade urbana não ficam nada a dever aos loteamentos populares.

Por essas razões e também pelo fato delas terem motivado novas ocupações organizadas à revelia das prefeituras da RMBH (Dandara, Camilo Torres, Eliana Silva, Emanuel Guarani Kaiowá, Rosa Leão etc.) entendemos que a experiência dos loteadores associativos merece pesquisas e discussões aprofundadas. Talvez tais pesquisas possam contribuir para uma compreensão melhor e menos idealizada de processos que favoreçam a autonomia da população e, assim, superem sua participação em programas e decisões que não determinam por si mesmos. Como já argumentamos em outras ocasiões, a relativa independência dos produtores informais é a sua vantagem, não o seu problema. Problema é a falta de acesso à terra e a recursos financeiros, técnicos e jurídicos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos entrevistados pela disponibilidade e paciência. As pesquisas para esta publicação foram realizadas com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

¹² O processo de conformação e submissão dos movimentos ao Estado e sua consequente desmobilização, foi analisado no contexto do Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte por Clara Bois (2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Sérgio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): Criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 22 (4), outubro/dezembro de 1988, p.107-119.
- AZEVEDO, Sérgio. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: L.C. Ribeiro e S. Azevedo (Orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 73-101.
- AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luís. *Habitação e Poder. Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação [1982]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.
- BEDÊ, Mônica. *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993 / 1996*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BOIS, Maria Clara M.S. *Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte e o poder sobre a deliberação das diretrizes, planos e programas da Política Municipal de Habitação*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. *Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*. In: Ermínia Maricato (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BONDUKI, Nabil. *Criando territórios de utopia: a luta pela questão popular em projetos habitacionais*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP, 1987.
- CAMPOS, Rebekah. *O Outro Loteador Popular. Os loteamentos associativos liderados pelo Padre Piggli Bernareggi*. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- CARDOSO, Adauto L. *Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas*. *Revista Proposta*, Fase, V. 30, n. 95, 2003, p.6-17.
- CHINELLI, Filippina. *Os loteamentos de periferia*. In: Lícia P. Valladares (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 49-68.
- COSTA, Heloísa. *The production of popular resi-*

- dential land developments in Belo Horizonte, Brazil. Dissertação (Master of Philosophy in Urban and Regional Planning), London: Architectural Association School of Architecture, 1983.
- COSTA, Heloísa. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: Roberto Monte-Mór (Org.). Belo Horizonte: espaço e tempos em construção. Belo Horizonte: PBH/ CEDEPLAR, 1994. p. 51-77.
- FERRO, Sérgio. Nota sobre 'O vício da virtude'. *Novos Estudos*, CEBRAP, n.76, 2006, p.229-234.
- FUNDAÇÃO AVSI. Projeto História Viva: Conjunto Jardim Felicidade (cartilha). Belo Horizonte: 2007.
- GUIMARÃES, Berenice. Pró-habitação ou pró-eleição? A população carente e o problema da moradia em Minas Gerais. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 1990.
- KAPP, Silke. Uma tipologia de espaços cotidianos. *Revista Risco*, IAU-USP, n.15, 2012, p.5-20.
- LAGO, Luciana C. Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. *Cadernos Metrópole*, N.9, 1o semestre de 2003, p.119-133.
- RIBEIRO, Luiz Cesar Q.; LAGO, Luciana (Org.). *Acumulação urbana e a cidade*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1992.
- LOPES, João Marcos. O anão caolho. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 76, novembro de 2006.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p.71-93.
- MAZZETO SILVA, Carlos Eduardo. *Dinâmica dos projetos de Assentamento de Reforma Agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Programa de pós-graduação em Geografia – Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- OLIVEIRA, F. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: CEBRAP, 1972.
- OLIVEIRA, F. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos*, CEBRAP, n.74, 2006, p.67-85.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- SOUSA, Elieth A. Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: O caso do “Bairro Metropolitano” em Ribeirão das Neves. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Belo Horizonte: PUC-Minas, 2002.
- TURNER, John F.C. *Housing by people*. New York: Marion Boyars, 1976.
- URBEL. *Plano Global Específico (PGE) - Histórico do Conjunto Felicidade*. Belo Horizonte: URBEL, 2001.
- KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. *Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação da Produção Habitacional*. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 4, 2006, p. 34-42.

ENTREVISTAS

- BERNAREGGI, Pier Luigi. Padre, fundador das associações Amabel e CemCasa. Entrevistado por Silke Kapp e Pedro Arthur Magalhães em 13.11.2012; entrevistado por Rebekah Campos e Pedro Arthur Magalhães em 02.05.2013.
- LAENDER, José Carlos. Arquiteto, ex-presidente da Urbel. Entrevistados por Silke Kapp, Tiago Castelo Branco e Rebekah Campos em 04.05.2013.
- OLIVEIRA, Gladis F. Líder comunitária e atual presidente da Amabel. Entrevistada por Rebekah Campos em 08.08.2013.
- SOUZA, Cornélia. Líder comunitária e ex-presidente da CemCasa. Entrevistada por Rebekah Campos e Pedro Arthur Magalhães em 03.10.2013. ■

Paula Hernandez Heredia

Carências habitacionais e rendimento escolar na região metropolitana do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo teve como objetivo apresentar os resultados da investigação feita sobre os efeitos das carências habitacionais no rendimento escolar das crianças que moram na região metropolitana do Rio de Janeiro. A ideia é entender a influência que a cidade exerce nas oportunidades educacionais de crianças e adolescentes, entender o território não somente como recipiente de processos sociais mas também como esfera que produz efeitos nos mesmos processos. Assim, o estudo propõe mostrar a relação entre o atraso escolar, o abandono escolar e as carências habitacionais, vistas como consequência do fenômeno de segregação. Esta análise foi baseada em dados da amostra censitária e em um recorte da mesma para a região metropolitana do Rio de Janeiro o que permitiu ver, por meio de regressões logísticas, a chance das crianças terem atraso ou abandono em relação às diferentes variáveis de carência habitacional. O objetivo é fazer uma ligação teórica entre a família e a escolaridade do responsável, o domicílio e suas privações materiais, e a segregação socioterritorial da região metropolitana do Rio de Janeiro, bem como analisar as predisposições à aquisição do capital escolar medidas pelo atraso e abandono escolar.

Palavras-chave: Educação; Segregação urbana; Carências habitacionais; Desempenho escolar; Capital cultural.

Abstract

This article discusses the result of research about the effects of housing deficiencies in school performance of children who live in the metropolitan area of Rio de Janeiro. The idea is to understand the influence that the city has on educational opportunities of children and adolescents, and understand the territory not only as a recipient of social process, but also as a sphere that product effects on it. In that way, the study shows the relation between the school delay, dropout and housing needs, seen like a consequence of the phenomenon of segregation. This research was based on data from census sample, and that show us with logistic regressions, the chance of the childrens have any delay or dropout in relation to the variables of habitation needs. The goal is to make a theoretical relation between family and school, household and socio-territorial segregation of Rio's metropolitan region, as well we analyze the predispositions to the acquisition of educational capital measures the delay and dropout.

Keywords: Education; Urban segregation; Housing needs; School performance; Cultural capital.

Paula Hernandez Heredia

é formada em relações internacionais e governo pela universidade externado da Colômbia, e mestre em planejamento urbano e regional pelo IPPUR-UFRJ.

paulahernandezheredia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com base nas pesquisas *Infancia en América Latina: privaciones habitacionales y desarrollo de capital humano* (KAZTMAN, 2011) e Desigualdades de oportunidades e dimensões da alfabetização da educação básica no Estado do Rio de Janeiro (CAPES/INEP), realizada pelo Observatório Educação e Cidade, buscaremos entender e aprofundar certos aspectos da influência da cidade nas oportunidades educacionais de crianças e adolescentes. A ideia deste trabalho é entender o território não somente como recipiente de processos sociais mas também como esfera que produz efeitos nesses processos. O território é aqui entendido como espaço social, e as condições materiais de vida para a habitação são uma das possíveis formas de materialização desse conceito, uma vez que a criança é também socializada em um espaço que gera certas predisposições para a aquisição do capital escolar oferecido nas instituições de ensino.

A pesquisa *Infancia en América Latina: privaciones habitacionales y desarrollo de capital humano* (KAZTMAN, 2011) oferece os delineamentos metodológicos para a elaboração deste artigo. Na primeira parte do relatório é feita uma análise dos direitos das crianças presentes em diferentes convenções de organismos internacionais, e como esses direitos estão sendo postos em prática por meio de políticas públicas voltadas para a infância e habitação na região. A partir disso, o autor avalia indicadores em alguns países sobre saneamento, água, esgoto e o rendimento escolar, e faz um balanço sobre a situação de 17 países da América Latina.

Na última parte do relatório se apresenta uma parte fundamental para nosso trabalho, já que o autor estabelece uma relação direta entre carências habitacionais e educação. Além de apontar a importância do capital social e o valor da família, ele mostra como a qualidade da moradia se associa ao lugar onde está localizada a pobreza territorialmente, e como essa traz diferentes dificuldades para as crianças que habitam nesses lugares, como, por exemplo, problemas de saúde, de autoestima, entre outras questões que têm consequências sobre o rendimento escolar.

Desse modo, este artigo se desenvolve a partir de três dimensões de análise: a primeira é a família e sua relação com a escola; a segunda é o domicílio e suas condições materiais; e a última é o território como esfera que exerce impacto sobre a distribuição de oportunidades, em especial oportunidades educacionais. A segunda dimensão propõe uma visão diferenciada em relação aos estudos já desenvolvidos no Observatório Educação e Cidade, considerando a habitação como fator que também exerce influência sobre o desempenho escolar. A terceira dimensão, referente

aos contextos sociais (socialização, característica dos indivíduos que vivem em certa vizinhança) ou oportunidades no território (distribuição de bens e serviços), será incluída em nossa análise, apesar de estar ausente no relatório elaborado por Kaztman (2011). Tal inclusão permitirá mapear a relação entre a segregação e condições de habitação, bem como a relação desses dois fatores com a distribuição de oportunidades educacionais na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Para tanto, o trabalho parte das seguintes questões: as privações habitacionais afetam as oportunidades educacionais, em especial o atraso escolar, mesmo controlando por origem socioeconômica, cultural e cor do aluno? Quais características relacionadas a privações habitacionais têm maior peso sobre a distribuição de oportunidades educacionais? Tais privações afetam alunos de maior e menor nível socioeconômico de forma igual ou tendem a impactar certos grupos mais que outros? A melhora dos indicadores educacionais poderia ser promovida por meio de políticas públicas habitacionais?

CARÊNCIAS HABITACIONAIS

Este trabalho relaciona a existência dessas carências com o rendimento escolar das crianças. O relatório base (KAZTMAN, 2011) usado para este estudo mostra que a qualidade da moradia está associada à pobreza urbana e que condições habitacionais alteram os resultados educacionais. Isso quer dizer que melhorar fatores como esgotamento sanitário, material de paredes e fontes de água, por exemplo, seria uma medida complementar que auxiliaria a tarefa da escola de ensinar. As oportunidades são limitadas pelo clima escolar do lar e pela pobreza, mas as condições de moradia também têm impacto sobre os indicadores de defasagem escolar e, consequentemente, sobre a apropriação de capital escolar.

Segundo Kaztman (2011), o lar representa um lugar de formação da identidade das crianças, é um espaço de proteção das inclemências climáticas e do ambiente, um espaço de intimidade. Quando não existem essas condições, as consequências são problemas de saúde nas crianças, causados por insalubridade, e até psicológicos, no que diz respeito a sentimentos de insegurança e rejeição ao lugar de moradia. Assim, os efeitos das privações habitacionais sobre as chances de aquisição do capital escolar não ocorrem apenas na dimensão material, mas também moral.

Além de enxergar as consequências das carências habitacionais na saúde e no rendimento escolar das crianças, este trabalho entende que essas carências

também afetam as estratégias educacionais por parte das famílias.

Segundo Kaztman (2011), essas variáveis relacionadas à habitação são importantes para a saúde das crianças, pois determinam maior ou menor possibilidade de adquirir doenças. Além disso, também são importantes em termos de construção da personalidade, já que as crianças precisam de um lar que ofereça zonas de intimidade, de diversão e de realização de tarefas. Perante a inexistência de espaços separados e salubres, é possível que a convivência familiar e o rendimento escolar sejam afetados.

Assim, a existência de carências habitacionais, que se manifestam pela precariedade de infraestrutura de esgotamento sanitário, de abastecimento de água e pela pouca delimitação de espaços para os moradores (adensamento), tem consequências sobre o desenvolvimento da criança, que fica vulnerável a catástrofes relacionadas ao clima e a problemas de saúde causados por contaminação ou falta de salubridade. Além de afetar fisicamente a criança, a falta de infraestrutura afeta psicologicamente a construção de sua personalidade. Tudo isso desemboca em problemas de desempenho, com a impossibilidade de obter certas conquistas educativas e de construir capital social.

O espaço é um reflexo das relações sociais, e essa fragilização da família se materializa na existência de carências, no mesmo sentido de que essa existência de carência gera impossibilidade para uma criança de ter espaços de lazer, de estudo e de intimidade. No que diz respeito ao papel da família,

[...] o enfraquecimento estrutural das instituições primordiais se intensificou com o surgimento de um novo padrão familiar, que se caracteriza por sua baixa qualidade para cumprir as funções tradicionais de socialização e integração social. [...] tanto a família quanto as redes de parentesco ofereceram tradicionalmente a seus membros e à comunidade o núcleo básico em que fundavam as formas de proteção e segurança diante do risco. Igualmente importante foi a função da família, orientada à obtenção de ativos que logo seriam mobilizados (KAZTMAN, 1999, p. 11, tradução nossa).

Uma estrutura familiar fragilizada diminui a possibilidade de a família gerar redes, e por isso também limita o acesso a informações sobre qualidade das escolas, empregos, entre outras.

Com relação às carências habitacionais, essas, em geral, estão vinculadas a espaços de pobreza e segregação. Assim, segundo nossa hipótese, o desempenho escolar do aluno está associado às condições estruturais e à localização de sua moradia. A existência de carências habitacionais pode ser um fator que aumenta

a chance de atraso ou abandono.

A pesquisa foi desenvolvida na região metropolitana do Rio de Janeiro, que engloba os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

A região metropolitana do Rio de Janeiro apresenta, ao longo de sua evolução,

[...] concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais e, consequentemente, as enormes carências que marcam os espaços periféricos sustentaram, até os anos 1980, a visão dual da metrópole, em que a periferia evidenciava distância física e social entre as classes sociais. (LAGO, 2007, p. 277)

Isso atualmente se mantém, gerando como resultado isolamento de certas camadas e acesso diferenciado a bens e serviços, e uma relação entre carências habitacionais e segregação residencial. Desse modo, a região se caracteriza por ter desigualdades intra-metropolitanas, diferenças no acesso dos indivíduos e das famílias a recursos e oportunidades. Além do fato de haver isolamento das camadas mais pobres na região periférica das cidades – o que definiria sua racionalidade como similar à de outras cidades latino-americanas, por possuir o mesmo esquema de segregação conhecido como centro-periferia¹, baseado na posse de recursos (RIBEIRO, KOSLINSKI, 2010) –, no Rio de Janeiro existem favelas nas regiões mais abastadas, que modificam o modelo como tal.

Dois fenômenos são evidentes aqui: em primeiro lugar, há uma distância intranúcleo que separa grupos com base na posse de recursos, e, em segundo lugar, existe uma grade entre o núcleo e os municípios periféricos. Assim, a região metropolitana se consolida como um modelo complexo com enclaves dentro do núcleo conhecidos como favelas. Em vários casos, cria-se uma distância entre essa “cidade asfalto e a favela”².

1 Trata-se do “[...] modelo Núcleo-Periferia, característico das cidades organizadas em sociedades marcadas por extremas desigualdades sociais, no qual as distâncias físicas e a baixa acessibilidade urbana separam territorialmente as classes e grupos sociais entre si e dos bens urbanos promotores do bem-estar social” (RIBEIRO, KOSLINSKI, 2010, p. 192).

2 “[...] Entre a favela e a cidade mantém-se, com efeito, um regime de interação social fortemente hierarquizado e que organiza com base nas percepções da existência de mundos sociais separados e distantes” (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2010, p. 200).

Variáveis	Tipo	Descrição
Atraso 1	Dicotômica	Indica se o aluno de 4ª série ou 5º ano, ou de 8ª série ou 9º ano está defasado em 1 ano (1=sim/0=não)
Atraso 2	Dicotômica	Indica se o aluno de 4ª série ou 5º ano, ou de 8ª série ou 9º ano está defasado em 2 anos (1=sim/0= não)
Pobreza	Dicotômica	Indica se o aluno de 4ª série ou 5º ano, ou de 8ª série ou 9º ano é pobre segundo a linha de pobreza de R\$ 247,4548 por mês (1=sim/0=não)
Escolaridade do responsável	Ordinal	Indica o nível de instrução do responsável do domicílio (1=fundamental incompleto/ 2=fundamental completo ou médio incompleto/ 3=médio ou superior)
Cor	Nominal (3 categorias)	(1=Branco / 2=Preto / 3=Pardo)
Abastecimento de água	Dicotômica	Indica se existe uma conexão com a rede geral de distribuição, o que é entendido como adequado (1=não /0=sim)
Esgotamento sanitário	Dicotômica	Indica se existe uma conexão com a rede pública de esgoto, o que é entendido como adequado (1=não /0=sim)
Densidade de morador por dormitório	Dicotômica	Indica quando existe adensamento ou mais de 3 pessoas por dormitório (1=não /0=sim)
Sexo	Dicotômica	Indica o sexo do aluno (1=masculino /2=feminino)
Rede da escola	Dicotômica	Indica a rede em que o aluno está matriculado (1=particular/2=pública)
Número de carências ou problemas de moradia	Nominal (3 categorias)	Indica o número de carências que a pessoa possui - os valores podem ser entre 1 e 3
IBEU		“Avalia a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros promovido pelo mercado, via consumo mercantil, e pelos serviços sociais prestados pelo Estado. Tal dimensão está relacionada com as condições coletivas de vida promovidas pelo ambiente construído da cidade, na escala da habitação e da sua vizinhança próxima, e pelos equipamentos e serviços urbanos.” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 7) (valores de 0 a 1)
IBEU: D3 - Condições habitacionais		“Avalia a dimensão habitacional do bem-estar usufruído pelos cidadãos, medindo-se por “4 indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador banheiro, material de parede dos domicílios, espécie dos domicílios” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, pág. 7) (valores de 0 a 1)

Quadro 1:
Variáveis utilizadas

Na distribuição de serviços na cidade do Rio de Janeiro ocorre uma grande diferenciação entre as áreas, mas ela se mantém quando se faz uma comparação com os municípios da região metropolitana.

Com o objetivo de estudar os efeitos da segregação e, mais especificamente, das carências habitacionais no rendimento escolar das crianças que moram na região metropolitana do Rio de Janeiro, foram empregados, no trabalho, dados do XII Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados da amostra do Censo (2010) se ajustaram às questões propostas na pesquisa, na medida em que oferecem informações relacionadas às pessoas e aos domicílios e permitem associar os domicílios a áreas de ponderação. Esses dados são baseados em um questionário aplicado em cada residência visitada sobre as características dos moradores e sobre características específicas, o que inclui as características da

moradia.

Este estudo explorou a relação entre a distorção idade/série, aqui chamada de atraso escolar, o abandono escolar e as carências habitacionais, vistos como consequência do fenômeno da segregação. Para isso, a base de dados foi recortada para selecionar as crianças e jovens residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro. O universo do estudo sobre atraso escolar incluiu crianças e adolescentes de 8 a 17 anos, matriculados na 4ª série ou 5º ano, e na 8ª série ou 9º ano, que são as etapas de conclusão do primeiro e segundo segmento do ensino fundamental. As análises sobre abandono incluem jovens entre 14 e 17 anos³.

Foram construídas três bases de dados distintas

3 De acordo com a LDB de 1996, a matrícula em estabelecimentos formais de educação é obrigatória para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Hoje a obrigatoriedade inclui também crianças de 6 anos.

restritas à região metropolitana do Rio de Janeiro: alunos de 8 a 17 anos matriculados na 4ª série/5º ano (11.765 casos); alunos de 8 a 17 anos matriculados na 8ª série/9º ano (8.839 casos); e jovens de 14 a 17 anos (45.097 casos).

A pesquisa desenvolvida por Ruben Kaztman (2011) foi o modelo para a elaboração, no que diz respeito à construção das variáveis e às análises descritivas. No entanto, o Censo 2010 possibilitou a inclusão de elementos ligados ao território, permitindo relacionar os espaços sociais distintos com as predisposições à aquisição do capital escolar.

Assim, foram criadas variáveis sobre características dos chefes de domicílio (escolaridade do responsável, pobreza), características da habitação (adensamento, esgotamento sanitário, abastecimento de água), bem como sobre as áreas de ponderação (IBEU e D3).

O quadro 1 apresenta as diferentes variáveis utilizadas nas análises.

O estudo investigou as relações entre carências habitacionais e características da vizinhança sobre o desempenho/trajetória dos alunos. Assim foram feitos modelos de regressão logística estimando a probabilidade de estar em situação de distorção idade/série ou de ter abandonado a escola. O primeiro estimando risco de distorção idade/série de um ano para alunos que cursavam 4ª série ou 5º ano do ensino

fundamental.

A tabela número 1 mostra o Exp(B), ou as razões de chances, para os modelos de regressão logística para atraso 1 na 4ª série/5º ano. No modelo 1, estima-se a chance de os alunos com algum tipo de carência habitacional estarem em situação de atraso escolar de um ano ou mais. Os resultados mostram que, controlando por outras carências habitacionais, alunos com problema de abastecimento de água na região metropolitana têm 23% mais chances de estar em situação de atraso escolar do que os que não convivem com esse problema, e alunos com falta de saneamento adequado apresentam 40% mais chances de estar em situação de atraso do que alunos que não apresentam tal carência. Já os alunos que vivem em situação de densidade inadequada de moradores por domicílio têm duas vezes mais chances de estar em situação de atraso, se comparados com alunos que não vivem em tal situação.

No modelo 2, além das variáveis de carência habitacional, estão incluídas as variáveis de controle pobreza e educação do responsável. Alunos que vivem em domicílios em situação de pobreza têm 60% mais chances de estar em situação de atraso. Esse risco aumenta para alunos que vivem em domicílios em que o chefe de família possui baixa escolaridade: o aumento é de 69% para chefe com ensino fundamental completo e de 139% para chefe de família com

Tabela 1:
Modelos de regressão logística estimando risco de distorção idade/série de um ano para alunos que cursavam 4ª série ou 5º ano do ensino fundamental.

	modelo 1	modelo 2	modelo 3	modelo 4	modelo 5	modelo 6
Água	1,227***	1,080	1,057			
Sanitário	1,406***	1,254***	1,158**			
Densidade de morador por dormitório	2,031***	1,426***	1,234***			
Sexo masculino		1,348***	1,346***	1,346***	1,347***	1,347***
Pardo		1,365***	1,210***	1,212***	1,361***	1,354***
Preto		1,634***	1,393***	1,399***	1,651***	1,637***
Escolaridade do responsável (médio ou superior)						
Fundamental incompleto		2,398***	1,836***	1,840***	2,389***	2,356***
Fundamental completo		1,695***	1,341***	1,340***	1,683***	1,669***
Pobreza		1,604***	1,303***	1,317***	1,627***	1,621***
Rede da escola			3,260***	3,285***		
Número de carências ou problemas de moradia				1,146***	1,218***	1,236***
IBEU					0,657*	
IBEU: D3 condiciones habitacionais						0,574**

+ p ≤ 0,10, * p ≤ 0,05, ** p ≤ 0,01, *** p ≤ 0,001

Nota: "Ensino médio ou superior" é a categoria de referência para a variável escolaridade do responsável. Cor branca é a categoria de referência para a variável cor.

Tabela 2: Modelos de regressão logística estimando risco de distorção idade/série de dois anos para alunos que cursavam 4ª série ou 5º ano do ensino fundamental.

	modelo 1	modelo 2	modelo 3	modelo 4	modelo 5	modelo 6
Água	1,402***	1,249***	1,233**			
Sanitário	1,460***	1,288***	1,207**			
Densidade de morador por dormitório	2,092***	1,426***	1,278***			
Sexo masculino		1,611***	1,606***	1,606***	1,61***	1,610***
Pardo		1,389***	1,253***	1,255***	1,379***	1,383***
Preto		1,651***	1,450***	1,454***	1,669***	1,654***
Escolaridade do responsável (médio ou superior)						
Escolaridade do responsável (fundamental incompleto)		2,768***	2,132***	2,134***	2,724***	2,719***
Escolaridade do responsável (fundamental completo)		1,608***	1,273**	1,274**	1,585***	1,587***
Pobreza		1,748***	1,463***	1,471***	1,747***	1,757***
Rede da escola			3,575***	3,584***		
Número de carências ou problemas de moradia				1,236***	1,262***	1,311***
IBEU					0,39***	
IBEU: D3 condiciones habitacionais						0,599*

+ $p \leq 0,10$, * $p \leq 0,05$, ** $p \leq 0,01$, *** $p \leq 0,001$

Nota: "Ensino médio ou superior" é a categoria de referência para a variável escolaridade do responsável. Cor branca é a categoria de referência para a variável cor.

ensino fundamental incompleto. Além disso, nesse modelo são incluídos cor e sexo: a chance de alunos negros e pardos estarem em situação de risco é de 63% e 37%, respectivamente, mais elevada do que a chance de alunos brancos. O risco de atraso para meninos é 34% mais alto do que o risco para meninas.

No modelo 3 inclui-se a variável rede da escola, tomando como referência a escola privada. As análises mostram que alunos que frequentam a rede pública têm três vezes mais chance de estar em situação de atraso do que aqueles que frequentam a escola privada. Nesse modelo nota-se uma redução da porcentagem de risco do saneamento e do adensamento, mas a variável abastecimento de água deixa de ser significativa.

O modelo 4 inclui controle por variável de carências habitacionais, mas só pela variável número de carências ou problemas de moradia percebe-se que o aumento de uma carência habitacional eleva em 14% a chance de estar em situação de atraso. Os resultados das outras variáveis são parecidos com os do modelo anterior, diferindo apenas pela inclusão da variável antes citada.

O modelo 5 exclui a variável rede da escola, mas as outras variáveis são similares às do modelo anterior. Nesse modelo, os Exp(B) para as variáveis relacionadas ao nível socioeconômico do domicílio (pobreza e escolaridade do chefe do domicílio) aumentam. É

incluída, nesse modelo, uma variável de território, que é o IBEU. Assim, a diminuição de um desvio padrão do IBEU, ou seja, das condições de vida na metrópole do Rio de Janeiro, representa 52% de aumento na chance de atraso.

No modelo 6, todos os valores incluídos no modelo anterior mantiveram o mesmo comportamento, porém aqui não se incluiu o IBEU total, mas uma de suas dimensões, a dimensão três (D3). Nesse caso, a diminuição do indicador relacionado com o entorno da moradia incrementa a porcentagem de atraso em 74%. Assim, quanto melhor, ou seja, maior o D3, menor a probabilidade de ter atraso.

A tabela número 2 mostra o Exp(B), ou as razões de chances, para os modelos de regressão logística para atraso 2 na 4ª série/5º ano. No modelo 1, estima-se a chance de os alunos com algum tipo de carência habitacional estarem em situação de atraso escolar de dois anos ou mais. Os resultados mostram que, controlando por outras carências habitacionais, alunos com problema de abastecimento de água têm 40% a mais de chance de atraso; no caso do esgotamento sanitário inadequado, a porcentagem é de 46% nos lares nos quais existe adensamento domiciliar, o dobro de vezes de propensão.

No modelo 2, além das variáveis de carência habitacional, estão incluídas as variáveis de controle pobreza e educação do responsável. Alunos que vivem

Tabela 3:
Modelos de regressão logística estimando risco de distorção idade/série de um ano para alunos que cursavam 8ª série ou 9º ano do ensino fundamental.

	modelo 1	modelo 2	modelo 3	modelo 4	modelo 5	modelo 6
Água	1,18**	1,014	0,954			
Sanitário	1,263***	1,124*	1,068			
Densidade de morador por dormitório	1,719***	1,238***	1,109			
Sexo masculino		1,270***	1,272***	1,271***	1,268***	1,270***
Pardo		1,489***	1,280***	1,282***	1,482***	1,448***
Preto		1,750***	1,483***	1,488***	1,754***	1,719***
Escolaridade do responsável (médio ou superior)						
Escolaridade do responsável (fundamental incompleto)		2,354***	1,806***	1,808***	2,335***	2,238***
Escolaridade do responsável (fundamental completo)		1,796***	1,425***	1,427***	1,785***	1,720***
Pobreza		1,389***	1,214***	1,222***	1,400***	1,378***
Rede da escola			2,826***	2,832***		
Número de carências ou problemas de moradia				1,038	1,097**	1,097**
IBEU					0,756	
IBEU: D3 condiciones habitacionais						0,369***

+ p ≤ 0,10, * p ≤ 0,05, ** p ≤ 0,01, *** p ≤ 0,001

Nota: “Ensino médio ou superior” é a categoria de referência para a variável escolaridade do responsável. Cor branca é a categoria de referência para a variável cor.

em domicílios em situação de pobreza apresentam um aumento no risco de atraso de aproximadamente 75%. Esse risco sobe para alunos que vivem em ambientes com baixo clima educativo: o risco aumenta em 60% quando o responsável tem ensino fundamental completo, e em 176% quando o responsável tem ensino fundamental incompleto. Além disso, nesse modelo são incluídos cor e sexo: a chance de alunos negros e pardos estarem em situação de risco é de 65% e 38%, respectivamente, mais elevada do que a chance de alunos brancos. O risco de atraso para meninos é 61% mais alto do que o risco para meninas.

No modelo 3 ainda comparamos o risco em relação às carências habitacionais, à raça, à escolaridade do responsável e às condições socioeconômicas. Além disso, se inclui a variável rede da escola, tomando como referência a escola privada. Assim, o risco de atraso é mais do que o triplo (RR:3,575). Nesse modelo nota-se uma redução da porcentagem de risco de todas as outras variáveis, mas elas ainda continuam sendo significativas.

O modelo 4 inclui controle por variável de carências habitacionais, mas só a variável número de carências ou problemas de moradia mostra que o acréscimo de uma carência habitacional aumenta em 24% o risco de defasagem. Os resultados das outras variáveis são parecidos com os do modelo anterior,

diferindo apenas pela inclusão da variável antes citada.

O modelo 5 exclui a variável rede da escola, mas inclui a variável IBEU. Nesse modelo, os Exp(B) para as outras variáveis, com exceção do sexo, aumentam. A variável de território (IBEU) mostra que a diminuição de um desvio padrão do indicador das condições de vida na metrópole do Rio de Janeiro representa 156% de aumento na chance de atraso.

No modelo 6, os Exp(B) para as outras variáveis se mantêm iguais, aumentando somente no caso do número de carências. Além disso, inclui controle pelo D3. A diminuição do indicador relacionado com o entorno da moradia incrementa a porcentagem de atraso em 67%.

A tabela número 3 mostra o Exp(B), ou as razões de chances, para os modelos de regressão logística para atraso 1 na 8ª série/9º ano. O modelo 1, controlando por carências habitacionais, mostra que alunos com problema de abastecimento de água têm 18% a mais de chance de atraso; no caso do esgotamento sanitário inadequado, a propensão é de 26%, e nos lares nos quais existe adensamento domiciliar, de 71%.

Em relação ao modelo anterior, no modelo 2, duas das variáveis de carência habitacional perdem significância, mas o adensamento ainda representa 24% do aumento do risco de atraso escolar. Estão incluídas as variáveis de controle pobreza e educação

Tabela 2: Modelos de regressão logística estimando risco de distorção idade/série de dois anos para alunos que cursavam 4ª série ou 5º ano do ensino fundamental.

	modelo 1	modelo 2	modelo 3	modelo 4	modelo 5	modelo 6
Água	1,289***	1,125	1,076			
Sanitário	1,162*	1,023	0,982			
Densidade de morador por dormitório	1.659***	1,237**	1,144			
Sexo masculino		1,398***	1,396***	1,392***	1,395***	1,394***
Pardo		1,452***	1,280***	1,283***	1,435***	1,435***
Preto		1,784***	1,551***	1,556***	1,785***	1,771***
Escolaridade do responsável (médio ou superior)						
Escolaridade do responsável (fundamental incompleto)		2,610***	2,044***	2,045***	2,552***	2,535***
Escolaridade do responsável (fundamental completo)		1,949***	1,571***	1,574***	1,914***	1,903***
Pobreza		1,285***	1,154**	1,167**	1,292***	1,291***
Rede da escola			2,811***	2,820***		
Número de carências ou problemas de moradia				1,055	1,076	1,104**
IBEU					0,512**	
IBEU: D3 condiciones habitacionais						0,554*

+ p ≤ 0,10, * p ≤ 0,05, ** p ≤ 0,01, *** p ≤ 0,001

Nota: “Ensino médio ou superior” é a categoria de referência para a variável escolaridade do responsável. Cor branca é a categoria de referência para a variável cor.

do responsável.

O risco de estar em situação de atraso aumenta para alunos que vivem em domicílios em que o chefe de família possui baixa escolaridade: o aumento é de 80% para chefe com ensino fundamental completo e 135% para chefe com ensino fundamental incompleto. Alunos que vivem em domicílios em situação de pobreza apresentam um aumento no risco de atraso de aproximadamente 39%.

No que diz respeito à variável cor, alunos pardos e pretos têm seu risco aumentado em relação a alunos brancos em 49% e 75%, respectivamente. O risco de defasagem para os meninos é 27% maior em comparação às meninas.

O modelo 3 inclui a variável rede da escola, tomando como referência a escola privada. As análises mostram que alunos que frequentam a rede pública têm quase três vezes mais chances de estar em situação de atraso do que aqueles que frequentam a escola privada. Nesse modelo nota-se que todas as variáveis relacionadas com carências habitacionais perdem significância. As outras variáveis mostram uma diminuição, comparando-se com os resultados do modelo anterior, sendo que, no modelo 3, só a variável sexo se mantém igual percentualmente.

O modelo 4 inclui controle pela variável número de carências ou problemas de moradia, cujo resultado não é significativo. Os resultados das outras variáveis

são quase iguais aos do modelo anterior.

O modelo 5 exclui a variável rede da escola, mas os Exp(B) para as variáveis relacionadas ao nível socioeconômico do domicílio (pobreza e escolaridade do chefe de família) aumentam. Nesse modelo, a variável número de carências volta a ser significativa, e percebe-se que o aumento de uma carência habitacional eleva em 10% o risco de defasagem. Incluímos controle pelo IBEU, mas os resultados não foram significativos.

No modelo 6, os Exp(B) para as outras variáveis se mantêm iguais, mas se inclui controle pelo D3. A diminuição do indicador associado ao entorno da residência do aluno eleva a porcentagem de atraso em 171% (RR:2,71).

A tabela número 4 mostra o Exp(B), ou as razões de chances, para os modelos de regressão logística para atraso 2 na 8ª série/9º ano. O modelo 1, controlando por carências habitacionais, mostra que alunos com problema de abastecimento de água têm 28% a mais de chance de atraso; nos lares nos quais existe adensamento, a propensão é de 76%. No que diz respeito a esgotamento sanitário, o valor tem uma significância estatística menor para análise.

No modelo 2, além das variáveis de carência habitacional (entre as quais só a densidade de morador por dormitório resulta significativa), estão incluídas as variáveis de controle pobreza e educação do respon-

sável. Alunos que vivem em domicílios em situação de pobreza apresentam aumento no risco de atraso de aproximadamente 28%. Esse risco sobe para alunos que têm chefe de família com ensino fundamental completo (aumento de 95%) e chefe de família com ensino fundamental incompleto (104%).

Além disso, nesse modelo estão incluídos cor e sexo: a chance de alunos negros e pardos estarem em situação de risco é de 78% e 45%, respectivamente, mais elevada do que a chance de alunos brancos. O risco de atraso para meninos é 40% mais alto do que o risco para meninas.

O modelo 3 inclui a variável rede da escola, tomando como referência a escola privada. As análises mostram que alunos que frequentam a rede pública têm quase três vezes mais chances de estar em situação de atraso do que aqueles que frequentam a escola privada. As variáveis cor, pobreza e escolaridade do responsável, continuam sendo significativas, mas diminuem percentualmente. A variável sexo se mantém igual, mas nenhuma das variáveis relacionadas com carências habitacionais mostra-se significativa nesse modelo.

O modelo 4 inclui controle pela variável número de carências ou problemas de moradia, que não é significativa. Os resultados das outras variáveis são quase iguais aos do modelo anterior.

Quanto ao modelo 5, o número de carências con-

tinua não sendo significativo. A variável rede da escola não aparece nesse modelo, e, por este motivo, a porcentagem de todas as outras aumenta. A principal diferença é a inclusão do IBEU. A diminuição de um desvio padrão do indicador das condições de vida na metrópole do Rio de Janeiro representa 95% de aumento na chance de atraso.

No modelo 6, os Exp(B) para as outras variáveis se mantêm quase iguais, só aumentando no caso do número de carências. Além disso, inclui-se controle pelo D3, que não se mostra tão significativo.

A tabela número 5 mostra o Exp(B), ou as razões de chances, para os modelos de regressão logística para abandono escolar de jovens entre 14 e 17 anos. No modelo 1, estima-se somente o risco de abandono controlando por carências habitacionais. Nesse caso, os resultados indicam que o risco para jovens com adensamento nos lares é de 80% a mais, para jovens com esgotamento sanitário inadequado é de 28% a mais, e para aqueles com abastecimento de água inadequado, de 4% a mais.

No modelo 2, além das variáveis de carência habitacional, estão incluídas as variáveis de controle pobreza e educação do responsável. No caso da cor, o risco de abandono é de 10% para pardos e 29% para negros, em relação à cor branca. Para jovens que vivem em domicílios em que o responsável possui baixa escolaridade, o aumento é de 52%, no caso de chefe

Tabela 5:
Modelos de regressão logística estimando risco de abandono escolar para alunos de 14 a 17 anos.

	modelo 1	modelo 2	modelo 3	modelo 4	modelo 5
Água	1,042***	0,954			
Sanitário	1,285***	1,174***			
Densidade de morador por dormitório	1,805***	1,408***			
Sexo masculino		0,988	0,987	0,987	0,99
Pardo		1,104***	1,114***	1,112***	1,079***
Preto		1,291***	1,315***	1,315***	1,279***
Escolaridade do responsável (médio ou superior)					
Escolaridade do responsável (fundamental incompleto)		2,082***	2,099***	2,090***	1,910***
Escolaridade do responsável (fundamental completo)		1,527***	1,529***	1,523***	1,424***
Pobreza		0,782***	0,756***	0,757***	0,776***
Rede da escola					
Número de carências ou problemas de moradia			1,154***	1,148***	1,145***
IBEU				0,889***	
IBEU: D3 condiciones habitacionais					0,190***

+ p ≤ 0,10, * p ≤ 0,05, ** p ≤ 0,01, *** p ≤ 0,001

Nota: "Ensino médio ou superior" é a categoria de referência para a variável escolaridade do responsável. Cor branca é a categoria de referência para a variável cor.

de família com ensino fundamental completo; e de 108%, quando o chefe de família tem ensino fundamental incompleto. Aqui também se inclui sexo, porém esse valor não é significativo nem aqui nem em nenhum dos outros modelos.

O modelo 3, em comparação à maioria das variáveis do modelo 2, mostra poucas mudanças percentuais, mas no modelo é incluída a variável número de carências habitacionais. A existência de uma carência no lar do jovem aumenta o risco de abandono escolar em 15%.

No modelo 4, os resultados são quase idênticos aos do modelo 3, mas inclui-se o controle pelo IBEU. A diminuição de um desvio padrão do indicador representa um aumento de 12% na propensão ao abandono.

No modelo 5, inclui-se no lugar do IBEU sua dimensão D3. Nesse caso, a diminuição de um desvio padrão do indicador representa um aumento na propensão ao abandono (RR: 5,26).

Os resultados obtidos nas análises são coerentes com as hipóteses colocadas, já que há uma relação entre a existência de carências habitacionais e o atraso escolar. Essa relação se apresenta de forma diferente nos dois casos de análise, que são crianças de 4ª série e crianças de 8ª série. No primeiro caso, no atraso de um e de dois anos as variáveis relativas às carências habitacionais foram quase sempre significativas e, em comparação com o segundo caso (alunos de 8ª série), representam percentualmente maior risco. Para os jovens de 8ª série, as carências perdem significância e têm percentuais menores. O fato de essas carências perderem peso frente a outras variáveis pode ser causado pelo abandono escolar dos jovens entre essas duas fases de escolaridade.

As carências habitacionais parecem afetar mais as crianças pequenas, que também são mais dependentes das estratégias familiares. Isso reforça a necessidade de observar o comportamento da variável adensamento, que no caso da 4ª série é sempre significativa e percentualmente maior do que na 8ª série. Entre as carências habitacionais, essa variável tem maior impacto no risco de atraso escolar de crianças pequenas.

No decorrer do trabalho foi destacado que as estratégias familiares e o espaço da moradia são fatores que têm relação com o atraso escolar. Assim, seria possível dizer que o fato de não haver na moradia espaços separados para estudo, para lazer, para intimidade, entre outros, afeta o rendimento escolar das crianças pequenas, pois impede certas estratégias.

Nesse sentido, no caso do abandono escolar, o adensamento também acaba sendo a carência mais importante percentualmente, e nunca perde a significância, o que também pode estar relacionado com a impossibilidade de gerar estratégias ou com a falta

de interesse em permanecer dentro do sistema educativo.

Este estudo permitiu observar as condições de moradia e utilizar uma variável de vizinhança relacionada não tanto com características de socialização mas com características de distribuição do bem-estar na cidade. Em todos os casos em que a variável foi significativa, apresentou-se um aumento da chance de atraso escolar em relação à diminuição das condições de bem-estar urbano (a dimensão três do IBEU). Desse modo, se reforça a ideia da existência de associação entre o lugar de moradia e a segregação territorial e o desempenho da criança.

Esses resultados são significativos mesmo controlando por características socioeconômicas ou de origem das crianças e jovens. Isso quer dizer que a existência de uma relação ruim entre as opções disponíveis (no que diz respeito à oferta de serviços) e a localização, ou seja, pouca qualidade na vizinhança, tem como resultado trajetórias escolares mais acidentadas – mais abandono ou atraso escolar.

Além disso, o trabalho revalida pesquisas anteriores e teorias que relacionam a escolaridade do responsável e a pobreza como fatores fundamentais no desenvolvimento intelectual da criança. É importante ressaltar neste estudo que em todas as faixas etárias esses dois fatores estão relacionados aos maiores percentuais de chance de defasagem idade/série ou de abandono. Quando foram adicionadas a seus efeitos variáveis de carências habitacionais, na maioria dos casos os percentuais aumentaram ainda mais.

A maior parte dos alunos da região metropolitana do Rio de Janeiro estuda em escola pública, e a variável rede da escola mostrou que as chances de atraso do aluno quase dobravam nos frequentadores de escola pública. Dessa forma, a escolha da escola acaba sendo um fator fundamental na trajetória dos estudantes, mas talvez essa variável esteja medindo outras características relacionadas ao nível socioeconômico (NSE) dos alunos. Além disso, só sabemos em que escola estavam matriculados no momento do Censo 2010, e não conhecemos a trajetória anterior dos alunos. Há limitações sobre o que podemos inferir com essa variável.

Cada um dos fatores influencia no aumento do atraso, inclusive separadamente. O aumento do atraso responde às variáveis colocadas individualmente e como um todo, o que mostra a complexidade do problema. A solução deve estar baseada no entendimento dessa complexidade, e não só das variáveis tradicionais de análise. Sem dúvida, mudanças nas políticas de moradia teriam repercussões no rendimento educacional e na melhora dos indicadores. Nas palavras de Lopez (2005 *apud* KAZTMAN; RETAMOSO, 1997, p. 151, tradução nossa): “[...]”

é possível dizer que a meta de uma educação de qualidade para todos significa converter a educação num eixo de articulação e integração dos distintos setores da política social.”

Antigamente, a educação era considerada via de mobilidade social, a única opção de gerar mudanças na vida das pessoas. Nosso trabalho mostra que as políticas para melhorar o rendimento escolar e as taxas de abandono devem ser mais abrangentes, e devem ser consideradas outras dimensões além da que concerne só à escola, entre elas as sociais, de serviços e territoriais. Em nossa análise, essas duas últimas foram vistas por meio das carências habitacionais e das condições urbanas, representadas pelo IBEU. Isso permitiu enxergar outros processos fora da escola relacionados ao abandono precoce e ao atraso.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO, O. El sistema de ciudades y el polimetropolitano en Colombia. *Revista Questiones Urbano Regionales*, Instituto de la Ciudad, Quito, vol. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://urbegestion.com/images/Documentos/Instituto_Ciudad_Quito_2012_Revista%20QR.pdf> Acesso em: 01 dez. 2012.
- ALVES, F.; FRANCO, C.; RIBEIRO, L.C. Segregação residencial e desigualdade escolar no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C.; KAZTMAN, R. (Org.) *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPERJ, 2008.
- ALVES, F.; LASMAR, C.; RIBEIRO, L. C.; KOSLINSKI, M. C. (Org.). *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- ARROYO, M. et al. *Mentiras y verdades del “capital de los pobres”: perspectivas desde la economía social y solidaria*. 1ª ed. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010. 352p. Disponível em: <http://edicionesimagomundi.com/wp-content/uploads/2013/06/WEB_interior_Mentiras.pdf> Acesso em: 01. dez. 2012.
- BECKER, H. S. *Sociological work*. Chicago: Aldine Publishing Co, 1970.
- BOURDIEU, P. L'école conservatrice. *Les inégalités devant l'école et la culture*. *Revue Française de Sociologie*, Paris, n. 7-3, p. 325-347, 1966. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_0035-2969_1966_num_7_3_2934>. Acesso em: 29 de jul. 2012.
- _____. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Efeitos de lugar*. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Org.) *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 552 p.
- CHRISTOVÃO, A. C. A. *Vizinhança importa: desigualdades e educação no Morro do Cantagalo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- COLEMAN, J. et al. *Equality of educational opportunity*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1966.
- COLEMAN, J. *Social capital in the creation of human capital*. In: HALSEY, L.; BROWN & WELLS. *Education: culture, economy, society*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. *Censo General 2005*. Bogotá D.C.: DANE, 2008.
- FLORES, C. A. *Consequências da segregação residencial: teoria e métodos*. In: CUNHA, J. M. P. *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006, p. 197-230. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_vulnerabilidade.html>. Acesso em: 8 dez. 2012.
- _____. *Residential segregation and the geography of opportunities: a spatial analysis of heterogeneity and spillovers in education*. Cambridge: ProQuest, 2008.
- GALSTER, G.; KILLEN, S. *The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework*. *Housing Policy Debate*, vol. 6, n. 1, p. 7-43, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *XII Censo Demográfico*. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>.
- KAZTMAN, R. (Org.). *Activos y estructura de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Montevideo: Oficina de la CEPAL en Montevideo, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 1999.
- _____. *Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos*. *Revista de La Cepal*, v. 75, dez./2001, p. 171-188.
- _____. *Infancia en América Latina: privaciones habitacionales y desarrollo de capital humano*. Documentos de proyectos CEPAL, 2011. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/1/45061/>>

- P45061.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/cooperacion/tpl/top-bottom.xslt>. Acesso em: 12 nov. 2012.
- KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, C. Notas sobre el marco conceptual. In: KAZTMAN, R. (Org.). *Activos y estructura de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Montevideo: Oficina de la CEPAL en Montevideo, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 1999, p. 19-36.
- KAZTMAN, R.; RETAMOSO, A. Aprendendo juntos: desafios na educação a partir dos processos de segregação urbana. In: RIBEIRO, L. C.; KAZTMAN, R. (Org.). *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPERJ, 2008.
- KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, jul./set./2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F.; LANGE, W. Desigualdades educacionais em contextos urbanos: um estudo da geografia de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. *Educação e Sociedade*, 2013. No prelo.
- LAGO, L. Trabalho, moradia e (i) mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 275-293, 2007.
- LOPEZ, N. A escola e o bairro: reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades. In: RIBEIRO, L. C.; KAZTMAN, R. (Org.). *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPERJ, 2008, p. 327-345.
- NOGUEIRA, C.; NOGUEIRA, M. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação e Sociedade*, ano XXIII, Campinas, ano 23, n. 78, p. 15-36, abr./ 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2013.
- NOGUEIRA, M.A. A sociologia da educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. Em Aberto, Brasília, v. 9, n. 46, p. 49-58, abr./jun. 1990. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/727/650>>. Acesso em: 04 abr. 2013.
- _____. Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais: notas em vista da construção do objeto de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 3, p. 89-112, 1991.
- _____. A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: A ação discreta da riqueza cultural. *Revista Brasileira de Educação*, n. 7, p. 42-56, jan./fev./mar./abr.1998. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde07/rbde07_05_maria_alice_nogueira.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2013.
- _____. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. *Anál. Social*, Lisboa, n. 176, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732005000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- NOVAES, P. Valor social da educação e efeito vizinhança: análise das famílias moradoras da Rocinha. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- NUNES, J. P. *L'economie de la maison*. Notas sobre habitação e metrópole - o contributo de Pierre Bourdieu. *Forum Sociológico*, n. 9/10 (2ª. Série), p.91-98, 2003. Disponível em: <<http://forum-sociologico.fch.unl.pt/PDF/Artigo7optimizado.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Adotado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200ª (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1966. Entrada em vigor na ordem internacional: 3 de janeiro de 1976, em conformidade com o artigo 27º. 1966. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/direitos.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2013.
- PISSARELLO, G. *Vivienda para todos: un derecho en (de)construcción*. Barcelona: Icaria Editorial, 2003.
- PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 33, p.133-158, set./2000. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-6529200000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2013.
- RAVALLION, M. *Las líneas de pobreza en la teoría y en la práctica*. 4to. Taller Regional del Mecovi. 1999.
- RIBEIRO, L. C. *Cidade desigual ou cidade partida?*

- Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. (Org.). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000, p. 63-98.
- _____. (Org.). Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- RIBEIRO, L. C.; CORRÊA, F. S. Cultura política, cidadania e representação na urbs sem civitas: a metrópole do Rio de Janeiro. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 30, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mai. 2013.
- RIBEIRO, L. C.; KAZTMAN, R. A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPERJ, 2008.
- RIBEIRO, L. C.; KOSLINSKI, M. Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais. *Revista Eure*, Santiago, v. XXXV, n. 106, p. 101-129, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612009000300006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 mai. 2013.
- _____. A cidade contra a escola? O caso do município do Rio de Janeiro. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 351-378, ago./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/92>>. Acesso em: 11 mai. 2013.
- _____. Fronteiras da democratização das oportunidades educacionais: o caso do Rio de Janeiro. In: Lago, L. C. (Org.). Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: economia sociedade e território. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2010.
- RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. C. (Org.). Ibeu: índice de bem-estar urbano. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RIBEIRO, L. C.; RODRIGUES, J. M.; CORRÊA, F. S. Território e trabalho: segregação e segmentação urbanas e oportunidades ocupacionais na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2008.
- RIBEIRO, R. A dimensão familiar no estudo da desigualdade intra-metropolitana no Rio de Janeiro. In: CORRÊA DO LAGO, L. (Org.). Economia, Sociedade e Território. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- SABATINI, F.; SIERRALTA, C. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, J. M. P. Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006, p. 169-195. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_6_169-195.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2012.
- SCHWARTZMAN, S. O local e o universal na educação. Texto preparado para a conferência de abertura do VIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação e Primeiro Encontro Cearense de Geografia da Educação, sobre o tema “Escolas e culturas: tempos e territórios de ações educacionais”. Teatro José de Alencar, Fortaleza, 25.05.2009.
- SMALL, M. L.; NEWMAN, K. Urban poverty after the truly disadvantaged: the rediscovery of the family, the neighborhood and culture. *Annual Review of Sociology*, 27, p. 23-45, 2001. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.27.1.23>>. Acesso em: 02 mai. 2013.
- SMALL, M. L. Villa Victoria: the transformation of social capital in a Boston barrio. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- SOUZA, J. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- SOUZA, J. V. A centralidade da escola no mundo moderno. In: Introdução à sociologia da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-135.
- WACQUANT, L. Os condenados da cidade. Estudos sobre marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho et al. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2001.
- WILSON, W. J. The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- ZUCCARELLI, C. Segregação urbana, geografia de oportunidades e desigualdades educacionais no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- ZUCCARELLI, C.; CID, G. Escolhas familiares e oportunidades educacionais no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q.; KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F.; LASMAR, C. (Org.). Desigualdades urbanas, desigualdades escolares. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p. 249-276.
- Naredo, JM. (2010) El modelo inmobiliario español y sus consecuencias. *Boletín CF+S* 44. Madrid, pp. 13-27. ■

Andrei Mikhail Zaiatz Crestani

Riachuelo

da (in)visibilidade de uma rua reinventada à indícios de uma gentrificação em construção

Resumo

Centros urbanos são espaços que recorrentemente recebem propostas de recuperação devido à degradação ou subutilização gerada pelo desinvestimento público e abandono da população. A renovação urbana tem sido sinônimo de processos de gentrificação, os quais resultam no enobrecimento desses locais e consequente “expulsão” silenciosa da população. Este trabalho avalia o caso da rua Riachuelo em Curitiba, a qual desde 2009 passa por uma renovação socioespacial e econômica expressa na agenda dos seus projetos. São exploradas as contribuições teóricas de Hamnnet (2003), Smith (2002; 2006), Vargas e Castilho (2009) e demais autores que se debruçam sobre o fenômeno. Os efeitos do processo de recuperação urbana da Riachuelo ainda não são totalmente visíveis, mas é perceptível que tal movimento se construiu a partir de ações pautadas em um planejamento no qual a gentrificação se apresenta como estratégia de políticas urbanas e não apenas como um fenômeno “inesperado”.

Palavras-chave: Rua Riachuelo; Gentrificação; Recuperação Urbana.

Abstract

Inner cities areas recurrently receive urban regeneration proposals due to degradation or underuse generated by public disinvestment and abandonment of the population. Urban renewal has been synonymous of gentrification processes, which result in the ennoblement of these sites and consequent a silent “expulsion” of the population. This study evaluates the Riachuelo Street in Curitiba, which since 2009 goes through a socio-economic and spatial renewal expressed in their projects agenda. Theoretical contributions of Hamnnet (2003), Smith (2006; 2002), Vargas and Castillo (2009) are explored, as well as other authors who focus on the phenomenon. The effects of urban regeneration Riachuelo process are not yet fully visible, but it is perceivable that such change was constructed from actions based on a schedule where gentrification is presented as urban political strategy and not just as an “unexpected” phenomenon..

Keywords: Riachuelo Street; Gentrification; Urban Regeneration.

**Andrei Mikhail
Zaiatz Crestani**

é doutorando em Arquitetura e Urbanismo (USP-São Carlos). Mestre em Gestão Urbana (PUCPR). Docente em Arquitetura e Urbanismo (PUCPR).

mikhail.arq@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Projetos de recuperação urbana participam constantemente da agenda de debates entre estudiosos e gestores da cidade, tanto por envolverem modificações físicas que alteram o desenvolvimento desse artefato como por implicarem substancialmente transformações socioespaciais e sobre as economias locais.

Com grande recorrência os processos de recuperação urbana estão vinculados às áreas centrais abandonadas ou degradadas que reúnem uma gama de relações históricas, sociais, infraestruturais, econômicas e de imagem da cidade e, logo, geram interesses de investimentos públicos e privados.

Rapidamente esses projetos de recuperação urbana são associados a narrativas midiáticas e políticas de uma emergente e necessária renovação, recuperação, reabilitação etc., terminologias comumente definidoras de títulos criados para tais intervenções.

Relacionado a esses projetos está o fenômeno da gentrificação que, desde o momento pós-guerra, vem sendo estudado a partir de múltiplas abordagens: como da geografia, sociologia, arquitetura e urbanismo. A gentrificação envolve transformações de centros urbanos em suas dimensões materiais, econômicas, sociais e simbólicas (ZACHARIASEN, 2006), bem como uma reconfiguração socioeconômica no contexto no qual se manifesta, resultando no deslocamento de moradores das classes populares do centro (SMITH, 2006) e o enobrecimento destas áreas antes degradadas (VARGAS; CASTILHO, 2009).

O fenômeno tem alcance expressivo na cidade contemporânea manifestando-se de modos específicos de acordo com cada localidade, como mesmo menciona Smith (2006). Nesse sentido, estudos submetem esforços na tentativa de mapear as variações do fenômeno e ampliar a compreensão sobre seu alcance na cidade contemporânea.

Este trabalho analisa o projeto em andamento de renovação do centro histórico de Curitiba, tendo como objeto específico a rua Riachuelo e as ações relativas a sua transformação, bem como seus efeitos (in)visíveis. O objetivo é avaliar como os projetos desse contexto são articulados entre poder público e privado, qual o reflexo socioespacial e econômico que esse movimento tem resultado e sua relação com traços de gentrificação em desenvolvimento.

GENTRIFICAÇÃO E CENTROS URBANOS

O modo como gentrificação é entendida pelo ambiente acadêmico se transformou desde os aponta-

mentos de Glass – num momento em que a cidade colhia os avanços da revolução industrial e prosseguia em uma atmosfera desenvolvimentista – até a cidade contemporânea dado, em grande parte, pelas mudanças ocorridas na própria dinâmica da cidade como artefato socialmente construído. Essas concepções, ainda que distintas, são complementares.

Hamnet (2003) reúne as considerações de Ley e Butler em sua reflexão. O primeiro autor sustenta que o cerne da gentrificação se encontra na estrutura industrial, quando ocorre uma mudança simultânea na estrutura da classe trabalhadora a qual é substituída por uma gama de profissionais de “colarinho branco”: que tem as grandes cidades como base de suas finanças, cultura e trabalho.

Butler, em complementaridade, acredita que, devido às mudanças na composição da classe trabalhadora, a “orientação” cultural também se transformaria, resultando em novas preferências e padrões de trabalho de um segmento dessa nova classe média que se predispunha a viver no centro da cidade.

Ambos os autores apontam que a aquisição de terrenos no centro da cidade se aproximava mais de uma característica particular de procura, diferentemente da teoria de Smith na qual a gentrificação aconteceria em uma escala maior de relações.

Smith (2002), em uma leitura claramente marxista (MENDES, 2010), sustenta a gentrificação como um movimento de capitais e não de pessoas, argumentando que a força motriz do fenômeno foi a crescente diferença entre o valor potencial dos imóveis urbanos e seus valores subjacentes à terra.

Smith (2006) resgata as reflexões de Ruth Glass¹ sobre a primeira formulação acerca de gentrificação como processo no final dos anos 1970, quando a autora cita a invasão de bairros operários londrinos por classes média e alta, e a mudança substancial na paisagem urbana desses bairros gerada pelo novo status estabelecido.

Ruth Glass insere a compreensão sobre *gentry* urbana, ou seja, famílias de classe média que transformaram os bairros operários em 1964. Esse conceito logo evoluiria como paradigma tanto na literatura urbana como fenômeno percebido na cidade em âmbito global (SMITH, 2006).

Ainda neste momento histórico, a periferia das cidades começa a receber a burguesia que troca o centro na busca de outra qualidade ambiental, com habitações mais amplas – diferentes daquelas existen-

¹ Glass foi uma socióloga britânica que em 1964 utilizou o termo “gentrificação” para se referir a alterações que ela observava na estrutura social e do mercado de habitações em certas áreas no centro de Londres.

tes na região central.

No centro das cidades inicia a degradação física por falta de investimentos, na medida em que esses estão voltados às franjas urbanas para receber a classe burguesa.

Em um contexto norte-americano Smith (2006) conclui sobre como esse processo alterou a relevância dos centros urbanos na relação entre mercado privado e Estado. Vargas e Castilho (2009), com enfoque específico nos centros urbanos, refletem sobre como historicamente essas localidades se tornam potenciais veículos de projetos de recuperação, assim como do fenômeno de gentrificação: hoje não apenas como consequência histórica “inesperada” mas também como estratégia de políticas urbanas.

As autoras argumentam: o centro das cidades é o local mais dinâmico da vida urbana. O seu significado foi diluído historicamente pela expansão urbana e constituição de subcentros, um processo que é discutido na Europa e América desde 1950 e no Brasil apenas a partir de 1980.

O centro não tem essa definição apenas por sua região geográfica na cidade, mas também por reunir uma grande diversidade de funções congregadas ao significado que lhe é próprio por conta da história da cidade a ele atrelada.

Nesse sentido, a intervenção nos centros urbanos não altera somente o substrato físico mas também a herança histórica e patrimonial. Vargas e Castilho (2006) realizam uma analogia às razões dos projetos de “intervenção”, relacionando-os com o campo das ciências biológicas: intervenções para recuperação ou manutenção (da vida); intervenções para a reparação de danos causados por acidentes e intervenções para atender a exigências e/ou padrões estéticos.

De fato, se observados os projetos de intervenção urbana, essas três categorias poderiam bem sintetizar suas intenções. Mas afinal, qual a importância da recuperação de centros históricos?

Grande parte das descrições dos projetos se relacionam a “valorização” do patrimônio histórico. Contudo, como mesmo Smith (2006), Vargas e Castilho (2009), e Mendes (2010) concluem: esses processos claramente se preocupam – muito antes da valorização do patrimônio – com a reutilização dos edifícios na tentativa de dinamizar o comércio, gerar novos empregos e otimizar o uso da infraestrutura para alavancar a microeconomia.

Logicamente estas questões importam e são positivas em termos de gestão urbana para a manutenção da cidade, mostrando o aspecto ambivalente da gentrificação (ATKINSON; BRIDGE, 2005). O que é questionado pelos autores é que a história, o valor simbólico, a população moradora dessas centralida-

des quando não contempladas como os demais fatores citados, a gentrificação se decalca como resultado (ou prática) negativo nesses espaços. Como reforçado por Mendes (2010):

A gentrificação é, por definição, um processo de ‘filtragem social’ da cidade. Vem desencadear um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, indicando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vinculada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares (MENDES, 2010, p. 23).

O papel da valorização econômica está diretamente relacionado com estas intervenções. O território passa a ser mercadoria de consumo, trocando o valor de uso por valor de troca. O valor simbólico dos centros históricos é cooptado contemporaneamente também pelo marketing urbano: como as olimpíadas de Barcelona que além de promover uma completa transformação das suas áreas portuárias deterioradas e abandonadas, tornaram-se mundialmente conhecidas e cobiçadas por meio da sua divulgação (VARGAS; CASTILHO, 2006).

Curitiba é lembrada no texto das mesmas autoras pelo uso das técnicas do *city marketing* iniciado na década de 1970. Com isso, a cidade buscou valorizar sua imagem por meio do planejamento, além de criar uma comunicação destinada ao cidadão para estimular um sentimento de pertença, similar ao que ocorria nos EUA e Europa.

Nobre (2010), utilizando o caso de gentrificação ocorrido no Pelourinho pelos projetos de intervenções recentes, reflete sobre como essas práticas se desenham no contexto atual para atrair atividades econômicas:

As estratégias variam de cidade para cidade, baseando-se na promoção de eventos internacionais ou espetáculos, como nos casos das Olimpíadas de Barcelona, da Expo98 de Lisboa e da Feira de Baltimore, na criação de novos distritos de negócios através da renovação urbana das áreas degradadas (NOBRE, 2010, p.2).

As cidades tornando-se globais também levam algumas de suas características a se globalizarem (SMITH, 2006). Nesse sentido, os projetos dos centros urbanos se encontram em uma condição de competição entre imagens de cidade, o que coloca em risco a legitimidade das intervenções em relação às características de cada localidade, inclusive das características que fornecem vantagens competitivas que não podem ser reproduzidas.

RUA RIACHUELO: HISTÓRIA EM VIAS DE TRANSFORMAÇÃO

A rua Riachuelo para os curitibanos nem sempre teve uma imagem com a qual a população se identificasse e zelasse como patrimônio simbólico e cultural, muito menos como imagem a ser projetada para fora como representante da cidade, pelo fato de por aproximadamente três décadas ser espaço para os marginalizados, prostitutas e usuários de drogas.

Por outro lado, sua identidade é fortemente associada aos brechós e lojas de móveis antigos e usados que são administrados por comerciantes que ali estão há aproximadamente três décadas. Por essa razão, a rua sempre foi muito visitada por uma população diversa que busca(va) sua distinta vocação para peças históricas.

A Riachuelo é a primeira rua de Curitiba e um dos eixos importantes desde o início da cidade por ser um dos caminhos que conectava Curitiba do século XIX ao litoral, tendo recebido vários nomes antes do atual: rua Lisboa, Rua dos Veados, Rua do Campo e Rua da Carioca.

Na metade do século XIX a via já abrigava alguns comerciantes locais, não possuindo infraestrutura – como pavimentação –, fato que motivou seus moradores e comerciantes a reclamarem aos governantes sobre o problema. Posteriormente, uma vez percebido sua vocação para o setor terciário, a rua receberia maiores investimentos (BOSCHILIA, 1996).

Com a inauguração da estrada de ferro em 1885, a proximidade com o Mercado Municipal daquele período (local distinto do Mercado Municipal atual) e a inauguração do Passeio Público em 1886, a rua atrai um número maior de frequentadores e se define como uma importante via da cidade (HOERNER, 2002), abrigando hotéis, serviços e comércio próximo ao antigo palácio do governo.

Já no final do mesmo século foram inaugurados os bondes da cidade, momento em que grandes intervenções ocorreram na via e houve o aumento do

número de estabelecimentos comerciais atraindo muitos imigrantes para ali se estabelecerem.

Em 1913 os bondes elétricos foram inaugurados e foram administrados por aproximadamente dez anos pela iniciativa privada até que as concessões passassem para a Companhia Força e Luz do Paraná. O sucesso desse modal de transporte dura até aproximadamente a década de 1950, quando veículos motorizados ganham as ruas e linhas de ônibus começam a ser implantadas em troca dos bondes.

Com o desenvolvimento da cidade os investimentos públicos migram para outras regiões e a rua Riachuelo perde seu valor comercial, chegando nos anos 1990 degradada em seu patrimônio histórico (LUCKMAN; ROMAGNOLLI, 2009, online), o que já refletia desde a década de 1970 quando a prostituição e o uso de drogas se tornam a marca da via: “A decadência da região se acentuou nos anos 1970 [...], e se agravou há uma década, com o avanço do crack” (FERNANDES, 2010).

Nesse ritmo a via foi sendo deixada tanto pela população moradora, que foi buscar outras regiões onde o investimento público se fazia presente, como pela gestão que em busca do desenvolvimento urbano passou a focar nos eixos estratégicos (especialmente os relativos ao transporte público). Neste mesmo período – anos 1990 – a rua Riachuelo chegou a um percentual de 40% de seus imóveis desocupados (SEBRAE).

NOVA RUA RIACHUELO: UM PROCESSO DE ENOBRECIMENTO CONSTRUÍDO

Em 2008 Curitiba lançou o projeto “Novo centro” que contempla grande parte de monumentos do centro histórico da cidade, sendo o Paço Municipal o primeiro monumento restaurado e que deu início à execução do projeto. Vias também foram incluídas no quadro de intervenções, das quais a Riachuelo foi

Figura 1:
(a) e (b) obras de colocação dos trilhos dos bondes na rua Riachuelo



Fonte: Acervo Casa da Memória. Coleção Júlia Wanderley in BOSCHILIA (1996).

a primeira a receber mudanças.

O projeto para a Riachuelo é parte de uma trama de relações de recuperação urbana da área histórica envolvendo diversos atores. Desde o princípio, a proposta da prefeitura obteve parcerias diversas, tendo a Fecomércio PR (Federação do Comércio do Paraná) importante participação e influência, elaborando o diagnóstico da região – que foi base para o projeto –, com enfoque no desenvolvimento econômico: “A parceria com a Fecomércio foi muito prática. Ela assumiu o Paço, e hoje já se percebe que o novo prédio trouxe melhorias para o comércio da área – ‘diz o administrador da Regional Matriz de Curitiba, Omar Akel’” (LUCKMAN; ROMAGNOLLI, 2009, online).

Em sua descrição inicial o projeto para a rua Riachuelo é tido como uma reforma urbana necessária para a população local – moradores e comerciantes – assim como para a conservação do patrimônio histórico:

Na Riachuelo os planos contemplam a reforma das calçadas seguindo o mesmo padrão do entorno do Paço Municipal, decoração e arejamento das esquinas para aumentar a segurança, nova sinalização de trânsito e turística, iluminação privilegiando as calçadas, além da retirada parcial do cabeamento dos postes – segundo o arquiteto do Ippuc Mauro Magnabosco, que coordena o projeto do Novo Centro (LUCKMAN; ROMAGNOLLI, 2009, online).

As fachadas históricas da via receberam nova pintura a partir do projeto do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) e da parceria com empresas de tintas, justificada pela intenção de resgatar o valor do patrimônio: “O projeto

Figura 3: Projeto “Nova Rua Riachuelo” - logo e slogan



Fonte: IPPUC. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br>.

trouxe benefícios como calçadas novas, iluminação, tubulação para dados de telefonia, pintura de fachadas históricas e câmeras de segurança” (BUBNIAK, 2013, online).

O Sebrae PR foi ativado para a promoção de consultorias e treinamentos de gestão empresarial para os comerciantes da área, com o objetivo de melhorar a competitividade local (NOGAROLLI, 2009). Logo, ao slogan do programa se associavam frases mais clarificadas sobre um propósito comercial: “o projeto pretende revitalizar o deteriorado comércio da região histórica de Curitiba” (GAZETA DO POVO, 2009, online, grifo nosso).

A intenção de uma transformação além do resgate patrimonial ficaria cada vez mais clara a partir das declarações entre parceiros do projeto: “Eles – o Sebrae – vão ajudar os comerciantes da região a transformar sua cultura” (ROMAGNOLLI, 2009, online). Em um curto período de tempo as intervenções relativas à via recebem grande enfoque midiático, especialmente no principal jornal de circulação local da capital – Gazeta do Povo.

Os títulos das notícias – nas quais recorrentemente se encontram declarações de membros do IPPUC, incorporadoras, Sebrae e Fecomércio –, assim como a “linha-fina”² de muitas delas expressam o modo como, de fato, o projeto se desenvolveu: com o intento



Fonte: Orion do Brasil, s.d.

Figura 2: Paço Municipal antes (acima) da intervenção e após intervenção

2 Pequeno texto geralmente logo abaixo do título da reportagem: um subtítulo que estende a explicação do título.

Periódico	Título e Linha-Fina	Mês Ano
Gazeta do Povo	Reportagem: Riachuelo quer recuperar brilho <i>Linha-fina:</i> Rua do centro histórico de Curitiba passará por obras paisagísticas e recebe intervenção do Sebrae para voltar a ser um ponto comercial valorizado.	07 2009
Gazeta do Povo	Reportagem: Lojistas recebem apoio para melhorar atendimento <i>Linha-Fina:</i> Riachuelo tende a ficar mais sofisticada com a atração de novos negócios. Quem já está ali tem a chance de dar um salto de qualidade.	07 2009
Gazeta do Povo	Reportagem: Para dar certo ideia pede investimento privado	07 2009
Gazeta do Povo	Reportagem: Projeto prevê transformação da rua Riachuelo em polo gastronômico <i>Linha-Fina:</i> Plano faz parte do Programa Novo Centro. Objetivo é ampliar o potencial turístico, revitalizar o comércio da região e melhorar a qualidade de vida dos moradores.	05 2009
Gazeta do Povo	Reportagem: Rua já passa por valorização <i>Linha-Fina:</i> Antecipando os efeitos do projeto para a Riachuelo, empresários começam a fazer pequenos investimentos e o custo dos aluguéis da região sobe.	07 2009
Boletim do Paço	Reportagem: Revitalizar é compreender o valor	07 2009
Boletim do Paço	Reportagem: Siga as cores da revitalização	04 2010
Gazeta do Povo	Reportagem: Revitalizações <i>Linha-Fina:</i> Além dos cinemas, outras obras de recuperação do Centro estão previstas dentro do PAC das Cidades Históricas.	06 2011
Boletim do Paço	Reportagem: Investimentos da Prefeitura devolvem moradores ao centro	09 2011
Gazeta do Povo	Reportagem: Fôlego novo para o Centro <i>Linha-Fina:</i> Ocupada por moradores de unidades recém-entregues, a região precisa de novo ciclo de habitação, que pode surgir com lançamentos de prédios para famílias.	08 2013
Gazeta do Povo	Reportagem: Mistura boa no centro <i>Linha-Fina:</i> Lançamentos começam a ocupar terrenos da Riachuelo e entorno, gerando onda de novos moradores que vão conviver com comércio e população local	11 2013

Fonte: elaborado pelo autor, 2014

Quadro 01:
Reportagens
relativas ao
processo de
recuperação
urbana da
Riachuelo³

de uma reconfiguração da lógica socioespacial e da microeconomia local.

Além do jornal *Gazeta do Povo*, o quadro anterior mostra algumas reportagens do *Boletim do Paço* elaborado pelo Sebrae com a colaboração da Fecomércio e da Prefeitura Municipal, com o objetivo de comunicar as ações para a região de recuperação urbana do projeto “Novo Centro”.

O registro midiático auxilia no esclarecimento de como o viés econômico permeia toda a operacionalização da proposta. Ao mesmo tempo, as reportagens promovem à população uma perspectiva direcionada ao objetivo-fim dos atores envolvidos no processo: o enobrecimento da rua.

Declarações presentes nestas entrevistas elucidam como pouco a pouco a Riachuelo foi sendo associada a um produto de marketing urbano, desconstruindo o seu sentido simbólico e histórico, tornando o patrimônio um segmento de mercado (LEITE, 2002):

As obras que pretendem atrair novos investimentos e moradores para a Riachuelo devem começar na primeira metade de agosto – a prefeitura no momento está fazendo a licitação do projeto estimado em R\$ 1,5 milhão (LUCKMAN; ROMAGNOLLI, 2009, grifo nosso).

Diego Filardi, diretor da *Thá*, diz que a mecânica que viabiliza um empreendimento a partir da conta de aproveitamento do uso do solo aponta condições para produtos de metragens elevadas na região central de Curitiba. “Mas é o poder público, com programas e políticas adequadas, quem fomenta diretamente o desenvolvimento das zonas centrais em determinada direção”, ressalta (MORAES, 2013).

³ Importante mencionar que o quadro 01 é composto apenas de algumas reportagens relacionadas à intervenção da Riachuelo encontradas durante a pesquisa.

Essa última assertiva – do diretor de uma das maiores incorporadoras imobiliárias da capital paraense – revela como o setor imobiliário se vê servido pelas políticas de uso do solo, que permitiram a alteração de padrões da área histórica para a construção de grandes torres habitacionais.

O antigo quartel na Riachuelo foi um dos mecanismos utilizados para ampliar o potencial construtivo da região histórica. Transformado em Unidade de Interesse Especial de Preservação (UIEP), em um decreto do segundo semestre de 2012, foi previsto o projeto de um novo cinema de rua para a antiga estrutura. Com isso, ficou aberta uma margem de R\$ 5 milhões e 700 mil reais para a venda de potencial construtivo para incorporadoras (GAZETA DO POVO, 2012).

A permanência do mercado habitacional como grande articulador do processo, como discutido por Smith (2006), se reflete nas palavras do mesmo diretor da Thá quando este revela como o mercado imobiliário detém conhecimento sobre o alcance da gentrificação, e as possíveis vantagens advindas do processo para o setor: “Diego Filardi, diretor da Thá, observa que em várias cidades do mundo o movimento de revalorização do Centro vem acontecendo em ciclos. ‘Estamos atentos a esta tendência mundial e monitorando oportunidades na região’ (MORAES, 2013, grifo nosso).

A empresa em questão publica em sua página web a percepção acerca das movimentações de recuperação da Riachuelo:

O processo contou com os esforços da Prefeitura Municipal, SEBRAE, Sesc, Senac e da Fecomércio que além de investirem na região, promoveram o incentivo à instalação de novos negócios de acordo com parâmetros estabelecidos para cada um dos eixos [...]. A Riachuelo foi chamada de eixo comercial conceito (THÁ, 2011).

A animação do mercado para a alteração do perfil da via não é solitária e se vê anteriormente subsidiada pelo poder público. Em uma das entrevistas ao periódico *Gazeta do Povo*, Omar Akel – administrador da Regional do setor histórico – expressa: “O projeto para as ruas Riachuelo e São Francisco vai ‘domesticar’ a região e devolver o conceito de ‘centro histórico de cidade civilizada’. Ainda: “[...] Outra ação esperada para os próximos meses é uma certa ‘moralização’ da área, onde hoje há um cinema pornô e pontos de prostituição e de tráfico de drogas” (LUCKMAN; ROMAGNOLLI, 2009, online).

O caso da Riachuelo relembra a discussão de Leite (2002) sobre ocorrência semelhante em bairros e

ruas do Recife Antigo, onde as intervenções também se concentraram na melhoria do cenário urbano, com restauração e pintura das fachadas de imóveis, recuperação e alargamento de vias: “espaços e edificações igualmente importantes em termos patrimoniais (que) se adaptam [...] para adequar as cidades às demandas e aos fluxos internacionais de turismo e consumo urbano (LEITE, 2002, online).

Esta “maquilagem estratégica” do caso curitibano traz demais evidências da “marcha” da gentrificação em construção quando demonstrado, em uma perspectiva um tanto Hausmanniana, a busca por disciplinar o uso desse espaço público:

O poder público espera que os empresários tragam atrativos para a região, repovoando o local e gerando riquezas; enquanto os investidores esperam que o governo primeiro “limpe” e valorize a área, para que o risco da aplicação de recursos caia e a taxa de retorno seja parecida com a obtida em outras áreas da cidade (LUCKMAN, 2009, online “a”).

O modo como o conjunto de ações da recuperação urbana da via se articulou nesse curto período (iniciado em 2009), trouxe, logo no início, a preocupação por parte da população local sobre as suas possibilidades de permanência nesse contexto. Comerciantes entrevistados na época relatavam:

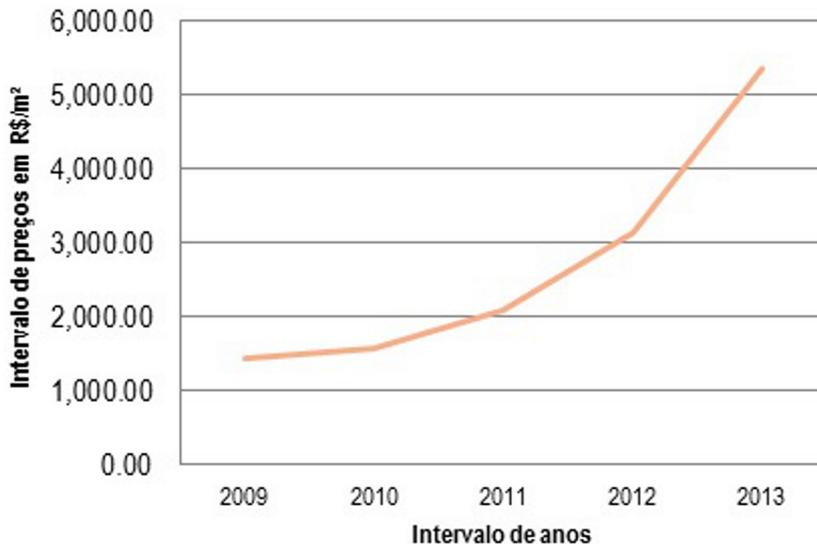
“A rua ainda nem foi reformada e os proprietários já estão aumentando o valor do aluguel. Tem imóvel desocupado que já dobrou o preço”, informa uma comerciante instalada no local há 25 anos. “Se a especulação aqui descambar [...] vamos ter que fechar as portas” (LUCKMAN, 2009, online “b”).

Essa fala denota traços do que Smith (2006) chamou de “regeneração urbana” generalizada, quando a população do local alvo das propostas de recuperação se vê ameaçada de uma expulsão camuflada por um discurso que, desde o princípio, não leva em conta determinadas consequências em busca de uma “reconquista da cidade” (SMITH, 2006).

Antes do início das obras na via foi promovido um evento de lançamento do projeto chamado “Vitrines na Calçada” com o objetivo dos comerciantes locais exporem nas calçadas uma seleção de seus melhores produtos. Nessa passagem ficava claro como o espaço público também passou a ser suporte de uma seleção inicial de usuários da Riachuelo, que culminaria nas ações posteriores do projeto.

O preço do terreno/m² mudou substancialmente a partir do projeto na região central. Em 2009 a média dos terrenos estava em torno de R\$ 1.400,00/

Gráfico 01:
Projeção
do preço de
terrenos/
m² da região
central de
Curitiba⁴



Fonte: elaborado pelo autor com base de dados da INEPSPAR, 2014.

— Projeção preço do terreno/m²

m², variando R\$ 100,00 a mais no ano seguinte. Em 2011 o mesmo local custava em média R\$ 2.081,00/m², chegando em 2013 a R\$ 5.000,00/m² para compra: “Comparando com outras regiões do Centro, encontramos uma boa relação custo-benefício na área da Riachuelo’, observa Diogo Linhares de Camargo, diretor da Porto Camargo” (BUBNIAK, 2013, online).

O ponto de vista do mercado imobiliário também modificou nesse período, elaborando projetos residenciais que privilegiam moradores jovens, atentos a um “novo modelo de ocupação urbana” (BUBNIAK, 2013).

O projeto para a rua também teve preocupação com outra categoria populacional: buscavam artifícios para associar a recuperação ao turismo local. O modo como essas propostas foram desenvolvidas se articulam com o interesse de “renovação social”, na qual turistas e novos moradores juntos resgatariam a “imagem perdida” da rua: “A meta é transformar uma área degradada em um grande *boulevard* gastronômico, com bistrôs, cafés e restaurantes, que dividirão com pontos de cultura os atrativos locais’, afirmou o prefeito” (GAZETA DO POVO, 2009, online).

Considerando a última citação, e os demais fatos anteriormente expostos na discussão, fica cada vez mais esclarecido o modo como a Riachuelo foi se tornando pano de fundo de uma gentrificação planejada em que poder público, privado e mídia reunidos propõem uma imagem e história a ser construída, já que a anterior parecia não merecer um resgate menos agressivo: “para que a requalificação seja completa, é preciso criar uma nova onda de moradores,

³ Importante mencionar que o quadro 01 é composto apenas de algumas reportagens relacionadas à intervenção da Riachuelo encontradas durante a pesquisa.

tade de 2009 para que pudesse passar pela Riachuelo depois da praça Generoso Marques.

O turismo recebeu impacto da revitalização não apenas das obras da Riachuelo, mas na escala do projeto Centro Novo. Em 2008 o ônibus Turismo tinha um valor de R\$ 16,00 a passagem e, nesse mesmo ano, recebeu um novo veículo com dois andares o que, na época, não foi sinônimo de aumento do valor do bilhete. Em 2013 o preço para o ônibus que ainda circula nos mesmos pontos – salvo a alteração do itinerário que começou a passar pela Riachuelo em 2009 – era de R\$ 29,00, um aumento de 80% em um intervalo de cinco anos.

Em 2009, o IPPUC que coordena o projeto, declarava “apostar na repaginação da rua como modo de atrair um comércio mais sofisticado” (ROMAGNOLLI, 2009). Ainda:

Nós temos ali um fluxo de pessoas de classe B, C, talvez até D, que vêm para o centro da cidade com recursos muito limitados. O comércio vende para esse tipo de freguês, é muito difícil mudar, mas pode ter novos atrativos para buscar um público diferenciado (ROMAGNOLLI, 2009, online).

O Boletim do Paço, em 2011, registrava como a imagem buscada para a rua começava a apresentar seus “frutos”: “A revitalização da Riachuelo trouxe um perfil diferenciado de cliente, que hoje gasta mais, consumindo produtos no Centro da cidade” (BOLETIM DO PAÇO, 2011, s.p.).

Obviamente as melhorias trazidas à rua por meio do projeto eram necessárias, mas as estratégias que estão na pauta dessa intervenção priorizam muito mais a busca de uma Riachuelo “polida”, e com o patrimônio transformado em cenário para receber a “nova onda” de uma população flutuante selecionada, do



Fonte: IPPUC. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br>>

que um resgate legítimo de seu valor como espaço público efetivo e com sua memória preservada.

UMA RECUPERAÇÃO URBANA PAUTADA PELA GENTRIFICAÇÃO? A RIACHUELO RESIGNIFICADA

A imagem de Curitiba como cidade “vitrine” se vê fortalecida por vários lados. O modo como o projeto do novo centro foi fomentado pelos poderes público e privado é sustentado abertamente pela mídia, a qual também exerce importante papel na veiculação da necessária “repaginada” tanto do centro histórico e da Riachuelo como de áreas que ainda não possuem projetos semelhantes.

Esse movimento evidencia a apropriação estratégica da generalização da gentrificação como signo de competição entre cidades anunciado por Smith (2006). A condução dessa “recuperação” urbana revela como, de fato, cada vez mais na cidade contemporânea a gentrificação é tida como um caminho natural e necessário para o reestabelecimento de seus espaços públicos abandonados ou degradados.

No contexto histórico norte-americano o processo encorajou a gentrificação no mercado da habitação, assim como a crescente privatização dos terrenos desde os anos 1980 (SMITH, 2006; MENDES, 2012). Nesses casos e nos europeus a gentrificação se apresentou como uma conquista altamente integrada do espaço urbano, na qual o componente residencial não se dissociou das transformações de outros usos que compõem a paisagem. Em mesma via, nos casos nacionais existe uma tendência desse processo se vincular a especulação imobiliária, como observado na discussão sobre a rua Riachuelo em Curitiba.

Nessa marcha, as cidades passam a produzir imagens para um circuito global de aquisição colocando em risco o que possuem de legítimo, transformando seus espaços públicos e em especial os centros históricos em uma paisagem-mercadoria. Quando a população local não é vista como a razão das intervenções



Figura 4: Perspectivas das propostas Novo Centro (a) Boulevard (b) Novo Cinema

de centros históricos fica clara a valorização tanto do caráter estético das propostas, como de uma população flutuante para a qual se elabora tal produto.

De fato, os vazios urbanos, centros históricos ou áreas degradadas com infraestrutura em potencial merecem ser observados em projetos de recuperação urbana, tanto por fornecerem uma estrutura normalmente subutilizada, como por fazerem parte – em especial os centros históricos – da memória da cidade e terem em seu entorno espaços abertos potenciais à efetivação da esfera pública.

Como ponderado por Leite (2002): são necessárias as transformações trazidas por processos de recuperação urbana, bem como a reanimação do uso

Figura 5: Imagens da rua Riachuelo após intervenção



Fonte: TAKEUCHI, 2012.

público dos espaços urbanos que elas são capazes de provocar. Mas, ao mesmo tempo, é fundamental avaliar “em que medida esse uso público pode ser caracterizado como construção de espaços públicos” (LEITE, 2002, online), quando muitos dos projetos são direcionados a uma renovação de perfil populacional e de consumo. Nesse sentido, os limites entre a parceria público/privado é tênue, e o modo como as propostas são veiculadas pela mídia merece um estudo com maior cuidado sobre os seus resultados.

A partir do referencial teórico aqui exposto é possível perceber como as formas de intervenção em áreas centrais foram remodeladas ao longo tempo. Se em um primeiro momento (pós-guerra) cidades europeias e americanas participaram de intervenções com fortes relações e estratégias relacionadas com contextos sociopolíticos locais, em um período de abertura global (a partir dos anos 1990), o processo localmente proposto transforma-se em busca de objetivos, estratégias e escalas de alcance global revelando a gentrificação como um mecanismo potente de anestesiar qualidades específicas de cada localidade.

Em Curitiba este desencadeamento iniciou silencioso na década de 1970 em decorrência muito maior de um direcionamento do capital ao planejamento dos eixos estruturais como estratégia de desenvolvimento da cidade – onde áreas como a Riachuelo acabaram sendo “congeladas” em previsões orçamentárias – do que como o atual movimento intencionado de enobrecimento de áreas específicas que resultam em transformações socioespaciais substanciais.

Desse modo a gentrificação hoje não ocorre apenas como consequência histórica “inesperada” mas também como estratégia de políticas urbanas. Atualmente, em Curitiba, o fenômeno parece se chegar sem dificuldades em um espraiamento espantoso. Demais regiões da cidade têm seus nomes associados a “novas identidades”, as quais são somadas a descrições de “vocações” desenhadas pela mídia a partir de pesquisas de mercado. A exemplo disso, abaixo um trecho de reportagem no qual regiões da cidade são anunciadas com essas “novas denominações”:

Batel Clássico: Concentra a maior renda média de todas as regiões (R\$ 16 mil) e 109 estabelecimentos gourmet do total de 231.

Batel Soho: Apesar de pequena, é a

região com mais pontos gourmet: 144, de um total de 431. Em segundo lugar, vem saúde e bem-estar, com 114. Tem 8 mil habitantes por quilômetro quadrado.

Arte Cívico: A região é pequena, com 113 pontos, mas dinâmica. São 26 gourmet e 36 de saúde e bem-estar. Oito mil pessoas moram na região, que tem renda média de R\$ 9 mil.

Cabral Soho: Tem três mil domicílios, 428 estabelecimentos cadastrados e renda média de R\$ 10 mil. Na região, o segmento forte é o de saúde e bem-estar, com 128 pontos, seguido do gourmet, com 103.

Centro Cultural: São 11 mil habitantes por quilômetro quadrado e 418 pontos no total. 182 estabelecimentos são de moda e na sequência está o gourmet, com 109.

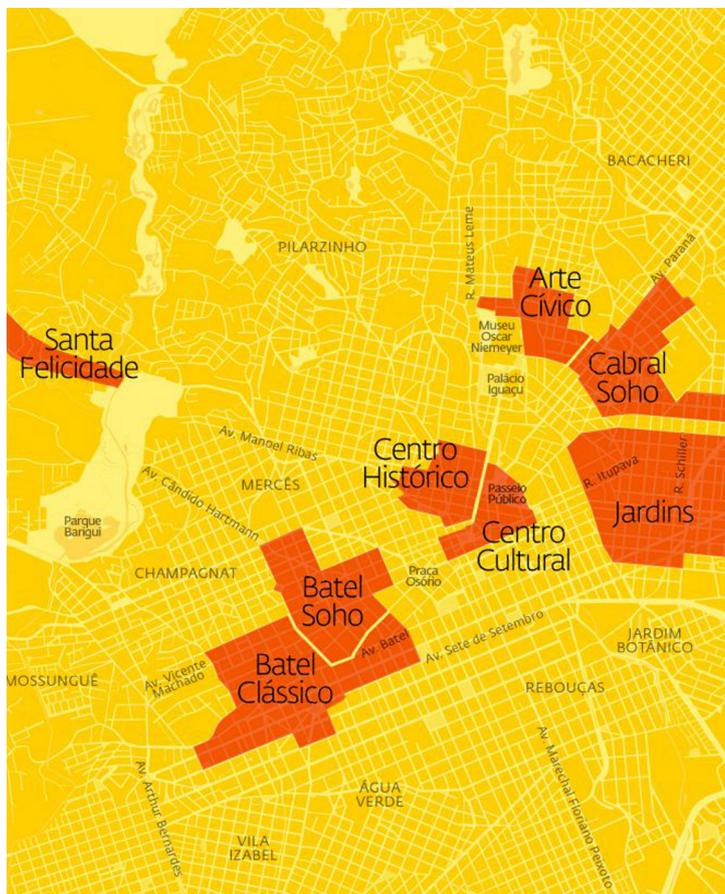
Centro Histórico: A região tem 292 estabelecimentos cadastrados, sendo 97 gourmet e 57 moda. A renda média é de R\$ 7 mil em mil domicílios.

Jardins: É a região com mais pontos cadastrados. Dos 454, 131 são de saúde e bem-estar e 129, gourmet. A renda média é de R\$ 9 mil em um espaço com 5 mil domicílios.

(GAZETA DO POVO, 2014)

Abaixo o mapeamento proposto na mesma reportagem:

Figura 7: Mapeamento das identidades comerciais propostas



Fonte: GAZETA DO POVO, 2014.

Observando o mapa encontram-se, além de outras, as “regiões” “Jardins”⁵, “Batel Soho” e “Cabral Soho”. Os nomes sugeridos, em especial os dois últimos, claramente resgatam a referência de locais gentrificados – como os bairros do Soho em Nova Iorque –, o que expressa a conotação positiva que esse fenômeno representa atualmente, além de demonstrar o alcance da gentrificação como um produto da globalização (ATKINSON; BRIDGE, 2005).

Tal fenômeno evoluiu rapidamente em importância e em diversidade. Existe uma progressão horizontal e vertical, na medida em que se visualizava esta realidade antes apenas em grandes cidades do capitalismo avançado, como Londres, Nova Iorque, Paris etc., e agora se percebe isso como uma mancha extensa por toda a hierarquia das cidades e em grandes extensões geográficas.

Logicamente, como exposto por Smith (2006): existem diferenças do processo entre várias localidades. No Brasil o mesmo ainda é especialmente isolado e encontra-se em estágio inicial com alcances e impactos não muito claros. Assim, é necessário admitir que existe uma diferença substancial entre os atuais processos internacionais (especialmente dos EUA e europeus) e os casos brasileiros, na medida em que o alcance da representatividade dos primeiros ultrapassa limites geográficos de suas cidades para uma influência transnacional ao contrário tanto dos casos nacionais – como a Riachuelo – como da primeira era americana e europeia – em momento pós-guerra – que se percebe(u) o fenômeno de modo muito mais localizado.

No caso da Riachuelo seus resultados já são expressivos no contexto de Curitiba. O aumento exponencial do preço do solo, a priorização de uma “nova onda” populacional pelos atores, a transformação da paisagem em mercadoria turística, o controle do espaço público, a mudança dos padrões de zoneamento assim como as propostas de polo gastronômico, ou do *Boulevard* representam efeitos já sensíveis à população local.

Como as obras estão em andamento, inclusive as relativas a empreendimentos residenciais, não se sabe ao certo o alcance que terão as mudanças geradas pelas propostas para esta rua. Contudo, o que se pode até aqui considerar é que a via transformou-se em palco de um enobrecimento previsto e parece traçar um rumo incerto aos moradores locais e tradicionais comerciantes de brechós e móveis usados, pelos quais se constituiu grande parte da identidade “Riachuelo”, revelando o caráter paradigmático que a gentrificação assume na cidade contemporânea mesmo em localidades pouco expressivas no cenário global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATKINSON, R; BRIDGE, G. Gentrification in a global context: the new urban colonialism. Routledge: New York, 2005
- BIDOU ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. De Volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. (pp. 21-54).
- BOLETIM PAÇODALIBERDADE. Siga as cores da revitalização. Abril de 2010, 3 (11). Disponível em: <<http://app.pr.sebrae.com.br/FCKeditor/userfiles/file/PORTAL%20COMERCIO%20VAREJISTA/PACO%20MUNICIPAL/Boletim%2011.pdf>> Acesso em: 27 dezembro 2013.
- _____. Inovação. Setembro de 2011, 4 (23). Disponível em: <http://app.pr.sebrae.com.br/FCKeditor/userfiles/file/boletim23set_pdf.pdf> Acesso em: 27 dezembro 2013.
- BOSCHILIA, R. Cores da cidade: Riachuelo e Generoso Marques. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 110, mar. 1996.
- BUBNIAK, T. Mistura boa no centro. In: Gazeta do Povo, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/imobiliario/conteudo.phtml?id=1427566&tit=Mistura-boa-no-centro>>. Acesso em 27 dezembro 2013.
- FERNANDES, J. C. Riachuelo 407. In: Gazeta do Povo, setembro de 2010. Disponível em: <[gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1026175&tit=Riachuelo-407](http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1026175&tit=Riachuelo-407)> Acesso em dez. 2013.
- GAZETA DO POVO. Prefeitura publica edital para revitalização das calçadas da Riachuelo. 17 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=906336>> Acesso em: 27 dezembro 2013.
- _____. Antigo quartel abrigará Cine Passeio. 19 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/conteudo.phtml?tl=1&id=1298690&tit=Antigo-quartel-abrigara-Cine-Passeio>>. Acesso em: 27 dezembro 2013.
- _____. Geocook: identificar, destacar e estimular a gastronomia. 09 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/bomgourmet/identificar-destacar-e-estimular/>>. Acesso em: 12 janeiro 2014.
- GLASS, R. London: Aspectos of Change. Londres: Centre for Urban Studies and MacGibbon and Kee, 1964.
- HAMNETT, C. Gentrification and the Middle-

- Class Remaking of Inner London: 1961-2001. In: *Urban Studies*, 40 (12), p. 2401-2426, 2003. Disponível em: <<http://usj.sagepub.com/content/40/12/2401.full.pdf>> Acesso em 20 dezembro 2013.
- HOERNER JR, V. Ruas e Histórias de Curitiba, 2ª edição. Curitiba: Artes & Textos, 2002. 183p.
- IPPUC. Imagem do Projeto pintura das fachadas da rua Riachuelo. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/visualizarfoto.php?doc=http://admsite.ippuc.org.br/arquivos/fotos/F117/F117_006_BR.jpg> Acesso em 04 janeiro 2014.
- LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangue-town. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2002, vol.17, n.49, pp. 115-134. Disponível em: <scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-690920020002000008> Acesso em set. 2012.
- LUCKMAN, A (a). Para dar certo, ideia pede investimento privado. In: *Gazeta do Povo*, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=906645&tit=Para-dar-certo-ideia-pede-investimento-privado>>. Acesso em 27 dezembro 2013.
- _____ (b). Rua já passa por valorização. In: *Gazeta do Povo*, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=906639&tit=Rua-ja-passa-por-valorizacao>>. Acesso em 27 dezembro 2013.
- LUCKMAN, A; ROMAGNOLLI, L. Riachuelo quer recuperar brilho. In: *Gazeta do Povo*, setembro de 2009. Disponível em: <[gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=906635&tit=Riachuelo-quer-recuperar-brilho](http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=906635&tit=Riachuelo-quer-recuperar-brilho)> Acesso em 27 dezembro 2013.
- MENDES, L. O Contributo de Neil Smith. In: *e-metropolis : Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, 1 (1), p. 21-33, 2010.
- MORAES, B. Fôlego novo para o Centro. In: *Gazeta do Povo*, dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/perfilimobiliario/conteudo.phtml?tl=1&id=1430380&tit=Folego-novo-para-o-Centro#ancora>> Acesso em 27 dezembro 2013.
- NOBRE, E. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: *X Encontro Nacional da Anpur*, Belo Horizonte maio 2003. Disponível em: <fau.usp.br/docentes/deprojeto/e_nobre/intervencoes_urbanas_Salvador.pdf> Acesso em 07 set 2013.
- NOGAROLI, A. de F. Revitalizar é compreender o valor. In: *Boletim paço da Liberdade*, Nº 006, Jul. 2009. Disponível em: <<http://app.pr.sebrae.com.br/FCKeditor/userfiles/file/Varejo/BOL006.pdf>> Acesso em 18 dezembro 2013.
- ORION DO BRASIL. Imagens do Paço Municipal antes da intervenção e após intervenção. Disponível em: <<http://www.oriondobrasil.com.br/portfolio/paco-municipal-de-curitiba/>>. Acesso em 10 janeiro 2014.
- ROMAGNOLLI, L. Lojistas recebem apoio para melhorar atendimento. In: *Gazeta do Povo*, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=906641&tit=Lojistas-recebem-apoio-para-melhorar-atendimento>> Acesso em 27 dezembro 2013.
- SMITH, N. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode* 34 (3), p. 427-450, 2002.
- _____. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariassen, C. (ed.) *De volta à cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de « revitalização » dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- TAKEUCHI, W. Imagens da rua Riachuelo após intervenção. Disponível em: <<http://www.circulandoporcuritiba.com.br/2012/09/caminhando-pela-riachuelo-1.html>> Acesso em: 08 jan. 2013.
- THA. A Rua Riachuelo e o Paço da Liberdade. Assessoria de Imprensa construtora Thá, set. 2011. Disponível em: <<http://www.tha.com.br/espacotha/regioes-em-destaque-a-rua-riachuelo-e-o-paco-da-liberdade/>>. Acesso em 03 janeiro 2014.
- VARGAS, H. C; CASTILHO, A. L. H. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2009. ■

Michael Chetry

Os conceitos da metrópole latino-americana contemporânea

Resumo

Este artigo se interessa por um tema muito presente na literatura latino-americana, mas pouco definido conceitualmente: a fragmentação urbana. Este termo se refere às mudanças na organização social do espaço urbano como consequências da inserção cada vez maior das metrópoles na globalização. A abordagem diz respeito ao desenvolvimento da noção de fragmentação nos estudos dedicados às cidades na América Latina, enfatizando os seus limites, bem como as suas contribuições na análise das diferenciações socioespaciais em relação a outros conceitos utilizados comumente, como os de centro-periferia ou de segregação.

Palavras-chave: Fragmentação; Divisão socioespacial; Metrópoles; América Latina.

Abstract

This article is interested in a term frequently used in Latin American literature on the city but poorly defined conceptually: the urban fragmentation. This term refers to changes in the social organization of urban space as a consequence of the increasing integration of metropolis in globalization. The approach concerns the development of the notion of fragmentation in studies dedicated to the cities in Latin America, emphasizing its limits, as well as its contribution for the analysis of socio-spatial differentiations over other classic concepts, such as center-periphery or segregation.

Keywords: Fragmentation; Socio-spatial differentiations; Metropolis; Latin America.

o exemplo da fragmentação socioespacial

Michael Chetry

é pesquisador do Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ). Possui doutorado em Geografia e Planejamento Urbano pela Université Jean Moulin - Lyon 3 (França) e mestrado em Planejamento Urbano pela Institut d'Urbanisme de Lyon (2004). Atualmente é bolsista de Pós-Doutorado da FAPERJ no IPPUR/UFRJ.

chetrym@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A fragmentação urbana tem sido objeto, durante os últimos vinte anos, de uma literatura abundante, sendo apresentada atualmente como uma característica comum a todas as grandes cidades, tanto do norte como do sul. Raramente, uma noção tem sido tão presente em tantas disciplinas, revelando o seu caráter altamente multidimensional, desdobrando-se em componentes espaciais, econômicos, políticos e sociais. As diferentes abordagens sobre fragmentação estabelecem uma conexão entre as dinâmicas espaciais relacionadas com a metropolização e a globalização (mobilidade, dispersão,...) e os processos de “estouro” da unidade social urbana. Ou seja, “a noção de fragmentação pode servir então como resumo dos efeitos socioespaciais da globalização sobre o urbano” (GERVAIS-LAMBONY, 2004, p. 59). Essa acepção, um pouco vaga, faz com que a noção seja usada numa diversidade de sentidos, o que certamente contribui para sua riqueza, mas lhe confere também certa ambiguidade. Assim, na América Latina, como em outros lugares, a fragmentação se instalou na pesquisa urbana sem ter sido submetida a uma reflexão crítica.

Este artigo não tem como objetivo fazer uma análise epistemológica propriamente dita da fragmentação, mas, mais modestamente, levantar alguns pontos sobre sua aplicação no contexto latino-americano e trazer alguns esclarecimentos conceituais a fim de fornecer elementos ao debate em torno deste tema. Além de se basear na literatura latino-americana, serão utilizados trabalhos científicos realizados no meio acadêmico francês, nos quais o uso da fragmentação é acompanhado, de uma forma ou de outra, de uma tentativa de desconstrução do conceito.

USO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA NOÇÃO DE FRAGMENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Um novo padrão de segregação

Na América Latina, o surgimento e a difusão do termo fragmentação na literatura dedicada à cidade está associado à aparição de novas formas de segregação socioespacial nas grandes metrópoles. A noção foi utilizada pela primeira vez por Milton Santos (1990a, 1990b), em referência ao aumento da pobreza no centro de São Paulo, que ele interpretou como um processo de “involução urbana”¹. Em paralelo, obser-

va-se um movimento contrário, aquele de difusão das classes médias e altas nos municípios periféricos. Embora esse fenômeno possa ser interpretado como uma diminuição da segregação na esfera metropolitana, para alguns autores, ele corresponde apenas a uma simples redistribuição espacial e, no pior dos casos, a um agravamento da pobreza (ROLNIK et al., 1990). Esta evolução é acompanhada por novas formas de urbanização com o surgimento de áreas residenciais ou comerciais exclusivas, como os condomínios fechados e os shoppings centers.

Em outras palavras, as tendências que ocorrem nas cidades latino-americanas convergiriam para instalar um “novo padrão de segregação”, fragmentado e excludente, resultando na transformação, por um lado, da escala da segregação com a redução da distância física entre ricos e pobres e, por outro, na natureza da segregação com a formação de enclaves no tecido urbano, seja pela autosegregação das camadas superiores e médias, seja pela crescente estigmatização dos espaços de pobreza com espaços da violência (LAGO, 2002). Vários estudos confirmam que outras grandes cidades da América Latina experimentam uma mudança similar de um padrão de segregação para um modelo fragmentado: Buenos Aires (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001), Santiago do Chile (SABATINI, 1999), Montevideu (VEIGA, 2005), Caracas (CARIOLA e LACABANA, 2001), São Paulo (CALDERIA, 2000).

A invalidação do modelo da cidade dual?

Essas mudanças são particularmente perceptíveis na América Latina devido ao fato de que o conjunto desses processos coloca em questão o modelo dual centro-periferia que não parece mais capaz de compreender a nova organização do espaço urbano. Muito provavelmente, o encontro dessa descoberta com um terreno fértil propiciou o sucesso da noção de fragmentação no continente. O padrão centro-periferia foi o modelo dominante no período desenvolvimentista dos anos 1940 até os anos 1980, para descrever e explicar a dinâmica de organização das metrópoles latino-americanas. Ele opunha o centro, lugar de concentração do capital, dos investimentos e das categorias superiores e médias, à periferia pobre e desprovida de infraestruturas e de equipamentos. No entanto, esse conceito, elaborado no âmbito do pensamento econômico marxista, não significa a exclusão, mas sim uma forma de integração desigual entre um centro dominante e de uma periferia dominada.

Portanto, para muitos autores, as mudanças que

¹ Luiz Cesar Ribeiro usou, por sua vez, a expressão de “periferização do centro” para descrever uma situação semelhante no

Rio de Janeiro (VIDAL, 1994).

ocorrem no espaço urbano das grandes cidades a partir dos anos 1980 são interpretadas como uma ruptura fundamental nos modos de produção da cidade, ou até mesmo como o nascimento de uma nova ordem urbana. Outros interrogam, em vez disso, certa continuidade dos processos anteriores que “aprofundariam na era neoliberal, uma brecha aberta pelo planejamento e a industrialização fordista” (CAPRON & ALBA, 2007). Lago (2002) demonstra, no caso do Rio de Janeiro, que os anos 1980 foram marcados, por um lado, pela reprodução da lógica segregadora nas políticas de investimento em equipamento e serviços urbanos, que continuam a beneficiar o centro em detrimento da periferia; e, por outro, pela relativa estabilidade da estrutura socioespacial.

De fato, muitos autores vêm adotando uma posição intermediária, analisando essas mudanças como uma superposição de novos processos sobre o modelo centro-periferia em vez de invalidá-lo. Embora a dúvida quanto a saber se a noção de fragmentação corresponde realmente a uma transformação dos fatos já existentes ou apenas reflete uma nova leitura deles aparecesse muito cedo, a reflexão em torno dessas questões vai contribuir para consolidar o termo de fragmentação (ao lado de outros como partição, ruptura etc.) para caracterizar esta nova organização do espaço urbano.

As dinâmicas da fragmentação

As causas dessas mudanças são bem conhecidas. Observa-se, na busca dos fatores explicativos, a influência dos trabalhos da sociologia norte-americana sobre a globalização das estruturas econômicas e seu impacto sobre a configuração das cidades mundiais (MOLLENKOPF et CASTELLS, 1991; SASSEN, 1991). A hipótese central dessa análise é que a globalização conduz a um processo de dualização da sociedade que se caracteriza pela crescente polarização entre as categorias superiores e inferiores da população, e que teria repercussões espaciais com lógicas de separação e a aparição de fronteiras no interior das cidades contribuindo assim para o surgimento de uma cidade fragmentada em oposição ao modelo antigo da cidade orgânica.

Se a questão não é aplicar de maneira automática o modelo da cidade global para as metrópoles da América Latina, que têm as suas próprias singularidades devido a um processo de formação histórico e social distinto, os primeiros trabalhos sobre a fragmentação serão orientados por essa tríplice “reestruturação econômica/dualização social/reorganização espacial”. No Brasil, podemos destacar nessa perspectiva dois seminários da ANPUR, realizados em 1991 e 1993,

sobre os impactos da globalização nos territórios, que foram o ponto de partida para a difusão do termo fragmentação na pesquisa urbana (Vidal, 1994). Da mesma forma, na América Latina, podemos mencionar, de um modo geral, os números da *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales* (Eure) “*Metropolización y suburbanización*” (2001) e “*Transformación de las ciudades latinoamericanas: ¿Impactos de la globalización?*” (2002) como reveladores da importância dessa problemática na análise das grandes cidades. Todos os autores fazem uma conexão entre a intensificação dos processos de segregação socioespacial nas metrópoles e as transformações sociais resultantes das reestruturações econômicas e políticas de cunho neoliberal que ocorreram nos anos 1990. Em Buenos Aires, por exemplo, Prévôt-Schapira (2001) vê no aumento da pobreza e no empobrecimento de uma grande parte da classe média por um lado, e no enriquecimento de uma minoria por outro, os fatores que desenham uma nova geografia dos centros e das margens.

Além de levar em consideração essa reflexão sobre os efeitos da globalização econômica no espaço, a fragmentação é também discutida como uma das consequências do aumento da violência e da criminalidade nas grandes cidades da América Latina na década de 1980. Essa abordagem é particularmente presente nos estudos que tratam dos conjuntos residenciais fechados e protegidos (conhecidos, segundo os autores e os contextos locais como condomínios fechados, condomínios exclusivos, enclaves fortificados, *barrios cerrados*, *barrios privados* etc.), e as quais a pesquisa sobre as cidades latino-americanas deu uma importância particular nos últimos anos. A título de exemplo, podemos mencionar o estudo de referência de Caldeira (2000), Cidade de muros, no qual a autora analisa o processo através do qual uma parcela da população refugia-se em territórios fechados e protegidos na cidade de São Paulo, como uma resposta ao crescente sentimento de insegurança em bairros tradicionais. Para ela, o desenvolvimento espetacular dos “enclaves fortificados”, ao qual podemos adicionar em menor medida os shopping centers, é o instrumento principal de um novo padrão de segregação.

Souza (2000; 2002), por sua vez, adota uma abordagem um pouco diferente da fragmentação em seu trabalho sobre os efeitos socioespaciais do tráfico de drogas nas grandes cidades brasileiras, em particular no Rio de Janeiro. Com efeito, o autor considera que a autosegregação das elites e da classe média é apenas um dos componentes da fragmentação do tecido urbano, cujo elemento fundamental reside na multiplicação dos enclaves territoriais – favelas e bairros

periféricos – dominados por traficantes de drogas. Isso o leva a desenvolver o conceito de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da metrópole que ele define como “fraturas sociopolíticas erguidas no espaço a medida que os grupos criminosos desafiam o Estado e estendem seu domínio sobre as favelas” (Souza, 2002, p. 500).

Afinal, se a noção de fragmentação apareceu na América Latina para descrever o surgimento de um novo padrão de segregação rompendo com o modelo centro-periferia, são os estudos sobre os condomínios fechados que contribuíram para a sua ampla difusão, e vão fazer com que a fragmentação seja hoje essencialmente entendida na sua dimensão socioespacial. Nesse sentido, os condomínios fechados de um lado, e as favelas do outro, são apresentados como as formas extremas e opostas desse processo. Esse uso cada vez mais frequente da fragmentação na literatura dedicada ao urbano pretende definir com mais precisão o significado do termo e refletir sobre as contribuições da noção em relação a outros conceitos utilizados até então.

A FRAGMENTAÇÃO SOCIAL: ALGUNS ESCLARECIMENTOS CONCEITUAIS

A fragmentação como segregação exacerbada

A dimensão social da fragmentação, que nos interessa mais precisamente aqui, é sem dúvida a mais complexa. Aliás, ela é frequentemente postulada, mas raramente demonstrada. Segundo Navez-Bouchanine (1994, p. 73), ela se refere a “um processo de desagregação ou desfiliação coletiva que levaria ao agrupamento de indivíduos portadores de uma identidade comum reconhecida, em espaços apropriados de forma exclusiva e onde não se expressaria nenhuma referência à sociedade global”. Em outras palavras, a fragmentação social leva ao surgimento de espaços privados, em que as pessoas vivem entre “si mesmos”, com um próprio estilo de vida, de forma mais ou menos autárquica. Além disso, os espaços públicos ou comuns, locais privilegiados da mistura das diferenças e das interações sociais, também sofreriam os efeitos de uma privatização que conduziria à sua extinção. Levado ao extremo, a cidade se tornaria apenas uma soma de territórios autônomos, separados por fronteiras.

Dessa forma, vários autores se perguntam sobre o que distingue a fragmentação do conceito de segregação, e o que ela traz de novo em relação a este.

Com efeito, “em bairros segregados também se desenvolvem a ilusão de uma autossuficiência, a vontade de viver entre “si mesmos”, códigos sociais e culturais específicos, uma baixa prática espacial de espaços sociais diferentes “ (DORIER-APPRILL et al., 2007, p.32). No caso dos países do Sul (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002) e mais especificamente no Brasil (VIEILLARD-BARON et VASCONCELOS, 2004), embora o recurso do conceito de segregação para analisar a configuração socioespacial das cidades gere debate, como vimos o termo é regularmente usado na América Latina. Assim, Ribeiro (2003) e Katzman (2001) definem a segregação de acordo com dois outros conceitos, a diferenciação e a segmentação. Para Katzman (2001), a diferenciação é a existência de diferenças de atributos entre um ou outro grupo; a segmentação é a existência de barreiras sociais entre os grupos; enquanto a segregação agrega aos conceitos anteriores à vontade dos membros de elevar tais barreiras entre os grupos. Entendida assim, a segregação contém duas concepções (RIBEIRO, 2003): a primeira refere-se à diferença de localização de um grupo em relação a outros grupos; na segunda, a segregação designa as desigualdades sociais expressas como a espacialização da estratificação social, traduzida por classes, segundo Marx, ou por prestígio e poder, segundo Weber. Portanto, é num sentido muito próximo à concepção clássica, isto é, à distribuição desigual dos grupos no espaço urbano e uma vontade de distanciamento, que a noção de segregação é usada.

Sobre esse ponto, a ideia dominante é que a fragmentação é mais do que segregação, tornando-se de algum modo uma forma mais rígida e complexa de entendimento. A fragmentação compromete a própria ideia de cidade como unidade na diversidade, enquanto a segregação não impede a percepção da cidade como uma entidade geográfica coerente e não põe em causa o conjunto (NAVEZ-BOUCHANINE, 2001). A segregação é suportável porque ela se baseia nas características de fluidez e legibilidade (BEHAR, 1995), fazendo com que as desigualdades sejam de alguma forma “absorvidas”. A transição para a fragmentação expressa a ideia de uma fratura materializada no espaço, uma ruptura que seria impossível de reverter. Para Prévôt-Schapira (1999), a fragmentação significa então a perda da qualidade de “integração” da cidade.

Uma mudança de perspectiva

De modo mais geral, parece que as duas noções não pertencem ao mesmo repertório. Com efeito, a fragmentação social traduziria movimentos de distancia-

mento do resto da cidade, voluntários ou impostos, de uma parcela da população. Desse ponto de vista, a fragmentação social desloca o questionamento sobre a experiência da cidade, permitindo renovar a abordagem sobre as divisões socioespaciais do espaço urbano. Opera-se a passagem de uma visão “de cima”, na qual o indivíduo é considerado como um objeto abordado de um ponto de vista externo, para uma visão “de baixo”, na qual ele é definido como um sujeito que se caracteriza por suas ações”. Dessa forma, a fragmentação pode superar as abordagens clássicas de segregação quando estas são baseadas na análise de características socioeconômicas da população, fornecendo elementos capazes de evidenciar as tendências de inclusão ou, ao contrário, de isolamento.

Assim, a fragmentação social, ao enfatizar a questão central das relações entre os indivíduos e a cidade, pode ser aproximada questionando as práticas, os usos da cidade, mas também o sentimento de pertencimento, a identificação à cidade, características que Gervais-Lambony (2001) resume no termo de “*citadinité*”. Em particular, parece necessário analisar a descontinuidade espacial das diferenciações sociais e a maneira como esta é vivida (CAPRON, 2006). Essa postura revela outro interesse da fragmentação social: a ligação que ela estabelece entre a sociedade urbana e o espaço urbano como um objeto físico.

UMA NOÇÃO EM DEBATE

Ao mesmo tempo, a fragmentação suscita uma série de problemas que causam certa reserva dos pesquisadores. O primeiro deles refere-se ao “estouro” da cidade e da sociedade urbana. Com efeito, segundo a sua definição *stricto-sensu*, a fragmentação é um “processo de divisão ou diferenciação do que, anteriormente, estava unido e homogêneo” (ROSIÈRE, 2008). Esse significado, que confere à noção uma conotação essencialmente negativa anunciando o fim presumido das cidades, baseia-se no pressuposto de que a “cidade histórica” formava um conjunto unitário e coerente, o que alguns autores questionam, como Agier (1999), por exemplo.

Dessa forma, a fragmentação seria prejudicial na medida em que levaria ao desaparecimento dos espaços públicos, vistos como lugares da diversidade e do confronto com a alteridade embora essa interpretação gere debate. Porém, é verdade que essas críticas são válidas principalmente para as grandes cidades capitalistas centrais. Na América Latina, e especialmente no Brasil, a noção de fragmentação não é usada em oposição a um estado unitário da cidade ou resultante de uma situação urbana previamente unificada

(VIDAL, 1994). Mas a fragmentação tem também uma conotação negativa decorrente do fato de que, originalmente, o seu surgimento na pesquisa urbana “tem estreita relação com as análises críticas sobre os efeitos sociais perversos da reestruturação econômica e das políticas de cunho neoliberal” (LAGO, 2002). O uso do termo apresenta então um alcance indireto de denúncia dos danos da globalização sobre os espaços e as sociedades urbanas.

Uma segunda crítica refere-se à questão clássica do determinismo socioespacial, por meio da transferência de uma situação espacial para uma situação social. A tendência é de associar, de forma quase automática, um processo de fragmentação social a partir da observação de uma descontinuidade espacial. No entanto, uma situação que apresentaria todas as características de fragmentação em relação à forma urbana não é necessariamente sinônima de um confinamento dos habitantes. Pesquisas sobre favelas e condomínios fechados no Brasil e na América Latina (CHETRY, 2011 ; CAPRON, 2006) mostram que os comportamentos dos habitantes que testemunhariam um movimento de afastamento da sociedade urbana devem ser relativizados. Com efeito, embora seja possível observar nessas áreas certas tendências de restrição do espaço de vida ao local de residência, uma grande parte das práticas espaciais e de sociabilidade dos seus habitantes se inscreve em outros lugares. Esses exemplos mostram também diferentes formas e níveis de fragmentação dependendo dos perfis desses espaços (tamanho, localização, presença de equipamentos, isolamento geográfico ou características socioeconômicas da população), enfatizando a importância dos efeitos dos contextos espaciais e sociais. Também, a proximidade espacial dos diferentes grupos sociais pode ser sinônima de recursos para os residentes, relativizando o sentido negativo da noção de fragmentação. No Rio de Janeiro, por exemplo, a presença de favelas nos bairros residenciais de classes médias e altas permite que os moradores tenham acesso, no entorno, a um mercado de trabalho particularmente adequado no comércio e nos serviços, como também a vários equipamentos e lazeres.

Finalmente, outro limite geralmente apontado é que a fragmentação, tanto como a segregação, faz parte de uma família de termos vagos e polissêmicos que se referem a várias possibilidades de uso. Por um lado, se isso faz parte da exploração do campo de estudo abrangido por essa noção, por outro lado também cria alguma confusão. Portanto, a fragmentação aparece como um termo genérico, o que pode ser bastante conveniente (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002). A imprecisão resultante da sobreposição de significados é ainda maior quando o termo é usado

tanto para se referir a um fato quanto a um processo (RHEINET ELISSALDE, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão dessa reflexão, parece que a fragmentação, apesar de ser um termo muito presente, não é suficientemente preciso para atingir o nível de conceito. Aliás, alguns autores recomendam restringir seu uso a uma simples metáfora, outros sugerem reservar o seu emprego para situações específicas de enclaves cercados por muros (DORIER-APPRILL et GERVAIS-LAMBONY, 2007). Esta é a abordagem privilegiada na América Latina. Contudo, mesmo nestes casos, a referência à fragmentação é problemática porque ela dificilmente resiste ao empirismo. Além disso, focar-se nas formas extremas tomadas por este fenômeno também contribui para ocultar outras lógicas de distanciamento, menos visíveis, e cujos condomínios fechados seriam apenas o resultado (CHARMES, 2001).

No entanto, com a distância crítica necessária, parece que a noção de fragmentação pode ser relevante. A maioria dos autores concorda em enfatizar a sua riqueza como também lhe atribuir uma qualidade heurística indiscutível. As análises em termos de fragmentação permitem renovar o olhar sobre as divisões socioespaciais em relação a outros conceitos que dominavam até então. Enfim, elas permitem também apreender melhor a complexidade das mudanças que ocorrem nas metrópoles contemporâneas e que incluem, ao mesmo tempo, tendências de separação e de integração que se inscrevem em diferentes escalas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, M. *L'invention de la ville : banlieues, townships, invasions et favelas*. Paris : Éditions des archives contemporaines, 1999.
- BEHAR, D. *Banlieues, ghettos, quartiers populaires ou ville éclatée, l'espace urbain à l'épreuve de la nouvelle question sociale*. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 68-69, p.6-14, 1995.
- CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo : Editora 34/Edusp, 2000.
- CAPRON, G. (org.). *Quand la ville se ferme. Quartiers résidentiels sécurisés*. Paris: Bréal, 2006.
- CAPRON, G. & ALBA, M. *Banlieues et périphéries urbaines*. *L'Ordinaire Latino-américain*, n. 207, p. 5-12, 2007.
- CARIOLA, C. & LACABANA, M. *La metrópoli fragmentada: Caracas entre la pobreza y la globalización*. *EURE*, n. 80, p.9-32, 2001. Disponível em : http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612001008000002&lng=es&nrm=iso
- CHARMES, E. *Les Gated Communities : des ghettos de riches ? La Vie des idées* [Em linha], 2011. Disponível em : <http://www.laviedesidees.fr/Les-Gated-Communities-des-ghettos.html>
- CHETRY, M. *L'insertion des habitants des favelas de Rio de Janeiro dans la ville: le cas des pratiques de consommation et de loisirs*. *Confins* [Em linha], n. 3, 2011. Disponível em : <http://confins.revues.org/7244>
- DE MATTOS, C. A. (org.). *Metropolización y suburbanización*. *EURE*, n. 80, 2001. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0250716120010080&lng=es&nrm=iso
- DE MATTOS, C. A. (org.) *Transformaciones de las ciudades latinoamericanas. ¿Impactos de la globalización?* *EURE*, n. 85, 2002. Disponível em : http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0250-716120020085&lng=es&nrm=iso
- DORIER-APPRILL, E. & GERVAIS-LAMBONY, P. (org.). *Vies citadines*. Paris : Belin, 2007.
- GERVAIS-LAMBONY, P. *La citadinité ou comment un mot peut en cacher d'autres...* . In DORIER-APPRILL, E. (org.) *Vocabulaire de la ville. Notions et références*. Paris : Édition du temps, p. 92-107, 2001.
- GERVAIS-LAMBONY, P. *Mondialisation, métropolisation et changement urbain en Afrique du Sud*. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 81, 57-68, 2004.
- KATZMAN, R. *Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos*, *Revista de la CEPAL*, n. 75, 171-89, 2001.
- LAGO, L. *A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos*. *Cadernos IPPUR*, n. 15-16, p.155-76, 2002.
- MOLLENKOPFF, J. & CASTELLS, M. *Dual city*. New York: The Russel Foundation, 1991.
- NAVEZ-BOUCHANINE, F. *Fragmentation spatiale et stratégies résidentielles*. In BRUN, J. & RHEIN, C. (org.) *La ségrégation dans la ville*. Paris : L'Harmattan, p.69-88, 1994.
- NAVEZ-BOUCHANINE, F. *Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale: une approche critique de la notion de fragmentation*. In DORIER-APPRILL, E. (org.) *Vocabulaire de la ville. Notions et références*. Paris: Édition du temps, p.109-18, 2001.

- NAVEZ-BOUCHANINE, F. (org.) La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale? Paris: L'Harmattan, 2002.
- PREVOT-SCHAPIRA, M.-F. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. *Economía, Sociedad y Territorio*, n.7, p.405-31, 2000.
- PREVOT-SCHAPIRA, M.-F. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 19, 33-56, 2001.
- RIBEIRO, L. C. Q. Segregação Residencial e Políticas Públicas. Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, n. 6, 33-50, 2003.
- ROLNIK, R., KOWARICK, L., SOMEKH, N. (org.). São Paulo: crise e mudança. São Paulo : Brasiliense, 1990.
- RHEIN, C. & ELLISSALDE, B. La fragmentation sociale et urbaine en débats. In *L'information géographique*, vol. 68, n. 2, 115-26, 2004.
- ROSIERE, S. Dictionnaire de l'espace politique. Concepts en géographie politique et géopolitique. Paris : Armand Colin, 2008.
- SABATINI, F. Tendencias de la segregación residencial urbana en Latinoamérica: reflexiones a partir del caso de Santiago de Chile. *Série Azul, Instituto de Estudios Urbanos*, n. 29, 1999.
- SANTOS, M. Metrópole corporativa fragmentada. O Caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990a.
- SANTOS, M. Involução metropolitana e economia segmentada, o caso de São Paulo. In RIBEIRO, A. C. T. & MACHADO D. B. P. (org.) *Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 1990*, Rio de Janeiro: UFRJ-IPPUR, 1990b.
- SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokio*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SOUZA, M. O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SOUZA, M. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- VEIGA, D. Entre a desigualdade e a exclusão social: estudo de caso da grande Montevideú. *Caderno CRH*, n. 45, p.341-54, 2005.
- VIEILLARD-BARRON, H. & VASCONCELLOS, P. Une lecture de la ségrégation au Brésil au regard de la situation française. *Diversité*, n. 139, 171-8, 2004.
- VIDAL, L. Les mots de la ville au Brésil. Un exemple: la notion de « fragmentation ». *Cahiers des Amériques Latines*, n. 18, p. 161-81, 1994. ■

Com Carlos De Mattos, por Juciano Rodrigues

Um olhar para a cidade a partir do social

JR - O Senhor pode falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica e como aparece o interesse sobre o tema urbano?

CM - Bom, eu sou uruguaio. Do interior do Uruguai. Minha família paterna era originária da zona sul do Rio Grande do Sul. Dessas famílias muito grandes. Meu pai era o mais jovem de 12 ou 14 filhos, não me recordo muito bem. Meus avós paternos tinham terras no Rio Grande Sul, fundamentalmente na zona de Bagé e Pelotas. E tinham terras também no Uruguai. Meu pai foi o último filho, portanto, no momento em que meu avós morreram meu pai passou a viver no Uruguai. Ele nasceu no Uruguai, ademais.

Assim, eu, quando criança, falava nada mais do que um “portunhol”. Tanto era assim que, quando aos nove anos, passei a viver na cidade capital do departamento do interior do Uruguai, tiveram que me alfabetizar por-

que falava uma mescla. Mas logo fui a Montevideú, quanto tinha 14 anos. E lá, para alguém que vinha do interior, não era fácil entrar na sociedade. Montevideú, de fato, é a única grande cidade do Uruguai, onde mora 50% da população do país. Aproveito pra fazer uma digressão: Faz pouco tempo, me elegeram para o Prêmio Geocrítica e Horácio Capel, que é quem coordena a Geocrítica¹, me disse que teria que fazer uma reflexão sobre um pouco o que você me pergunta: Por que cheguei a isto? A princípio não me encaixou bem a ideia. Mas, no final, me entreteve bastante fazendo-a e tive que refletir sobre tudo isso. E tive que começar a pensar em como havia conseguido inserir-me no meio montevideano. E,

¹ É uma rede de pesquisadores, professores e instituições coordenada pelo geógrafo e professor da Universidade de Barcelona, Horácio Capel.

Carlos De Mattos

é arquiteto formado pela Universidad de la República, no Uruguai. Foi pesquisador da Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico da presidência do Uruguai e trabalhou durante muitos anos no Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), até se aposentar e ir trabalhar na Universidad Católica de Chile. Considerado também uma autoridade na área, atualmente coordena a Red Latinoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio.

cdmattos@uc.cl

Juciano Rodrigues

é formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) e Doutor em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É pesquisador do Observatório das Metrôpoles, Bolsista da FAPERJ e um dos editores da revista e-metropolis.

juciano@observatoriodasmetropoles.net

como dizia, não é fácil, vindo do interior, relativamente muito jovem, imbricar-se, articular-se na sociedade de Montevideú.

Eu me articulei através de um grupo que fundamentalmente era um grupo que se organizava em torno dos cafés. Montevideú estava muito organizado nessa época em torno do que nós chamávamos de “las barras de los cafés”, grupos de pessoas que se juntavam, portanto, em determinados cafés. Eu entrei em um grupo de intelectuais que estavam vinculados mais ao mundo das artes: à pintura, à literatura, ao teatro. E a isso eu cheguei pela discussão com os amigos, quando estabelecemos uma relação bastante intensa, quando eu tinha entre 15 e 20 anos, suponha. E comecei a me interessar cada vez mais pelas atividades artísticas. Isso me levou a estudar arquitetura. Mas com um interesse mais artístico. A mim entusiasmava muito as obras de Frank Lloyd Wright nessa época.

Quando cheguei na faculdade de arquitetura com essa missão, a faculdade de arquitetura no Uruguai era uma faculdade muito neoclássica. Assim os projetos não me agradavam muito. Recordo-me de um que se chamava “templo do pensamento na ilha do silêncio”, coisas assim. E, nesse momento, se iniciou ali um movimento renovador, muito influenciada por experiências de mudanças nos programas de estudo, motivados pela preocupação com questões sociais, que haviam se desenvolvido anteriormente especialmente em Porto Alegre, e também no Chile; dessa maneira, ganhou força uma espécie de revolução estudantil encabeçada pela associação de estudantes da faculdade de arquitetura para desconectar o ensino dessa questão abstrata – mais neoclássica – para encaminhá-la para um enfoque mais relacionado aos problemas sociais do Uruguai naquele momento. Onde aparecia um tema, fundamentalmente não tratado na faculdade de arquitetura: o tema da moradia dos setores rurais. Nessa época também começam a aparecer as primeiras favelas uruguaias, lá chamadas de *rancheríos*. E então eu entrei na faculdade e comecei a militar no movimento estudantil e me entusiasmei muito com essa missão, que não era a missão artística, senão a missão social da arquitetura. E isso mudou minha vida. Porque, a partir desse momento, minha preocupação foi fundamentalmente, não tanto pelo lado da arquitetura individual da casa, senão da cidade. E já nesse momento comecei a me interessar muito pelas questões sociais e políticas. Eu fui presidente de Centro de Estudantes, depois secretário geral da Federação Nacional dos Estudantes e estive cada vez mais na militância estudantil. E sempre com uma preocupação social e, assim, cheguei ao tema da cidade, que abandonei por um tempo. Mas logo, por

essas preocupações com os temas sociais, vim a estudar no Chile. Fiz o curso do ILPES/CEPAL e fui bem. Assim, me convidaram a vir como professor aqui. Mas eu não queria sair do Uruguai. Eu era uruguaio. Eu me sentia uruguaio. Mas as coisas ficaram feias no Uruguai, com a ditadura. Então eu vim para o Chile, viria por dois anos, mas fiquei aqui até os dias de hoje. Fazem mais de quarenta anos. Comecei trabalhando nas Nações Unidas, no ILPES, onde trabalhei por vinte anos. E lá estive vinculado aos temas regionais. Na verdade comecei a trabalhar com o tema da cidade, depois passei a trabalhar com os temas regionais. Ali trabalhei muito tempo. E quando me aposentei das Nações Unidas, o pessoal daqui, da *Universidad Católica*, me convidou para vir trabalhar aqui e então voltei aos temas urbanos. E aqui estou até os dias de hoje!

JR - No Chile o senhor experimentou importantes transformações pelas quais o País passou. O País, inclusive, é colocado como uma primeira experiência neoliberal do mundo. O senhor há pouco usou a expressão “tubo de ensaio” desse modelo. Pode ser considerado, inclusive, a partir da perspectiva de seus protagonistas, uma experiência exitosa de seu modo mais ortodoxo. O que o senhor pode comentar a respeito dos impactos sobre a realidade do País?

CM - Eu cheguei ao Chile quando estava em curso o modelo desenvolvimentista, industrialista. Eu diria que se tivesse que buscar algo parecido na América Latina (salvada as enormes diferenças entre os países que vou mencionar), o mais parecido que se encontraria era a experiência de Kubitschek no Brasil. Isso se tentou fazer aqui a partir da Crise Mundial de 1929, com os governos de frente popular. Especificamente, com Aguirre Cerda² de presidente. E se tentou, nesse momento, estabelecer um modelo industrialista no Chile. Que tinha muito mais dificuldades que no Brasil, pelo tamanho do país, pela constelação de recursos, etc. Assim, a partir dos anos 30 se ensaiou no Chile um modelo industrial desenvolvimentista. E eu creio que este modelo culmina com o governo de Frei Montalva³, entre 1964 e 1970. Mas esse modelo já vinha com uma caída da rentabilidade em-

2 Pedro Avelino Aguirre Cerda, que presidiu o Chile entre 1938 e 1941.

3 Eduardo Nicanor Frei Montalva, que presidiu o Chile entre 1964 até 1970.

presarial muito forte, com a caída da produtividade também. E os próprios limites do País e suas próprias dimensões impediam uma industrialização de outro tipo. Era uma industrialização muito artificial, muito protegida pelo Estado. Por exemplo, se havia decidido ter uma indústria de automóveis, mas, com um País, que nesse momento tinha mais ou menos 12 milhões de habitantes, não dava. Então era uma indústria muito artificial e muito pouco competitiva, e, para protegê-la, o país tinha um protecionismo muito grande. Aqui, quando cheguei, era muito difícil conseguir produtos importados. Por exemplo, estava proibido a importação dos cassetes musicais. Era considerado um produto suntuário. Se quisesse a esse tipo de produto, tinha que comprar em Buenos Aires. Então, essa indústria muito protegida entra em crise ao final do Governo Frei. A partir daí, se vai à alternativa da transição socialista (democrática socialista) com o Governo Allende⁴, que ganha as eleições por um terço, mas sem a maioria em nenhum lado do país. E esse governo entra – eu creio – buscando uma solução socialista ao modelo de industrialização. Os operários começam a tomar as empresas e a pedir que passassem à proteção do Estado. E, por outro lado, a burguesia se organizava para tratar de impedir que esse processo seguisse adiante. E se viu uma situação muito conflitiva e Allende foi perdendo o controle da situação econômica. Então fica cada vez mais difícil, começam os problemas de desabastecimento e um enfrentamento muito potente com os organismos da burguesia industrial chilena que se opõem ao modelo do Frei. Assim se chegou ao golpe de Estado. Minha impressão é que era praticamente impossível evitá-lo. E, quando chega o governo militar, minha impressão é que a única certeza que realmente tinha a Junta Militar é que o que deviam fazer era aplicar políticas que fossem o mais diferente possível do modelo de Frei e do modelo de Allende. Porque suas forças, as forças que o sustentavam, eram as forças que vinham se opondo a Frei e que se opunham, a Allende, obviamente, e, claro haviam ganhado a batalha. E o governo militar durante dois anos não teve muito clara a política econômica. Mas, quando estava Allende no governo, um grupo de economistas desta Universidade⁵ havia ido estudar nos Estados Unidos por um convênio que tinha a Universidade Católica com a Universidade de Chicago, daí a denominação *Chicago Boys*⁶. Eles elaboraram um programa alternativo

de governo, que se conhece aqui como *el ladrillo*, por que estava editado, mimeografado, em folhas amarelas que, antes de tudo, são muito grandes, e as pessoas diziam: *és un ladrillo*. E esse programa chega ao governo militar, chega ao general Pinochet. E Pinochet admite não ter um programa econômico - tinha um projeto político, não um programa econômico –, decide adotá-lo. E nomeia uma equipe econômica para implementar esse modelo, que é o modelo dos *Chicago Boys*. E se começa a implementá-lo de uma forma muito ortodoxa e à ponta de baioneta. Era sim ou sim; não havia possibilidade de discordar. Isso se dá a partir de 1975. E, num primeiro momento desse programa, começa a financeirizar a economia, a suprimir todas as atividades que não consideravam viáveis para uma economia com as características do Chile. Começa a aplicar em uma forma muito radical, e tem êxito. O país começa a crescer. A partir daí se gera uma polêmica, porque nesse momento havia muitos economistas que nesses anos sustentavam que o Chile, para ser um país que se desenvolve, teria que se industrializar, um pouco a ideologia de Kubitschek. Essa era a lição que predominava na época. Então, o que ocorre é, como primeira medida que se tomou, a abertura das portas da economia. Começa, então, a entrar tudo que a sociedade queria consumir e não podia. E isso produz o fechamento de mais de duas mil empresas no Chile, porque não podiam competir com os produtos que vinham da Ásia Pacífico, fundamentalmente coreanos. E então os economistas keynesianos começaram a dizer: “Não! Esse caminho é equivocado, este país só tem destino com a industrialização.” Os neoliberais diziam: “Não! O Chile tem que inserir-se no mercado mundial em função de sua vantagem competitiva.” E então há uma polêmica famosa que está publicada nos jornais, que é a polêmica dos automóveis *versus* os melões. Os economistas keynesianos diziam: “Há que produzir automóveis, ou que produzir máquinas e ferramentas.” E os neoliberais diziam: “Não! Se o Chile tem a vantagem para produzir melões, tem que produzi-los e vendê-los, e com o produto disso comprar automóveis”. Pinochet tomou partido pelo caminho dos melões. Essa foi a opção do Chile, que se confiou aos *Chicago Boys*. E com isso se produz um ciclo de crescimento, mas se produz também uma quantidade enorme de desequilíbrios e, em 1981-82, como consequência de uma crise internacional, a economia chilena entra em uma crise profunda. E, a partir daí, desaparece a posição neoliberal ortodoxa e aparece uma outra posição, com Hernan Büchi como ministro da economia, que passa a ser o homem que vai manejar a economia no que resta do período Pinochet. E logo vai ser o candidato à presidência quando Pinochet

4 Refere-se ao governo de Salvador Allende Gossens, presidente que governou o Chile de 1971 até 1973, quando foi deposto pelo golpe militar.

5 Faz-se, aqui, referência à Pontifícia Universidad Católica de Chile.

6 Foi o nome dado ao grupo de economistas que formularam a política econômica da ditadura do general Augusto Pinochet.

perde o referendo. Então, assumem a carteira vencida dos bancos, os bancos não quebram, etc. E começa a entrar num tipo de que Brenner e outros autores tem denominado como “*variegated neoliberalism*”.

Todavia, um acúmulo de problemas políticos, entre os quais as violações aos direitos humanos tiveram um papel crucial, que levam mais tarde a uma situação que culmina no referendo que vai tirar Pinochet do governo e, com isso, entra os governos da “*Concertación*”, que não abandonam os alguns dos critérios básicos do neoliberalismo. Deixam o mercado seguir ditando as regras. Mas já é, nesse momento, um modelo diferente, menos ortodoxo, mais pragmático. Há mais interesse pela educação, mais interesse pela habitação social, mais interesse pelos problemas da população mais pobre. Na verdade, desde meados da década de 1980 o Chile volta a crescer a taxas muito altas. Isso desde 1984, primeiro timidamente e, em 1986, chegam a taxas altas e, quando se produz a transição para a democracia, nos anos 1990, isso se mantém. Há uma década em que cresce a uma taxa de 7%. E isso o que significa? Significa que a sociedade muda brutalmente. Diminui a pobreza de mais 30% para 15%, mais ou menos. É preciso dizer que os governos da “*Concertación*” não modifica o essencial do modelo. Mas introduz modificações mais focadas na política social. Entretanto, segue sendo um modelo neoliberal. O mercado é quem sempre regula as atividades. E isso mantém as taxas de crescimento muito altas. Então com uma taxa de crescimento muito alta, com taxas de emprego que começam a melhorar progressivamente, de uma taxa de desocupação de 15% ou 16% se passa a uma taxa de 8%. O governo não modifica a política; vai ajustando-a e a modificando ao longo desses vinte anos que duram os governos da “*Concertación*”. Nesse período, a renda per capita sobe muito, a pobreza e a indigência diminuem muito e muitas moradias sociais são construídas. Mas, com todas as contradições do modelo neoliberal, a distribuição de renda não melhora, cai a pobreza, mas a distribuição tem um índice de Gini muito alto. Isso em um período de vinte anos em que a renda per capita, ajustada pela paridade, passa de três mil dólares, ou algo em torno disso, para quase vinte mil dólares, que é o que mais ou menos calcula o fundo monetário atualmente. Obviamente a situação social muda. Começa, por exemplo, um acesso ao consumo de setores mais amplos da sociedade. E esse é um caminho social muito forte e estamos numa situação, hoje em dia, muito diferente da que tínhamos há vinte anos. Hoje, os jovens pensam distintos

7 *Concertación* é como é conhecido a “*Concertación de Partidos por la Democracia*”, uma coalização eleitoral de partidos políticos de centro-esquerda.

de seus pais. Ser gay, por exemplo, há vinte anos atrás era um pecado mortal, o aborto era um tema sobre o qual não se podia falar, hoje em dia o divórcio está sancionado legalmente e, sobre isso, os jovens pensam diferente de seus pais. Então, essa sociedade extremamente conservadora começa a ter umas brechas e manifestações que não foram sequer pensadas há vinte anos. Isso é uma sociedade distinta.

JR - E qual o impacto desse modelo sobre suas cidades?

CM - Um primeiro elemento – um pouco para pensar isso – é que, em uma primeira etapa, o Chile cresceu fundamentalmente na base de quatro circuitos produtivos: a mineração, a extração de madeira, a produção de hortaliças e frutas e a pesca. O Chile foi, portanto, durante muito tempo um produtor de commodities. Hoje a história é um pouco mais complexa. Mas esses foram os elementos dinâmicos do sistema. E isso se desenvolve nas regiões do país, mas a sede de tudo isso e a ligação desse sistema com o mundo se localizam em Santiago. Há quinze anos a imprensa dizia: se está produzindo um despertar das regiões, se está produzindo crescimento nas regiões. E nós (Eu e meu colega Luis Riffo⁸) começamos a trabalhar juntos nessa época e começamos a olhar para as coisas que observávamos na realidade, e dizíamos: essa afirmação não casa com a realidade. Por que nós, quando vamos ao aeroporto, no caminho está cheio de indústrias. E vamos ao interior, a Temuco⁹, que está crescendo muitíssimo, ou vamos a Antofagasta¹⁰ e não é isso. Não há novas indústrias. Então decidimos fazer uma investigação sobre isso. E a investigação nos demonstrou, com uma pesquisa que incluía a localização e que nos inspiramos muito trabalhos sobre essa questão que estava fazendo Carlos Roberto Azzoni, na USP, que a indústria – a nova indústria que estava aparecendo – se localizava em Santiago. Então, nos demos conta de que estava se produzindo a concentração em Santiago de novo, a indústria estava se reconcentrando em Santiago. A cidade estava crescendo mais do que o resto, a maior parte do investimento imobiliário se realizava aqui. E que, portanto, Santiago estava retomando o ritmo de crescimento muito forte. E, à medida que aumentava a renda das famílias, começava a aparecer uma apetência ao consumo, em um país com livre importação.

8 Pesquisador do ILPES/CEPAL e colega do professor De Mattos em projetos de pesquisa.

9 Cidade Chilena localizada a 670 km ao sul de Santiago.

10 Cidade capital da Província de Antofagasta. Está localizada a aproximadamente 1,3 mil quilômetros ao norte de Santiago.

As importações crescem enormemente. E as exportações também. Então começa a aparecer uma série de elementos que se localizam predominantemente em Santiago, e só depois é que vão às províncias. Mas, apesar de tudo, Santiago começa a crescer no ritmo do crescimento do produto nacional. E isso começa a ocorrer também com as regiões, com as províncias e os jovens passam a viver cada vez mais nas cidades. Por exemplo: faz pouco tempo, na Colômbia, eu via que os jovens não trabalhavam mais na colheita do café. As pessoas que circulam pelas estradas não circulam em burros como circulavam antes, senão em motos. Então essas pessoas sabem o que se passa na cidade. Na cidade há bailes, há boates, há restaurantes, há vida social. Então, no caso do Chile, a urbanização continua crescendo e o lugar mais atrativo continua sendo Santiago. Agora começa a mudar um pouco. Começa a aparecer Antofagasta, Iquique¹¹, Puerto Montt¹², como lugares muito interessantes. Mas Santiago tem, todavia, muito mais para oferecer. Se se compara com Concepción¹³, se comprova que as diferenças que esta tem, por exemplo, em oferta de atividades culturais, são enormes. Então Santiago é um ímã que atrai fundamentalmente os jovens. E, em Santiago, há empregos.

JR - Nesse período o Chile sextuplicou seu ingresso per capita, mas a desigualdade se manteve alta. Em que medida essa permanência da desigualdade pode ser explicada pelo modelo urbano implantado, ou em outras palavras pelas desigualdades urbanas?

CM - Eu creio que, em certa medida, é possível explicá-la. Primeiro, uma das coisas que marca a diferença entre o Chile da época de Frei Montalva ou de Salvador Allende e de hoje, é a desapareção do campesino. O campesino não existe mais. Essa agricultura produto da reforma agrária realizada por Frei Montalva, e que se agudizou no período de Allende, que deu a terra aos campesinos, não existe mais. Quando entra o mercado com toda sua potência, um número crescente de campesinos perdem suas terras e vai a viver nas cidades. Isso explica a altíssima taxa de urbanização. Na cidade há muito emprego, mas um emprego muito desigual. Outro dia, analisando a matriz de insumo produto, podíamos observar que na indústria

de construção sobe a participação de todos os componentes de valor agregado, menos os salários. As remunerações dos trabalhadores baixaram, enquanto todas as outras subiram. Então, neste momento, aqui foi feito um estudo sobre a distribuição de renda. Foi feito por um economista muito importante do Chile. Ele calcula o índice de Gini considerando os dez decís de renda e chega a um índice de 0,56 mais ou menos, que é muito alto. Mas se retira-se o primeiro decil e se considera os 9 decís restantes como dez decís e volta a calcular o índice, ele baixa muitíssimo. Então há uma enorme concentração de riqueza no primeiro decil. O jogo de mercado leva necessariamente àqueles que têm melhor educação, melhor situação familiar a ter melhor renda. Em certa medida a tendência analisada por Bourdieu. Bourdieu afirma que os mecanismos que mantem as desigualdades são de três níveis. Primeiro a família. A trajetória não é a mesma para uma criança que cresce em uma família pobre, com a mãe que o marido abandonou porque era alcoólatra e para uma criança que viveu em uma família de classe média ou de classe alta. Outra coisa é a escola. Isso vocês do Observatório sabem bem, porque têm feito estudos sobre essa matéria. As crianças pobres não vão à mesma escola que as crianças ricas e a cultura acaba sendo diferente. E há ainda uma máquina de reproduzir desigualdade e esta máquina está instalada nas cidades. Então, se não se modifica isso, se não se melhora as condições familiares, não se melhora o acesso à educação e, se tenho a mesma cidade, é muito difícil que se modifique essa situação de desigualdade. E a cidade é uma máquina que reproduz isso. E eu creio que os estudos de Ruben Katzman no Uruguai são bons exemplos e o que faz vocês no Brasil também. Então eu creio que sim, a cidade é uma máquina que contribui para a reprodução das desigualdades, não é a única razão, obviamente, mas contribui.

JR - Por conta desse modelo neoliberal implantado desde a década de 1970 é possível, nesse contexto, apontar peculiaridades da urbanização chilena?

CM - Sim. Há uma série de peculiaridades. Mas há também um tendência geral. Eu, pelo menos, creio que há dois fatores que estão marcando o que se chamaria de tendências constitutivas da urbanização atual. Uma é justamente o modelo neoliberal. E eu chego a estabelecer como um princípio geral a parceria público-privada. É um critério que otorga ao setor privado umas prerrogativas enormes. Por exemplo, no governo da *concertación*, encabeçado por Ricardo Lagos, se estabeleceu os mecanismos de concessões urbanas, que é um mecanismo típico de

11 Iquique é capital da província de Iquique e da Região de Tarapacá.

12 Puerto Montt é uma cidade do sul do Chile, capital da Província de Llanquihue e da Região de Los Lagos.

13 Cidade capital da Região de Biobío. Está ao sul de Santiago e é o núcleo da Grande Concepción, a segunda região metropolitana mais populosa do país.

parceria público-privado, que permite mercantilizar a dotação de infraestrutura (autopistas e rodovias). É uma reforma tipicamente neoliberal. Eu, a cada dia que venho aqui, se está saturada a rua pela qual eu venho, tenho que entrar pela Costanera Norte¹⁴. E, na Costanera Norte, no momento em que entro, tem um aparelhinho que faz “bip”. E assim já sou cobrado por entrar ali. E eu já estou pagando ao setor privado, porque é o setor privado que me executa todas as obras. Então o modelo neoliberal é um fator muito importante na medida em que se diz que a habitação social se constrói com subsídios do Estado, mas quem constrói é o setor privado. E isso é uma característica importante. Vou colocar um exemplo brasileiro: quando se cria o programa de álcool no Brasil há uma grande discussão. Se vai se produzir da mandioca ou se vai se produzir de cana-de-açúcar. E eu me recordo que havia uma discussão muito forte no Brasil nesse momento. Dizia-se que a produção de álcool através da mandioca favorecia a agricultura de lavoura, e se favorecia a agricultura de lavoura favoreceria a permanência do campesino no campo. Tudo isso pode ser teoria, mas era algo que se dizia na época. E, portanto, iria impedir algo das migrações rural-urbanas. Iria permitir que houvesse miniusinas. E, se vai haver mais miniusinas distribuídas pelo território, vai haver um maior equilíbrio regional. Mas o ministro Delfin Neto representava todos os interesses dos empresários paulistas. E qual era a opção dele? A lógica: vamos optar pela cana de açúcar que acabou favorecendo a latifundização, a migração de boias-frias para as cidades; mas, também significou a possibilidade de construir mais usinas, abrindo novas possibilidades de investimentos de alta rentabilidade para que os empresários paulistas, que estavam imobilizados com seu capital, possam fazer grandes negócios. Então o mercado neoliberal gera a concentração, evidentemente. E todos os casos, é muito difícil impedir isso.

Outra coisa são as novas tecnologias. Há vinte anos eu trabalhava em Buenos Aires e estava instalado em um escritório em frente ao obelisco. Estou falando de 1974 ou 1975. Nessa época tínhamos um convênio com a *Universidad Torcuato Di Tella* e os telefones em Buenos Aires não funcionavam, era muito difícil conseguir uma comunicação com Belgrano, por exemplo. Então nós tínhamos uns sujeitos, uns garotos, que eram uma espécie de mensageiros que levavam mensagens, eram a “internet humana”. Eu dizia: “Prezado, vamos almoçar amanhã para conversar sobre nossa pesquisa?” O garoto ia a Belgrano e depois me trazia um bilhete com a resposta. Hoje temos os celulares, que ainda podemos levar

para qualquer lugar. Então eu posso ter minha sede numa torre no centro e ter uma fábrica bem longe, na periferia de Santiago. Então essas duas coisas têm uma influência fundamental no tipo de configuração urbana. Hoje uma empresa se localiza em Lampa ou em Quilicura¹⁵, que estão na periferia de Santiago e não tem nenhum problema, pois com a internet, podem localizar-se ali. Antes tinham que estar o mais perto possível, pelas dificuldades nas comunicações. Eu creio que são fatores que levam a um mesmo tipo de cidade. Entretanto, não é o mesmo tipo de cidade que Buenos Aires, que é plano, que não há uma montanha por nenhum lado. Não é Lima, que tem um cerco de montanhas. Mas as tendências são as mesmas e a tendência é a dispersão urbana. Aqui também há gente que gosta de viver no Centro. O bairro Lastarria, por exemplo, é um bairro com uma importante presença de executivos jovens e gays. Então a maior parte deles dizem: “eu vou viver ali enquanto sou jovem, enquanto tenho uma maior apetência cultural, por que tem teatros, etc”. Mas, adiante, quanto tem mais renda, todos - tantos os gays quanto os executivos jovens - querem uma casa. Todos, quando se casam, querem viver em uma casa com quintal, com um cachorro, com árvores. E isso só é permitido pelas condições de conectividade e de mobilidade. Mas o que vai ser no futuro? Seguimos comprando automóveis? A ruas têm seus limites. Eu antes demorava oito minutos para vir da minha casa que não é longe daqui. Agora demoro quarenta minutos. No estacionamento do edifício que eu vivo há cada vez mais carros do tipo 4x4. No Chile há muitos carros grandes. E é pura ostentação. É um país que se “gringolizou”, e de uma maneira muito brutal. É fato que tem livre importação, aqui praticamente não se faz reserva de mercado. Aqui todo mundo compra a última palavra em matéria de *tablets*. Então as pessoas comprem um 4x4, e isso é um absurdo nessa cidade. Tudo bem, há aqueles que têm chácaras nas montanhas, a esses está bem que tenham 4x4. Mas, para o meu vizinho que eu sei que se move todos os dias ao seu escritório no Centro e gera problemas de obstrução de tráfego, é um absurdo. Claro, e isso gera um tipo de cidade. Estão insistindo em um tipo de cidade. E adaptam a cidade para esse tipo de locomoção. Aqui (na universidade) temos um estacionamento subterrâneo. Se eu tivesse que estacionar na rua, onde há uma tarifa bastante elevada por tempo estacionado, pelos vinte dias por mês que venho à Universidade, o montante a pagar me consumiria a maior parte do meu salário. Por sorte estou subvencionado pela universidade no estacionamento que temos no edifício do Instituto.

¹⁵ Lampa e Quilicura são municípios localizados na região metropolitana de Santiago.

¹⁴ Importante via expressa de Santiago.

Mas, uma pessoa que trabalha em uma oficina no Golfe, hoje em dia, tem um estacionamento muito bom, mas a primeira meia hora são 830 pesos e não tem um bom sistema de transporte coletivo, salvo o metrô, mas o metro não cobre toda cidade.

JR - Apesar das variações nacionais que estão relacionadas com a história da formação política, econômica e social de cada país, é possível falar de um modelo latino-americano de metropolização?

CM - Eu creio que sim. Eu creio que cada cidade tem suas peculiaridades. Cada cidade tem sua dependência de trajetória (*dependency path*). Santiago sempre vai ser diferente de Buenos Aires. Os portenhos, os habitantes de Buenos Aires, usam a cidade de uma maneira diferente. Mas as tendências de evolução da forma urbana são similares. A geografia física permite que tenham certa diferença, mas as tendências que são constitutivas são as mesmas. E eu creio que isso é inevitável. Eu diria que São Paulo e a Cidade do México são cidades diferentes. Os mexicanos são diferente dos paulistas. Mas, repito, as tendências são as mesmas, a cidade está configurando uma mancha urbana muito dispersa, inclusive quando tem um litoral próximo (a litoralização da cidade é muito parecida em vários lugares). E tudo começa com os bairros privados. E o que está acontecendo em Lima, e o que está acontecendo em São Paulo é a mesma coisa. Eu visitei toda orla marítima dos bairros privados que estão abaixo da Serra do Mar, na orla marítima próxima a São Paulo. E esse é o mesmo fenômeno que se está vendo em uma grande quantidade de cidades do mundo. Alguém dizia em uma obra de teatro australiana: os australianos antes discutiam sobre o sentido da vida, sobre como se obteria a felicidade. Hoje o que discutem os australianos? Discutem como ter um apartamento com vista para o mar. Isso é uma exceção? Não. Então eu acho que há certas tendências que estão relacionadas com fenômenos culturais, com uma quantidade enorme de elementos, mas também com dois fenômenos fundamentais: a privatização e a informatização e a conectividade. E também há o fenômeno de que o mercado capitalista quer vender certos produtos. Hoje vendem o verde por exemplo. A propaganda em São Paulo é: Compre um apartamento com vista para o parque ou um bosque. Então eu acho que esse modelo é um modelo mais complexo que relaciona compactação, concentração, em certas partes da cidade, com dispersão. Estamos vendo um modelo em que certos setores da sociedade, em certas etapas da vida necessitam ter jardim, neces-

sitam de árvores, necessitam ter certo espaço verde. E certas pessoas que querem aproximar-se mais das coisas culturais etc. Há uma certa conciliação, diria, entre esses dois fenômenos, ou seja, uma tendência a dispersão muito baseada nos novos meios de comunicação e no automóvel e certos setores que querem viver nas proximidades de um conjunto de amenidades que, no geral, se oferecem nas áreas centrais. Agora, eu não creio que possam reconstituir o bairro, por exemplo. O bairro como forma de convivência, como lugar das relações sociais. As relações sociais agora são dispersas, estão dispersas na cidade. Antes havia uma relação de bairro. Meus amigos estavam no bairro. E depois começou um fenômeno distinto, onde a rede de relações sociais estão em diversas partes da cidade. A partir daí o bairro deixou de ser como antes. Mas, quando eu vivia em um povoado no interior do Uruguai, o bairro era muito importante. Beatriz Sarlo, que tem um livro muito lindo para pensar a cidade, diz: antes, nós nos juntávamos na calçada. Primeiro juntávamos para tomar um mate ou um chá e depois para conversar com os amigos. Enquanto as crianças jogavam na rua porque não tinha nenhum perigo. Depois as crianças não podiam jogar na rua porque os automóveis passam cada vez mais rápido. Depois nós passamos a nos aficionar nas novelas da televisão. Então tirávamos o televisor e levávamos para a calçada e juntávamos com as vizinhas e víamos televisão. Mas, agora, a de plasma não se pode tirar, porque é demasiadamente grande. Então nos juntávamos na sala da casa. Mas não é a mesma relação.” Quer dizer, de alguma maneira as mudanças tecnológicas também vão condicionando um tipo de sociabilidade.

JR - O senhor teria o que poderíamos chamar de uma utopia urbana? O que seria essa utopia hoje para o senhor?

CM - Essa é uma pergunta muito difícil. Eu não tenho claro o que poderia ser uma utopia urbana. Há vinte ou trinta anos eu trabalhava, inclusive, com a Carta de Atenas, a qual, muitos de nós, que somos arquitetos, acreditávamos, naquele momento, que seria uma utopia urbana. Um momento em que acreditávamos que se podia organizar a cidade para as pessoas viverem melhor. Havia uma grande gota de ingenuidade e desconhecimento sobre os problemas sociais. Mas era uma utopia que, nos níveis tecnológicos e dos conhecimentos da época, todavia, se considerava que era possível.

Quando o pessoal de Havana, que, para mim foi uma das últimas experiências de caráter utopista

do urbanismo, começou a apresentar uma Havana organizada de uma maneira diferente da que havia quando da Revolução Cubana, considerava-se, todavia, que era possível convencer os cidadãos a assumir um determinado comportamento. Eu fui a Havana há vinte anos e me recorro que o senhor que geria a cidade dizia: “Nós queríamos fazer isso com o centro de Havana, mas o problema é que os companheiros não querem sair do centro.” Então ali você se dava conta que a utopia tropeçava com uma coisa muito especial. Que os cidadãos têm uma série de demandas, de interesses, de preferências. Então esses edifícios vêm caindo. Caem toda semana. Caem e matam gente. Caem escadas com crianças, mas as pessoas querem seguir morando ali. Aqui no Chile, com a habitação social é dramático. Há um livro muito interessante que se chama “*Los con techo*” (“Os com teto”, em português) de Alfredo Rodríguez e Ana Surrages, que mostra como se solucionou o problema dos sem teto, mas se gerou um novo problema: o problema dos que têm teto, mas que perdem suas

relações de vizinhança e tem uma forma de viver que não gostam. Querem viver de outra maneira. A experiência soviética tentou controlar o comportamento dos camponeses. Mas nunca conseguiu fazê-lo. Portanto falar em utopia, pensar em utopia é muito difícil. É um pouco como as histórias de ficção científica. Um dos grandes problemas que temos hoje, e que é gerado pelo comportamento social, é o problema da insustentabilidade ambiental. Que é muito complexo e que não sei se vamos ser capazes de solucioná-lo. Essas ilhas que estão se formando no oceano, e que são ilhas de lixo. Há pessoas falando que nos próximos anos vão começar a construir edifícios nessas ilhas. Mas está proibido jogar lixo ao mar. No entanto, todos os dias saem barcas atirando o lixo. Então pensar em utopias é pensar como tratamos de ajustar esse mundo que estamos vivendo. Creio que esse é o grande desafio que tem vocês. Sim. Vocês jovens. Como farão quando acabar a água? O quando se esgotarem os combustíveis fósseis? Frente a essa realidade é muito difícil falar em utopia.

ensaio

Letícia Castilhos Coelho

Foto[grafias] de uma paisagem



Ao pensar a paisagem como um processo dinâmico, aberto e inacabado, buscando compreender sua (trans)formação ao longo do tempo, a fotografia se oferece como possibilidade de aproximação tanto da cidade presente como dos vestígios de sua história. Com a intenção de acessar o “agora” das múltiplas camadas espaço-temporais superpostas na paisagem, nas quais estão acumuladas de forma híbrida as diversas expressões relativas à interação sociedade-natureza, as imagens fotográficas servem como fonte de registro dos olhares sobre a cultura. Partindo de inquietações e reflexões que a paisagem contemporânea provoca, é possível empreender um percurso no tempo perseguindo os rastros que conduzem ao entendimento da cidade como fenômeno em constante transformação. Assim, a reflexão pretendida surge da necessidade de melhor compreender a cidade em relação às dinâmicas constituintes de suas paisagens, interpretando-as através dos vestígios espaço-temporais encontrados nas fotografias.

Ao definir como objeto de estudo a paisagem de Porto Alegre vista do Guaíba, em fotografias de diferentes períodos históricos, acredita-se que essas vistas urbanas, linguagem muito representativa de expressão fotográfica surgida no final do século XIX e início do século XX, veiculam uma recorrência temática-visual e podem ter contribuído para a permanência ou o esquecimento de certas imagens da cidade. Ao observar como as vistas urbanas são frequentes ao longo do tempo, pode-se ter uma pista sobre as razões da permanência do “perfil norte” de Porto Alegre na memória coletiva. Uma ideia de paisagem difundida em diferentes temporalidades. A parcela escolhida corresponde à área de ocupação inicial da cidade, oferecendo boas possibilidades para uma leitura que pretende transitar por diferentes períodos relativos às transformações urbanas, sendo também um recorte que exemplifica importantes processos e dinâmicas da história de formação política, econômica e cultural de Porto Alegre.

Largamente registrada, através de expressões das artes visuais, como a pintura, a gravura e a fotografia, assim como em relatos escritos de viajantes, cronistas e poetas, essa paisagem comporta elementos naturais e culturais de forte ligação com o imaginário sobre Porto Alegre, tornando-se simbólica em termos de identidade e memória coletiva. Enquanto uma imagem que permanece, essa vista pode ser interpretada como um indício da importância que a “borda” representa para os habitantes da cidade. A ocupação das margens do Guaíba – corpo d’água em torno do qual surge a ocupação da cidade de Porto Alegre – apresenta-se também como importante interface

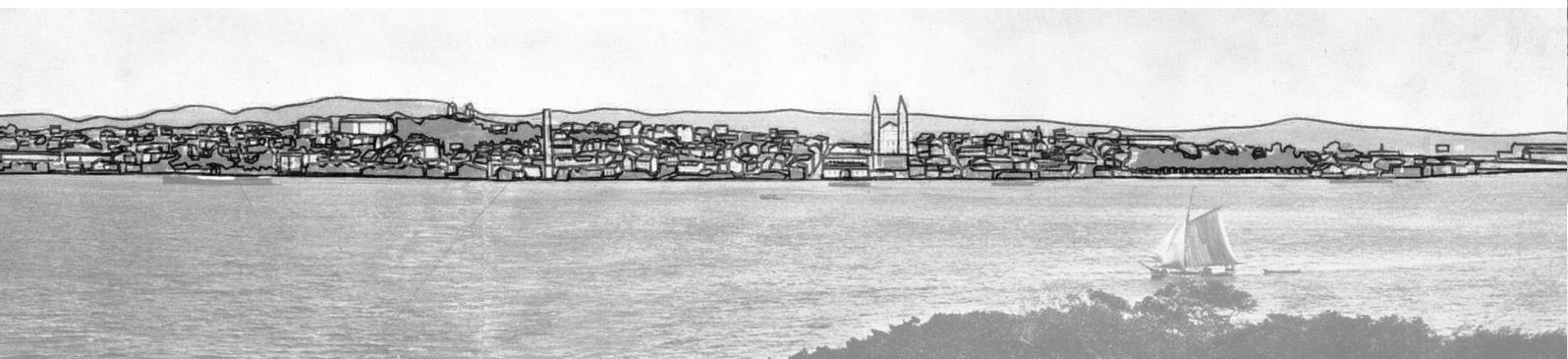
“cidade-água”, revelando significativas expressões da relação sociedade-natureza, intrínseca à ideia de paisagem.

A reflexão sobre as dinâmicas de ocupação e urbanização das margens do Guaíba oferece, ainda, um caminho para a compreensão sobre a paisagem contemporânea no que se refere às rupturas e às permanências na constituição do espaço urbano enquanto uma construção cultural e simbólica. Abrigando os espaços construídos em múltiplas combinações por superposição, substituição ou composição, a cidade vai constituindo-se por várias camadas, mais ou menos aparentes, que se alteram pela ação do tempo sobre o espaço fazendo com que a paisagem esteja constantemente se refazendo.

A partir da tensão entre permanência e ruptura nos processos de transformação da paisagem, que remete às montagens por contraste de inspiração benjaminiana como forma de provocar o “despertar” para o momento presente, o centro de Porto Alegre oferece um bom exemplo dos enfrentamentos na construção de novas imagens de cidade. Percebe-se a constante substituição do tecido urbano, num primeiro momento com a intenção de eliminar as feições coloniais e implementar as benfeitorias inspiradas nos princípios da modernização como o embelezamento, a circulação e a higiene; depois, sob a orientação do desejo de progresso, assiste-se à verticalização e densificação da área central; tendência que se intensifica gerando cada vez mais a fragmentação e a homogeneização da paisagem, por isso a importância dos traços temporais em informar e elucidar tais processos em que a valorização do novo surge em oposição aos símbolos do passado.

No decorrer das alterações empreendidas em nome do desenvolvimento, do progresso tecnológico e social, a base do que antes constituía a identidade urbana altera-se ou desaparece, e os elementos remanescentes daquele passado provinciano passam a ser associados a valores pejorativos que precisam ser descartados. Nesse processo de transformação, a paisagem se refaz e se modifica constantemente, passando a incorporar o aspecto da diversidade temporal em superposição como uma de suas características identitárias. Os fragmentos que remetem aos primeiros tempos da formação da cidade são preservados pontualmente e transformam-se em exemplares de exceção. O antigo é selecionado e incorpora-se ao novo tecido urbano como uma citação do passado.

Nesse sentido, a paisagem do presente reflete em sua constituição alguns aspectos que se relacionam a lógicas mais amplas que o fenômeno urbano isoladamente. O centro de Porto Alegre, assim como o de outras cidades brasileiras, passa pelo processo em que



os espaços outrora destinados à vivência e à sociabilidade cotidiana caem em “desuso” ou manifestam certa atmosfera de “decadência”, e, para que se justifiquem enquanto permanências devem ser “reciclados” ou “requalificados”, inserindo-se na esfera do consumo.

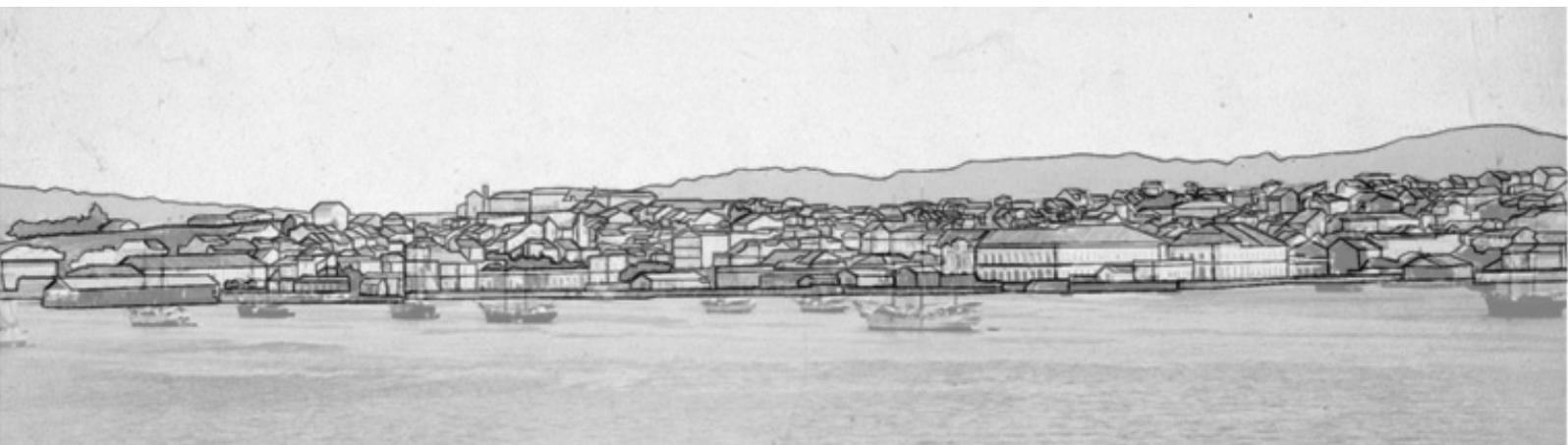
Cabe ressaltar que, a partir dos anos de 1990, com o discurso das revitalizações urbanas – que se apropria das ideias de valorização da cultura e do patrimônio arquitetônico como forma de operar, especialmente nos centros históricos – assiste-se a inúmeras transformações de espaços tradicionais em uma mesma paisagem por toda a parte, de acordo com as lógicas merca-

dológicas em que o “cultural” passa a ser o grande produto, e a cidade, ou a paisagem, um “espetáculo”. O processo de mercantilização do espaço, e da sociedade, seguramente extrapola esse tipo de manifestação, mas influi diretamente na paisagem. A instauração do espaço abstrato, fragmentado e homogêneo seria o reflexo dessa substituição do valor de uso pelo valor de troca instituído também nas relações com a cidade. Segundo essa perspectiva que configura a sociedade do consumo, em que a publicidade torna-se uma ideologia, corre-se o risco que também a paisagem transforme-se em metáfora da mercadoria.

As imagens fotográficas, desenhos e textos apresentados neste ensaio visual são fragmentos da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada Revelando a paisagem através da fotografia: Porto Alegre vista do Guaíba.

Letícia Castilhos Coelho

é doutoranda no IPPUR/UFRJ
leticiacoelho@gmail.com







REALIZAÇÃO



APOIOS

